

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA  
MINTER-UFAM/UFRR**

**O DISCURSO SOBRE CRIMINALIZAÇÃO INDÍGENA  
NO JORNAL *FOLHA DE BOA VISTA* (2000-2005)**

**MANAUS – AM  
2013**

**ORLANDO DE LIRA CARNEIRO**

**O DISCURSO SOBRE CRIMINALIZAÇÃO INDÍGENA  
NO JORNAL *FOLHA DE BOA VISTA* (2000-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, na linha de pesquisa I - Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selda Vale da Costa

Manaus - AM  
2013

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Carneiro, Orlando de Lira

*L768d* O discurso sobre criminalização indígena no jornal Folha de Boa Vista / Orlando de Lira Carneiro. - Manaus, 2013.

135f. il. color.

Dissertação (mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Selda Vale da Costa

1. Crime contra os índios 2. Crime contra os costumes 3. Jornais  
I. Costa, Selda Vale da (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 397:316.732(811.4)(043.3)

**ORLANDO DE LIRA CARNEIRO**

**O DISCURSO SOBRE CRIMINALIZAÇÃO INDÍGENA  
NO JORNAL *FOLHA DE BOA VISTA* (2000-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, na linha de pesquisa 1 - Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais.

Aprovada em 03 de outubro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selda Vale da Costa – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemara Staub de Barros – Membro  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Junior – Membro  
Universidade Federal de Roraima

*A minha mãe*  
*Josefa de Lira Carneiro*

*Ao meu pai*  
*Raimundo Firmino Carneiro*

*Motivos maiores da realização deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por me conceder forças para concluir este trabalho.

A minha orientadora, professora Selda Vale da Costa, pela paciência e incentivo nos momentos mais difíceis dessa pesquisa.

Aos meus pais, Raimundo Firmino Carneiro e Josefa de Lira Carneiro, pelo apoio em todos os momentos.

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de concluir essa pós-graduação.

À Universidade Federal de Roraima, pela experiência do MINTER (UFAM/UFRR).

À amiga Teresa Kátia, pelo companheirismo e estima.

Ao amigo Max Franco, que desde o início dessa caminhada se mostrou solidário.

Aos colegas do mestrado, pela boa convivência em Manaus.

E a todos os amigos que ajudaram, direta ou indiretamente, a construir esta dissertação, pelas informações prestadas e pelo apoio recebido durante a pesquisa.

*[...] Quem me dera ao menos uma vez  
Como a mais bela tribo  
Dos mais belos índios  
Não ser atacado por ser inocente.*

*Eu quis o perigo e até sangrei sozinho  
Entenda  
Assim pude trazer você de volta pra mim  
Quando descobri que é sempre só você  
Que me entende do início ao fim.*

*E é só você que tem a cura pro meu vício  
De insistir nessa saudade que sinto  
De tudo que eu ainda não vi.  
Nos deram espelhos e vimos um mundo doente  
Tentei chorar e não consegui. (Grifo do autor)*

LEGIÃO URBANA. **Índios**, 1986.  
Composição: Renato Russo.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o discurso sobre criminalização indígena no jornal impresso *Folha de Boa Vista*, a partir da interpretação dos textos escritos (Manchetes, chamadas, editoriais, fotorreportagens, matérias e notícias) e imagéticos (charges), divulgados em suas páginas no período de 2000 (contexto das Comemorações do Brasil 500) a 2005 (época de intensa luta indígena pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol). A construção de um debate científico orbitou entre teóricos como Bakhtin, Foucault, Pêcheux e Orlandi e as reportagens do jornal impresso *Folha de Boa Vista*, base documental para a análise do discurso que, por meio do uso de textos escritos e imagéticos, procuraram criminalizar o indígena roraimense. Nos seis anos analisados, constatou-se que a mídia impressa contribuiu pelo discurso jornalístico, para o processo de criminalização do indígena roraimense. Enfim, identificou-se as estratégias de construção de um discurso que criminaliza esses mesmos indígenas. A análise tomou como referência a massa documental que corresponde às edições selecionadas do Jornal *Folha de Boa Vista*, onde foram identificadas as formas discursivas de criminalização do indígena roraimense, e revelaram a forma como se produz o silêncio do indígena nas páginas do jornal em referência.

**Palavras-chave:** Criminalização; Povos Indígenas; Análise do Discurso; Mídia impressa; Boa Vista.



## ABSTRACT

This paper analyzes the discourse on indigenous criminalization in printed newspaper *Folha de Boa Vista*, from the interpretation of written texts (headlines, call, editorials, Photo Reports, materials and news) and imagery (cartoons) disclosed in its pages from 2000 (context of Brazil Celebration of 500) to 2005 (time of intense indigenous struggle for ratification of the Raposa / Serra do Sol). The construction of a scientific debate orbited among theorists as Bakhtin, Foucault, and Pêcheux, Orlandi and reports printed newspaper *Folha de Boa Vista*, documentary basis for the analysis of speech through the use of linguistic and semiotic elements, sought to criminalize indigenous Roraima. In the six years analyzed, we found that the print media through the journalistic discourse contributed to the process of criminalization of indigenous Roraima. Finally, we identified strategies for building a discourse that criminalizes those same Indians. The analysis takes as a reference the mass of documents that match the selected issues of the newspaper *Folha de Boa Vista*, where we identified the discursive forms of criminalization of indigenous Roraima, and aims to reveal how it produces the silence of the indigenous in the newspaper pages in reference

**Keywords:** Criminalization; Indigenous Peoples; Discourse Analysis; Print media; Boa Vista.

## LISTA DE SIGLAS

ARIKON	Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima
CIMI -	Conselho Indigenista Missionário
CIR -	Conselho Indígena de Roraima
DRCOR -	Diretoria Regional Contra o Crime Organizado
FUNAI -	Fundação Nacional do Índio
ONG -	Organização Não Governamental
PDT -	Partido Democrático Trabalhista
PEF -	Pelotão Especial de Fronteira
RR -	Roraima
SODIURR -	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima
T.I. -	Terra Indígena
TO -	Tocantins
UFRR -	Universidade Federal de Roraima

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Manchete principal da editoria “Polícia”, Página 12A, 23/10/1997.....	28
Figura 2 –	Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 5A, 27/08/1997.....	30
Figura 3 –	Manchete principal da editoria “Polícia”, Página 12A, 03/10/2000.....	31
Figura 4 –	Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 05/09/2000.....	33
Figura 5 –	Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 5A, 30/12/1997.....	35
Figura 6 –	Manchete principal da editoria “Política”, Página 3A, 08/01/1999.....	36
Figura 7 –	Notícia da editoria “Polícia”, 09/11/1998.....	40
Figura 8 –	Manchete principal de primeira página, Página 1A, 25/08/1998.....	41
Figura 9 –	Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 17/09/1998.....	42
Figura 10 –	Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 08/04/1998.....	44
Figura 11 –	Manchete principal da editoria “Polícia”, Página 12A, 26/02/2004.....	53
Figura 12 –	Charge: “No foco”, da editoria “Opinião”, Página 2A, 26/02/2004.....	56
Figura 13 –	Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 5A, 26/02/2004.....	59
Figura 14 –	Chamada de primeira página, Página 01A, 20/01/2004.....	60
Figura 15 –	Matéria assinada da editoria “Política”, Página 3A, 20/01/2004.....	61
Figura 16 –	Manchete principal de primeira página, Página 1A, 10/01/2003.....	65
Figura 17 –	Matéria assinada da editoria “Polícia”, Página 12A, 10/01/2003.....	66
Figura 18 –	Chamada de primeira página, Página 01A, 11 a 12/01/2003.....	72
Figura 19 –	Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 7A, 11 a 12/01/2003....	73
Figura 20 –	Charge: “Motivos para comemorar”, 24/04/2000.....	85
Figura 21 –	Charge: Disputa, 22/02/2001.....	86
Figura 22 –	Chamada de primeira página, Página 1A, 22/02/2001.....	87
Figura 23 –	Matéria assinada da editoria “Política”, Página 4A, 22/02/2001.....	88
Figura 24 –	Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 7A, 26/07/2001.....	89
Figura 25 –	Chamada de primeira página, Página 1A, 31/07/2001.....	92
Figura 26 –	Charge: “Eu vou expor o Brasil ao ridículo”, 05 a 11/08/2001.....	92
Figura 27 –	Charge: “Suspeito”, 26/07/2001.....	93
Figura 28 –	Charge: “Nas mãos”, 28/11/2002.....	95
Figura 29 –	Charge: “Insegurança infantil”, 29/11/2002.....	96
Figura 30 –	Manchete principal de primeira página, Página 1A, 29/11/2002.....	98
Figura 31 –	Charge: “Pelo bem da hierarquia”, 19/02/2003.....	100

Figura 32 –	Manchete de primeira página, Página 1A, 11/06/2003.....	102
Figura 33 –	Charge: “Preparativos na aldeia”, 11/06/2003.....	103
Figura 34 –	Charge: “Futuro selado”, 13/06/2003.....	104
Figura 35 –	Charge: “Carne macia”, 28/08/2003.....	106
Figura 36 –	Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 7A, 27/08/2003.....	107
Figura 37 –	Chamada de primeira página, Página 1A, 28/08/2003.....	108
Figura 38 –	Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 5A, 28/08/2003.....	109
Figura 39 –	Charge: “Não agradou”, 05/09/2003.....	110
Figura 40 –	Charge: “Sementes da discórdia”, 12/02/2004.....	112
Figura 41 –	Charge: “E na Raposa Serra do Sol”, 03 a 04/07/2004.....	115
Figura 42 –	Charge: “Vaidades massageadas”, 23/04/2005.....	116
Figura 43 –	Chamada principal de primeira página, Página 01-A, 23 a 24/04/2005...	117
Figura 44 –	Chamada de primeira página, Página 1A, 23 a 24/04/2005.....	118
Figura 45 –	Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 5A, 23 a 24/04/2005.....	119
Figura 46 –	Notícia da editoria “Cidade”, Página 5A, 23 a 24/04/2005.....	120
Figura 47 –	Charge: “Trocadilho”, 25/04/2005.....	121
Figura 48 –	Chamada principal de primeira página, Página 1A, 25/04/2005.....	122
Figura 49 –	Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 3A, 25/04/2005.....	123
Figura 50 –	Charge: “Esquisito”, 27/04/2005.....	124
Figura 51 –	Charge: “Instruções”, 30/04/2005 a 01/05/2005.....	125

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1 ANÁLISE DO DISCURSO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....	16
1.1 Conceitos formadores da Análise do Discurso.....	16
1.1.1 O pré-construído.....	16
1.1.2 Efeitos de sentido.....	18
1.1.3 Formação discursiva.....	20
1.1.4 Paráfrase e Polissemia.....	21
1.2 Análise do discurso como metodologia.....	24
1.3 A criminalização indígena no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> .....	27
2 O SILENCIAMENTO HISTÓRICO DO ÍNDIO NO JORNAL <i>FOLHA DE BOA VISTA</i> .....	46
2.1 Silêncio e sentido.....	49
2.2 O silêncio do discurso indígena no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> .....	50
3 “A PENA É LEVE, MAS A CARGA É PESADA”: A CRIMINALIZAÇÃO INDÍGENA NO <i>FOLHA DE BOA VISTA</i> POR MEIO DA CHARGE.....	80
3.1 A criminalização indígena nas charges do jornal <i>Folha de Boa Vista</i> .....	83
3.1.1 O discurso atual da colonização.....	84
3.1.2 Ocupação espacial do exército.....	85
3.1.3 Homologação da Raposa Serra do Sol.....	94
3.1.4 Visitas militares a terras indígenas.....	100
3.1.5 Sementes da Discórdia.....	111
3.1.6. Homologação gera tensão.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	129

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do discurso sobre criminalização indígena no jornal impresso *Folha de Boa Vista*, por meio de um discurso jornalístico presente principalmente na página policial do periódico a partir da interpretação dos textos (escritos e imagéticos) divulgados em suas páginas no período de 2000 (contexto das Comemorações do Brasil 500) a 2005 (época de intensa luta indígena pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol).

O discurso presente na notícia sobre o indígena em uma cidade que tem uma presença étnica considerável traz certa herança colonial e contribui de forma significativa para a criminalização dos indígenas no estado de Roraima. Um dos aspectos observados considera quando o indígena é enquadrado criminalmente na sociedade e não quando se torna vítima de crime (criminalizado). Contra o indígena já pesa o preconceito étnico e sua situação se agrava quando o mesmo comete algum crime ou é criminalizado. Discursos discriminatórios são constantemente propagados pelos jornais impressos de grande circulação da cidade de Boa Vista.

No contexto histórico das décadas de 1980 e 1990 surgiram vários jornais em Roraima. Nesse cenário, o governo do estado decidiu encerrar as atividades do jornal *Folha de Boa Vista* no ano 1983, permitindo assim, que a iniciativa privada se expandisse. Era uma época em que surgiam alguns jornais e desapareciam outros, o que revela que estava ocorrendo um processo de substituição de veículos de comunicação, mas não um significativo crescimento do ramo. Um grande número de jornais que circularam em Roraima tentou manter seus estilos, por diversas vezes e de alguma forma contribuíram para a discussão pública, ainda que timidamente. Atualmente, tem-se circulando na cidade três jornais diários: *Folha de Boa Vista*, *Roraima Hoje* e *Jornal de Roraima* (inaugurado recentemente).

Para a pesquisa importa saber de que forma o jornal *Folha de Boa Vista* divulgou, em suas diversas editorias, um discurso jornalístico que culminou com a criminalização do indígena roraimense no período de 2000 a 2005.

A análise se prendeu às manchetes e às páginas policiais no período estudado, mas também foram verificadas outras editorias, onde aparece o indígena roraimense criminalizado na cidade e no interior e a partir daí verifica-se o processo de construção do discurso jornalístico na criminalização indígena.

Como utilizar a Análise do Discurso para compreender a criminalização indígena no jornal *Folha de Boa Vista*? Não parece ser uma tarefa de fácil execução. A análise do discurso tem várias categorias de análise, porém em função de sua complexidade, trabalhou-se aquela que se refere ao *silenciamento* do indígena.

Como se sabe, o estado de Roraima foi criado há apenas 24 anos, e ainda não dispõe de uma produção historiográfica significativa. O que se tem percebido em relação à história de Roraima é uma tentativa de escrevê-la, realizada por pessoas sem o devido rigor científico e carente de análises interpretativas. Quando se fala da história relacionada ao índio, a situação se torna ainda mais problemática. Desta forma, a importância do tema aqui explorado reside no fato de poder contribuir para um melhor conhecimento de como o jornal faz uso de um discurso criminalizador do índio em suas páginas.

A metodologia adotada constituiu-se de levantamento bibliográfico e documental, em que foram selecionadas edições que continham notícias referentes ao objeto da pesquisa do jornal *Folha de Boa Vista* no período estudado. Foi adotada a abordagem da pesquisa qualitativa e as notícias foram apresentadas de forma analítica.

O trabalho está dividido em três capítulos, dispostos da seguinte forma:

No primeiro, **Análise do discurso: aproximações teóricas** aborda-se o conceito de Análise do Discurso a partir das definições teóricas de Bakhtin, Medvedev e Voloshinov (Círculo de Bakhtin). Vimos também as contribuições de Pêcheux, Michel Foucault e Eni Orlandi. A partir desses teóricos, estabelece-se o diálogo com Ingo Voese, Carlos Faraco, Muniz Sodré e Aloísio Dantas, que também trabalham com análise do discurso.

No segundo capítulo, **O silenciamento histórico do índio no jornal Folha de Boa Vista**, analisa-se de forma histórica, como foi construído o discurso sobre o indígena roraimense. Apresentam-se as principais posturas de autores, a exemplo de Eni Orlandi, que trabalha com a categoria silenciamento a partir da Análise do Discurso, bem como as notícias e charges que denotam esse processo.

No terceiro capítulo, **“A pena é leve, mas a carga é pesada”: a criminalização indígena no jornal Folha de Boa Vista por meio da charge**, investiga-se de que forma o periódico em tela faz uso de um discurso criminalizador do índio, constante principalmente na página de “Opinião”, contribuindo para o processo de discriminação desse grupo no estado.

Por fim, nas considerações finais do trabalho, mostra-se como o periódico faz uso do discurso criminalizador do índio para atender aos interesses dos grupos políticos locais que o sustenta, apontando para futuras pesquisas relacionadas ao tema aqui proposto.

## CAPÍTULO 1

### ANÁLISE DO DISCURSO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

O objetivo desse capítulo constituiu-se, de forma introdutória, em refletir sobre noções da Análise do Discurso, ferramenta importantíssima para a pesquisa na medida em que embasou o trabalho com as fontes coletadas durante a pesquisa de campo.

De acordo com Eni Orlandi (2010), a Análise do Discurso tem seus precursores muito anteriormente (Bakhtin e Saussure) à década de 60 do século 20. É um campo do conhecimento e propõe um novo objeto de investigação: o discurso. A Análise do Discurso (especialmente a francesa), Michel Pêcheux (1993a) vai retomar alguns conceitos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise.

De início, se faz necessário definir o conceito de discurso como algo que é demarcado em relação a outros objetos e que, simultaneamente, estabelece diferenças entre esse novo campo do saber e outros que estudam a linguagem historicamente. Também se pode conceituar o discurso como algo que está fora da língua, fora da fala, mas precisa da língua para se materializar.

#### 1.1 Conceitos formadores da Análise do Discurso

##### 1.1.1 O pré-construído

Segundo Michel Pêcheux (1988) o “pré-construído corresponde ao sempre já aí da interpelação ideológica que fornece, impõe à realidade o seu sentido sob a forma da universalidade, o mundo das coisas” (PÊCHEUX, 1988, p.164).

Ao se ler ou escrever, elocução ou audição, percebe-se que uma ou outra porção de sentido já nos é conhecido, ou aquilo que alguém já disse alhures, porém não sabemos em quais condições surgiu, de onde veio, quem foi o responsável, com que intenções e também outros determinantes de peso.

Corroborando com esse raciocínio Paul Henry (1990) define o pré-construído como elemento produzido em outro(s) discurso(s), anterior ao discurso em estudo, independente dele.



Dantas (2007) também está de acordo com essa linha de pensamento. Segundo o autor, observa-se,

[...] nestas situações, uma enunciação anterior que entra na produção textual despida de sua realidade dêitico-pragmática e que passa a operar, em sua enunciação atual, outros efeitos de sentidos, semelhantes ou conflitantes, em relação aos anteriores (DANTAS, 2007, p. 41).

Tal constatação se apresenta em situações onde o enunciado é do tipo: “Abaixo a ditadura, democracia já” quando falados em contextos diferentes daqueles que surgiram, “ganham” formas ideológicas.

Conforme Marandin (1991), o pré-construído depende de uma pesquisa que se situe na “pragmática do discurso”, que busque compreender como funciona a linguagem nos diferentes setores da sociedade:

[...] o pré- construído designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível do seu modo de interpretação [...] o objeto questão sendo o suporte dos efeitos de referência extralinguística e da predicação. Pode-se precisar a definição da seguinte maneira: a expressão ou as expressões que introduzem o objeto da referência restringem sua interpretação [...] a restrição depende de um plano de organização da língua, Isto é, de uma articulação regrada forma-sentido. Percebe-se bem a noção de pré-construído quando se contrasta com aquela do já-dito (e toda modalidade do dito fora da asserção: pré-assertado ou pré-suposto): o pré-construído qualifica a forma da expressão na medida em que limita a interpretação, enquanto o já-dito depende do conteúdo (proposicional ou nocional) [...] Tem-se pré-construído quando o diferencial interpretativo recorta uma diferença em uma construção ideológica. A eficácia é então máxima, pois a diferença se apresenta nas formas tais como a língua força a interpretá-las (MARANDIN, 1991, p. 131).

Segundo essa perspectiva, o pré-construído se constitui naquelas formas que são reinterpretadas na língua e vão significar os discursos, determinando assim, em relação ao que os sujeitos estão querendo dizer, os efeitos de sentido que se realizam no texto: tal fenômeno se converte numa espécie de interpretação, o que se diferencia dos pressupostos em relação ao plano dos conteúdos.

Patrick Sériot apud Indursky (1997) conceitua pré-construído como:

[...] formas simples, provenientes de discursos anteriores ou apresentadas como tal. Esses enunciados são importados como relações predicativas onde cada elemento já está munido de operações de asserção efetuadas ou supostamente efetuadas em um ato de enunciação precedente (SÉRIOT apud INDURSKY, 1997, p.41.).

Sendo assim, o sujeito não assumirá a responsabilidade pelas formas pré-construídas, que se constituem no resultado de interpretações geradas em outras condições de produção, com objetivos outros e, como assevera Marandín, faz-se um recorte diferencial na construção ideológica, que é do sujeito e aquela predicação ou porção de significado que não é de responsabilidade de quem anuncia o discurso. Neste sentido, ocorre o apagamento das condições históricas onde surgiu a enunciação pré-construída e dessa forma pode-se eximir da responsabilidade do que se está afirmando, visto que são outros os enunciadores, assim a apropriar-se daquela enunciação precedente, incorporando-a ao seu discurso.

De acordo com Sériot, existem variados tipos de pré-construídos, entre outros ele elenca:

- a) ...aquele que remete formalmente a um discurso anterior (heterogeneidade mostrada); b) um não-dito que é da ordem do jamais dito, do jamais assumido, indizível (esses não-ditos informuláveis encontram vestígios em discursos de refutação); c) não-ditos que não encontram correspondência em ocorrências efetivamente assertadas (SÉRIOT apud INDURSKY, 1997, p.41).

Neste sentido, é assim que funciona o pré-construído: ele dá ao sujeito as enunciações ou então os outros discursos com os quais ele poderá construir sua própria enunciação e também seu próprio discurso.

### **1.1.2 Efeitos de sentido**

Segundo Dantas (2007), [...] a língua não serve apenas para expressar pensamentos ou como instrumento de comunicação. Ela funciona necessariamente no entremeio do discurso, que torna um discurso de prática social (Dantas, 2007, p.46). Existe, no entanto uma necessidade de compreender o que o outro diz. Assim segundo Pêcheux (1990):

O discurso é um efeito de sentidos entre locutores, que se manifestam por dois efeitos, o efeito metafórico: ‘fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do sentido x e y’ e o efeito parafrástico: “o mesmo sistema de representações se reinscreve através das variantes que o repetem progressivamente, é esta repetição do idêntico através das formas diversas” (PÊCHEUX, 1990, p. 82, 96-7).

Esse processo caracteriza a produção do sentido. Então, conforme a perspectiva de Pêcheux, os textos se transformam em discursos por intermédio dos dois efeitos de sentido, o metafórico e o parafrástico, este último caracteriza-se como responsável pela produção do sentido no geral. Então segundo Pêcheux e Fuchs:

[...] a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica dessas sequências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito, assim como a relação a um referente que implique esse efeito. Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambiguidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento: na realidade, afirmamos que o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos) (PECHEUX e FUCHS, 1990: p. 169).

Sendo assim, para que se possa ter efeitos de sentidos, faz-se necessário que haja toda uma interdiscursividade, que atravesse as palavras, os enunciados e também os textos na condição de memória, para os sujeitos de sua formação discursiva (do lugar onde ele diz o discurso).

Sírio Possenti (2001) revisa esse conceito. Dessa forma, o sentido se inscreve num discurso que lhe é anterior. Então, conforme Possenti (2001),

[...] qualquer enunciação supõe uma posição, e é partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer as formulações relacionadas a outras formulações (POSSENTI, 2001, p.51).

Nesse sentido, os efeitos de sentido são uma cadeia de discursos, que entre si dialogam e constroem uma vasta rede de determinações, de sobredeterminações e indeterminações.

Diante do exposto, pode-se inferir que os sentidos e por sua vez seus efeitos, não se encontram nas palavras, nos enunciados ou nos textos, mas sim na relação de todas essas formas:

- a) As outras formas (outras palavras, enunciados e textos) que numa relação parafrástica as repetem;
- b) As outras formas que as modificam, numa relação de transferência de sentidos ou metafórica;
- c) A memória discursiva destes sentidos, modificados ou repetidos (mesmos ou diferentes).

### 1.1.3 Formação discursiva

O sentido não pode existir em si, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico onde as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido conforme as posições de quem as empregam. É dessas posições que elas “tiram” seu sentido, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais essas mesmas posições se inscrevem.

O conceito de formação discursiva, embora polêmico, é fundamental na Análise do Discurso, pois proporciona a compreensão do processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia, bem como dá ao analista a possibilidade de firmar regularidades no funcionamento do discurso.

Como se define uma formação discursiva? Segundo Eni Orlandi (2010), a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada - determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2010, p.43).

O estudo do discurso procura explicitar a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetando em sua relação recíproca. As palavras falam umas com as outras. Toda palavra será sempre parte de um discurso. Todo discurso se projeta na relação com outros dizeres presentes e os que ficam na memória.

As palavras não são literais e a linguagem não é transparente. Por se inscreverem formações discursivas diferentes, as palavras iguais podem assumir significados diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não tem o mesmo significado para um índio, para um sem-terra e para um latifundiário. Se escrevermos com letra maiúscula ela significará diferente. Esses usos se dão em condições de produção diferentes e poderão se referir a diferentes formações discursivas. O analista do discurso observa as condições de produção e verifica o funcionamento da memória, devendo então, remeter o dizer a uma formação discursiva que compreenda o sentido do que está sendo dito.

Em relação ao sentido e sua evidência nos afirma Orlandi (2010):

A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito de sentido ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que ‘eu’ sou ‘eu’), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação - que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva - que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma - sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres (ORLANDI, 2010, p.45).

### 1.1.4 Paráfrase e Polissemia

Um texto para ser realizado não depende apenas do cotexto e do contexto. Esses são simples fatores em direção ao seu acabamento final. Dois processos semânticos discursivos constituem o texto: o parafrástico e o polissêmico. O texto é produzido por esta tensão. Conforme Dantas (2007) baseando-se em Orlandi (1987 e 1988). É preciso manter bem clara a distinção o cotexto e o contexto são fatores formais que dizem respeito apenas ao texto, enquanto a paráfrase e a polissemia ‘são processos constitutivos da tensão que produz o texto’ (DANTAS, 2007, p. 58). A paráfrase está ligada à estabilização. A polissemia está relacionada ao deslocamento, à ruptura dos processos de significação. A polissemia joga com o equívoco. Todo discurso é uma tensão entre o mesmo e o diferente. Quando se fala, utilizam-se palavras já ditas.

A Análise do Discurso está menos preocupada com o aspecto sintático textual aparente do que com os processos discursivos que “geraram” essa situação. Então a paráfrase e a polissemia são uma tensão discursiva. Os diferentes significados de um signo apenas serão considerados se discursivamente estabelecerem, sentidos diferentes ao texto.

Na Análise do Discurso distingue-se criatividade de produtividade. Para Eni Orlandi (2010):

A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz variedade do mesmo. Por exemplo, produzimos frases da nossa língua, mesmo as que não conhecemos, as que não havíamos ouvido antes, a partir de um conjunto de regras de um número determinado. Já criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento de regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes (ORLANDI, 2010, p.37).

Em relação à mídia (e aí se inclui o jornal) o que se vê com mais frequência é a produtividade e não a criatividade. Para que haja criatividade é necessário que se ponha em conflito o já produzido e o que se vai instituir. Decorre daí a frase “a paráfrase é a matriz do sentido”. Não existe sentido sem repetição, sem uma sustentação no saber discursivo. Uma afirmação é aquela que diz “a polifonia é a fonte da linguagem”.

Todo dizer é ideologicamente marcado. A ideologia se materializa na língua. Então o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia, segundo Eni Orlandi. O discurso é algo que está exterior à língua (à fala), mas que necessita da língua para ter uma existência

material. O discurso é ideologicamente marcado e socialmente produzido e transformado sempre.

A Análise do Discurso é um campo do conhecimento que cada vez mais desperta interesse de estudiosos das diversas áreas. E por que isso ocorre? Na realidade é um campo teórico metodológico transdisciplinar que fornece uma reflexão a respeito da produção dos sentidos sociais.

Para a Análise do Discurso, a língua não é somente um canal ou ferramenta informativa comunicacional; as palavras não são transparentes, nem estão relacionadas termo a termo; quem fala não é fonte do que diz, bem como não domina tudo que diz. Não se mantém abstratamente à língua, nos padrões estruturalistas (como quer Saussure); ganha espaço a forma material. Ocorre a inseparabilidade entre língua e história no que se refere à constituição dos sentidos, ao invés de um sistema de regras autossuficiente do exterior que apenas circunda a língua. Segundo Pêcheux (1993a) há diferença do nível meramente linguístico, o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística (PÊCHEUX, p.61-163).

Segundo Mariani (1998), significar, produzir sentidos, está na ordem do discurso, que é uma ordem distinta da língua, mas que a supõe como base. Para Voese (1997),

[...] embora, na sua relativamente curta história, a AD tenha conseguido erguer um razoável e seguro construto teórico, ainda permanecem abertas questões que dizem respeito, especialmente, à amplitude e ao modo de abordar o texto, ou seja, de como fazer a leitura em função de determinadas concepções teóricas e que incluem a noção de História (VOESE, 1997, p. 13.).

Na concepção de Michel Foucault (1987),

A Análise do Discurso está colocada na maior parte do tempo sob o duplo signo da totalidade e da pletora. Mostra como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma única figura, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época. Cada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que pela primeira vez traz à luz o que os homens haviam querido dizer, não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem (FOUCAULT, 1987, p.137).

O trecho revela que Foucault procura dar ênfase à produção dos discursos a partir das instituições, indo além das palavras, textos e discursos. Enfrentando essa polêmica, Eni Orlandi (1987) considera que,

O estatuto da linguística (...) na análise do discurso é complexo e implica uma série de reformulações, reavaliações e deslocamentos de conceitos operatórios. (...) Trata-se então, de se procurar apreender a singularidade sem, evidentemente, perder de vista a possibilidade de se construir a sua generalidade (ORLANDI, 1987).

Para Bakhtin (2003)

Discurso, isto é, a língua em sua totalidade concreta e viva, e não a língua como o objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração totalmente legítima e necessária de vários aspectos da vida concreta da palavra (BAKHTIN, 2003: p.18).

Dessa forma, Bakhtin propõe outra disciplina diferente da linguística, porém sempre em correlação com a mesma, salientando a observação de que os limites entre as duas seriam praticamente, violados. Isto mostra que Bakhtin está consciente da impossibilidade de ignorar a linguística (ou seja, o estritamente verbal no que se refere ao enunciado) e, por outro lado, de estabelecer rígidos limites entre os dois tipos de abordagem no estudo da linguagem. Nesse sentido, Bakhtin, ao propor que era necessário se criar uma segunda disciplina para se estudar a linguagem enquanto prática social, estava, assim, apenas antecipando um debate, que se tornaria crucial décadas depois e que continuaria vivo em nosso meio.

Concretamente, é compreensível que o fenômeno linguístico mais discutido nos trabalhos dos dois maiores representantes do Círculo de Bakhtin (Bakhtin e Voloshinov) seja precisamente o discurso reportado, ou seja, a presença explícita da palavra de outrem nos enunciados. Tal abordagem deriva do próprio conceito de linguagem do Círculo, que tem como foco a realidade linguística social e a de cada falante como essencialmente heterogênea. Nesse sentido, o Círculo de Bakhtin tem como filosofia algo que está centrado no pressuposto básico que afirma que a realidade da linguagem é o fenômeno social de interação verbal, ou seja, a realidade da linguagem é a dinâmica da responsividade, das relações dialógicas no seu amplo sentido.

Segundo Faraco (2009),

Há claro, um longo caminho entre as primeiras formulações da temática da intersubjetividade, no século XVIII, até se chegar, cento e tantos anos depois, ao Círculo de Bakhtin com sua teoria das relações dialógicas que colocou, com maestria, a linguagem no cerne desta problemática (FARACO, 2009, p. 157).

Continua o autor, [...] fica já bem claro que sua filosofia pode ser vista como parte de uma linhagem intelectual que tomou forma a partir da concepção básica de que o si não é sem o outro (Ibidem, p.157).

No sentido jornalístico do discurso temos como privilégio de análise o texto da notícia. Segundo Sodré (2009),

[...] em meio à crise evidente das formas tradicionais de jornalismo diante da circulação da internet em tempo real e fluxo contínuo, o estatuto conceitual da notícia suscita considerações de ordem prática para a corporação editorial, inclusive a de saber se os tradicionais produtores do texto jornalístico ainda podem determinar em última análise o que é ou não uma notícia, portanto, determinar se a corporação profissional a que pertencem ainda detém o controle absoluto sobre o produto básico do discurso informativo (SODRÉ, 2009, p.23).

O problema exposto necessita de reflexão e algumas questões surgem: Por que este fato e não outro? Por que o leitor precisa saber do mesmo? Por que alguém precisaria deliberadamente falar publicamente sobre o fato?

## **1.2 Análise do discurso como metodologia**

No presente trabalho, optou-se pela Análise do Discurso como método de abordagem e de procedimento, no estudo de caso: o discurso sobre criminalização indígena no jornal *Folha de Boa Vista*, no período de 2000 a 2005.

Por que a análise do discurso como metodologia? Como tentativa de resposta para essa questão, entende-se que a análise do discurso liga-se a duas situações: *a priori*, acredita-se que esse método seja o mais adequado para a produção de pesquisas que exigem uma interpretação da realidade social de forma mais contundente. Numa outra situação, foi verificado que a questão indígena no jornal é uma realidade que faz parte do cotidiano citadino e até estadual (Boa Vista e o Estado de Roraima como um todo).



Autores como Orlandi (2001) afirmam que o discurso surge como um processo dinâmico, em constante movimento e muito ligado ao ambiente em que se vive e fala. Segundo o pensamento da autora,

A análise do discurso, como o próprio nome indica, [...] não trata da língua, da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem; como estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2001, p.15).

Ainda, segundo a autora, todo discurso está associado a um ambiente sócio histórico para o qual a ideologia tem um papel fundamental. Nesse sentido, a ideologia é um aspecto fundamental na análise do discurso defendida por Eni Orlandi. Para a autora, ideologia faz parte da realidade, é o espaço em que se realiza a interligação entre a língua e a história.

A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação (ORLANDI, 2001, p.10).

Para a autora, o discurso seria o movimento dos sentidos, da errância dos sujeitos, dos lugares temporários de conjunção e dispersão, da unidade e da diversidade, da indistinção, das incertezas, dos trajetos, dos fundamentos e dos vestígios.

Na análise do discurso, o texto se converte naquele que produz sentidos potencialmente e contribui, sobremaneira, para alargar os significados da ideologia. Nesse sentido,

[...] ideologia é o processo de produção de um imaginário, isto é a produção de uma interpretação particular que aparece, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado (ORLANDI, 1997, p.100).

Nessa pesquisa, no contexto da abordagem da análise do discurso optou-se pela categoria do “silêncio”, como um aspecto relevante do método. O mesmo aparece como fator essencial à atribuição de significados ao objeto de análise. Para falar do “silêncio”, Eni Orlandi (2001) assim se exprime,

O silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido [...]. Silêncio que indica que o sentido

pode ser outro. Mas há formas de silêncio que indicam que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam (ORLANDI, 2001, p. 83).

Segundo Dantas (2007), citando Miranda (1993) a respeito do discurso e do silêncio:

É necessário que se pense na relação entre a palavra e o silêncio, porque é no entremeio dessa relação que se produz a violência política; o antropocentrismo e, em consequência, todos os *centrismos* (auto, euro, anglo etc.) surgem dessa motivação de “que o silêncio seja abolido”, porque tudo que tradicionalmente escapa à palavra sofre um processo de dominação, mesmo de violência. Devemos entender palavra como discurso, um sujeito para manter o seu como hegemônico, o que não deixa de ser uma violência. (MIRANDA, 1993, p.103 apud DANTAS, 2007, p.113).

Ainda conforme Dantas (2007),

O silêncio se caracteriza, portanto, de dois modos: como negação do discurso do outro e ocultação de seus sentidos e como excesso de discursos elaborados por um determinado grupo, salientando exageradamente os significados dos discursos (DANTAS, 2007, p.145).

Nessa perspectiva é que se reflete sobre uma distinção entre as palavras que são ditas e as palavras que não são ditas. Conforme esse pensamento, assim se expressa Foucault (1988, p.30) [...] Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Da mesma forma que as palavras e os textos, os silêncios também têm diferentes formas: desvio de atenção, entrelinhas, excesso, proibição e o estar em silêncio (que também é um modo de falar). Isso está presente na famosa frase de efeito: “Quem cala consente”. Silêncio também é sentido, ele não está vazio de significação.

Em relação ao objeto desta pesquisa - o discurso sobre a criminalização indígena no jornal - alguns textos procuram desviar a atenção do leitor para assuntos de somenos importância, recurso muito utilizado no jornal. E nesse sentido, Dantas (2007) conclui que essa invenção só acontece em função da natureza dos textos de mídia em que há sempre um sujeito autorizado a interditar sentidos que não pertençam a sua formação discursiva (DANTAS, 2007, p. 117).

Foi com esse propósito que se realizou essa investigação em relação à presença de criminalização indígena, incluindo-se notícias que envolvem indígena que pratica crime e indígena que é vítima de crime no material coletado para a pesquisa, ou seja, as notícias

(textos das notícias) que apresentassem índices de criminalização indígena no período já citado.

### 1.3 A criminalização indígena no jornal *Folha de Boa Vista*

Publicado na Revista *Textos e Debates* da Universidade Federal Roraima, o artigo do professor Jaci Guilherme Vieira e do professor da Universidade Estadual de Roraima Paulo Sérgio Rodrigues da Silva, “A violência indígena na ótica do jornal *Folha de Boa Vista*”, o tema criminalização indígena veio à tona no meio acadêmico.

O artigo versa sobre a violência contra as populações indígenas de Roraima e a cobertura que o já referido jornal fez sobre casos que ocorreram entre 2003 e 2005, coincidindo com o período proposto no presente trabalho, 2000/2005, o que não perde sua importância enquanto análise visto que as motivações para criminalização indígena ainda continuam a existir.

Um dos crimes mais recorrentes nesse período é o homicídio contra indígenas em Roraima. É o caso do assassinato do índio Macuxi Aldo da Silva Mota em 2003, que rendeu várias edições do *Folha de Boa Vista* entre 2003 e 2005. Por que se resolveu estudar essa temática? A principal inquietação dos autores do artigo foi tentar entender de que forma são produzidas as notícias que estão relacionadas à violência contra os índios, visto que alguns setores da imprensa local, apoiados por fortes grupos econômicos e políticos, tendenciosamente, por meio de um discurso jornalístico, revelam uma verdadeira aversão à causa indígena.

Isso é possível perceber quando no corpo do jornal alguns fatos recebem tratamento diferenciado e outros, simplesmente, são ocultados ou silenciados. A busca pela razão desse procedimento é um dos fios condutores da análise dos pesquisadores. É preciso analisar qual o papel do jornal (imprensa impressa) e que jogo de interesses está por trás na produção desse tipo de notícia. É regra estarem os meios de comunicação em poder dos donos do poder.

Segundo Silva e Vieira (2007),

Em Roraima é evidente o envolvimento tendencioso ou o silêncio da mídia impressa em relação às questões indígenas, não veiculando os fatos com o mínimo de imparcialidade, como se deve esperar de uma imprensa livre e democrática (SILVA e VIEIRA, 2007, p.131).

Pelo o que foi exposto, a imprensa impressa, no caso o jornal *Folha de Boa Vista*, se mostra parcial ao produzir notícia sobre a questão indígena em Roraima, o que contraria o lema máximo de um órgão de imprensa que prima pela seriedade e profissionalismo. É importante salientar que embora algumas notícias aqui analisadas sejam da década de 1990, os fatos dessa conjuntura no Estado refletem-se na década de 2000, período analisado na pesquisa.

Ressalte-se como exemplo uma notícia que saiu na página policial do mesmo jornal, datado de 23 de outubro de 1997: “**Garota Vai-Vai sofre ato libidinoso**” (Figura 01).

12 **POLÍCIA** FOLHA DE BOA VISTA  
BOA VISTA, QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1997

## Garota wai-wai sofre ato libidinoso

**O ACUSADO NEGA TER PRATICADO O ATO QUE A CRIANÇA INSISTE EM AFIRMAR, DETALHANDO COMO TERIA ACONTECIDO**

**A** menina wai-wai A.R.S, 10, foi submetida, na manhã de ontem, a exame de conjunção, por ter sido vítima de ato libidinoso. Um comerciante conhecido por Ceará, é apontado como autor do crime ocorrido domingo, à noite, no bairro Prainha, município de Caracará.

Vizinha do bar de propriedade do acusado, a vítima teria sido chamada por ele que lhe ofereceu um refrigerante e quando ela voltou para entregar a garrafa, teria sido puxada para dentro do estabelecimento comercial que teve a porta fechada.

“Ele tirou minha blusa e depois minha calcinha”, disse A.R.S, ontem pela manhã, quando se encontrava no Instituto Médico Legal. Ela revelou que o comerciante colocou a boca



*Sara foi atropelada no dia do aniversário*

onde ainda vão crescer os seios e depois no órgão genital.

A responsável pela Delegacia de Polícia Civil do município, Rita Soares Peres, foi quem conduziu a menina ao IML. Ela informou que Ceará já foi ouvido mas negou a prática do crime, alegando que a vítima estava mentindo. “Na frente dele, a menina contou detalhes do que ele fez e mandou que ela fizesse”, disse a policial.

Rita revelou que o crime só foi descoberto porque a irmã mais velha de A.R.S tinha saído e deixado a menina em casa, junto com os irmãos mais novos. Na volta para casa, a mais velha percebeu que A.R.S não estava e saiu à procura dela e viu quando ela saía do bar suspendendo a calcinha.

“Ela perguntou e a menina contou o que tinha acontecido”, disse, frisando que vai aguardar o laudo do exame para saber se tem condições ou não de pedir à Justiça que decreta prisão preventiva contra o acusado, que já está sendo indiciado, através de representação criminal movida pela irmã de A.R.S.

**ATROPELADA**  
Enquanto isso, a menina Sara Kele da Silva Catanhede, 7, está internada no Pronto Socorro, com fratura na perna esquerda e ferimentos distribuídos pelo corpo, em consequência de atropelamento ocorrido terça-feira, à noite, no bairro Burititá.

Era seu aniversário e Sara estava andando de bicicleta perto de sua casa quando foi colhida por uma motocicleta, de características e condutor não identificados.

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 1997.

A pergunta que se faz é: quem entendeu a notícia? Pelo que sabemos a libido é uma categoria científica da Psicanálise, trabalhada por Sigmund Freud. O leitor comum terá dificuldade de saber o que é libido. O leitor que entender ficará em dúvida porque libido é segundo o Dicionário Aurélio Século XXI (1999)<sup>1</sup>, “[...] instinto ou desejo sexual.”. Por que o jornal não falou que a indígena sofreu uma violência sexual? Por qual motivo não foi direto

<sup>1</sup> Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa. 3ed. Rio de Janeiro, 1989.

em sua linguagem? O jornal assim procedeu porque ela é indígena? Só a análise do discurso do jornal pode responder a essa pergunta.

Voltando ao trabalho sobre violência contra os indígenas em Roraima, um dos motivos que levava o jornal a veicular notícias sobre a violência contra indígenas de forma parcial era justamente a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, postura contrária ao grupo de interesses que sustentava o já referido órgão de imprensa, tanto econômica como politicamente.

Em um trecho do artigo, Silva e Vieira (1995), assim se expressam,

No processo de luta pela demarcação da Terra Raposa Serra do Sol, localizada na região nordeste do Estado de Roraima, várias ações violentas contra populações indígenas, principalmente Macuxi, foram cometidas por invasores de terras. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), em diversos relatórios, narra uma seqüência de atrocidades cometidas em relação aos indígenas nas áreas de conflito, incluindo homicídios, cárcere privado, destruição de roças, agressões físicas e ameaças de morte. Alguns desses acontecimentos foram noticiados e ganharam destaque de forma distorcida, enquanto outros sequer foram mencionados, passando a idéia de não existir conflitos violentos e que as relações entre fazendeiros e índios sempre foram pacíficas, amigáveis e harmoniosas, como é colocado pela historiografia dos escritores positivistas regionais (SILVA e VIEIRA, 1995, p.132).

Como se pode observar no trecho acima, a demarcação das terras indígenas é indício de conflito violento em desfavor dos indígenas, principalmente os Macuxi, em Roraima. Uma das entidades que procura de alguma forma defender os índios é o Conselho Indígena de Roraima (CIR) por meio de relatórios que narram os crimes contra os índios. O que parece intrigante é a postura do jornal em questão, que distorce os fatos e propaga uma realidade falseada dos conflitos existentes na terra indígena. Outra observação importante que os referidos pesquisadores fazem em relação à historiografia local que embasa os argumentos presentes no texto das notícias do jornal, apresenta o processo de colonização do rio Branco e sua relação com as ações violentas, afirmam:

A história da colonização no rio Branco foi marcada por ações violentas. Nunca foram pacíficas as relações entre índios e brancos, muitos grupos étnicos foram totalmente dizimados pelos colonizadores. O indígena no rio Branco não foi o que o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 a 1778), na sua visão romântica, chamou de o “bom selvagem”, houve luta, revolta, mortes, e também resistências aos projetos da Coroa e aos projetos das fazendas particulares, instaladas aqui na segunda metade do século XIX (Ibidem, 1995, p.133).

A própria historiografia aponta os conflitos entre índios e colonizadores, porque seus projetos eram totalmente diversos um do outro. Os índios resistiram à conquista de várias formas, citadas no texto desses autores. A julgar pelo episódio da Revolta da Praia do Sangue no rio Branco, os índios não aceitaram a dominação dos agentes coloniais. Mas esses conflitos foram se ampliando com o passar dos anos e vararam o século seguinte e chegam à atualidade sob outras formas de exclusão social.

Agora os conflitos modernos são de outra ordem e complexidade. O jornal *Folha de Boa Vista* noticiou em sua editoria “Cidade” em 27 de agosto de 1997: “**Índios podem impedir a linha de Guri**” (Figura 02). Trata-se da implantação de uma linha de alta tensão que vai até o país vizinho, a Venezuela e corta os territórios indígenas. A forma como foi divulgada a notícia dá a entender que os índios são um empecilho ao progresso e ao desenvolvimento do Estado. Ressalte-se um trecho da notícia: “Se os governos estadual e federal não os convidarem para isso, **ameaçam bloquear** a entrada de não-índios para pontos turísticos e impedir que a linha de Guri, da Venezuela, seja construída.” (grifo meu)

Figura 02: Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 5A, 27/08/1997.

**FOLHA DE BOA VISTA** CIDADE BOA VISTA, QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1997 05

# Índios podem impedir linha de Guri

UMA negociação quanto a energia de Guri. Os índios querem aproveitar o tratado entre Brasil e Venezuela, para resolver o problema energético do Norte brasileiro, e cobrar do governo federal a retirada de todos os invasores das terras indígenas de Raposa/Serra do Sol e da reserva São Marcos.

Esse assunto será um dos temas a serem discutidos durante o Seminário Internacional de Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guayana, que começa hoje, no auditório da Casa Paulo VI, da Diocese de Roraima, localizado no bairro São Vicente. Por enquanto, a ideia de negociar a retirada de vilas e de posseiros das terras indígenas está apenas a nível de proposta.

José Adalberto disse que ainda existe a possibilidade das organizações indígenas exigirem indenização - a exemplo dos índios Waimiri-Atroari, que pediram indenização para deixar o asfalto passar na reserva. “Não tem nada acertado”, reforçou. “Vamos discutir essas propostas porque a questão da Linha de Guri é mais complicada do que a dos índios Waimiri-Atroari”.

Adalberto disse que Funai vai negociar com a Elettronorte a elaboração de um levantamento minucioso sobre a linha de Guri que vai cortar de norte a sul a reserva de São Marcos. “O primeiro passo foi autorizar a Elettronorte fazer o trabalho de topografia dentro dos limites das terras indígenas, mas nossa ideia agora é criar uma comissão para fazer uma avaliação, incluindo representantes do Cir, do governo estadual, Elettronorte e da Universidade de São Paulo, que estuda sobre o problema energético”, complementou.

Antes de partir para uma negociação definitiva com o governo, as lideranças indígenas querem ainda criar outra comissão formada por pesquisadores (geólogos e arqueólogos) para estudar quais serão os impactos ambientais que a construção da BR-174 causou e quais os que serão causados pela construção do link de Guri nas áreas indígenas.

**RELATÓRIO**  
Só depois desses dados em mãos é que os índios vão partir para uma negociação definitiva com as autoridades brasileiras. Para provar que estão bem informados e documentados, José Adalberto apresentou à imprensa um relatório elaborado por entidades internacionais de apoio a causa indígena sobre os projetos de desenvolvimentos destinados à região Norte do Brasil.

Nesse relatório constam dados minuciosos sobre as transações de governo brasileiro com o governo venezuelano e a Corporação Andina de Fomento (CAF) que financiou o asfaltamento da BR-174 e também está querendo financiar a construção das linhas de transmissão de Guri.

O documento revela que o asfaltamento da BR-174 entrou em Manaus, no Brasil, até Caracas na Venezuela, vai custar 176 milhões de dólares, dos quais 81 milhões foram emprestados ao Brasil pela CAF. O propósito desta rodovia, segundo o documento, é expandir o comércio regional entre os dois países, especialmente nos campos de petróleo, energia, cimento, madeira e mineração.

Quanto a energia de Guri, o documento afirma que o link de Guri terá um custo total de 650 milhões de dólares e está prevista para ser concluído entre 1999 e 2004. “O objetivo é suprir a necessidade imediata de energia elétrica da Amazônia”, afirma. O documento diz ainda que esse projeto inclui as linhas de transmissão, gasodutos e usina de energia.

**A PARTIR DE HOJE ÍNDIOS DO BRASIL, VENEZUELA E GUYANA DISCUTEM SUAS PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL**

As lideranças indígenas querem participar de todas as discussões sobre os projetos que envolvem territórios indígenas, como Calha Norte, asfaltamento da BR-174, linha de Guri, construção de estradas e hidrelétricas. Se os governos estadual e federal não os convidarem para isso, ameaçam bloquear a entrada de não-índios para pontos turísticos e impedir que a linha de energia de Guri, da Venezuela, seja construída.

O vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (Cir), José Adalberto da Silva, disse que essa é a posição não só dos índios roraimenses como também das organizações indígenas da Amazônia. “Se o governo não quiser acordo, vamos à Organização das Nações Unidas denunciar a violação do acordo internacional assinado pelo Brasil, sobre direitos dos índios”, ameaçou.

A cobrança mais urgente é

Adalberto: “Se o governo não quiser acordo, vamos à ONU”

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 1997.

Quando se lê a notícia em sua íntegra percebe-se que as palavras (ameaça e bloquear) pertencem ao jornalista que produziu a notícia e em momento algum “sai” da boca de qualquer indígena, presente na reportagem. A palavra do vice coordenador do CIR, José Adalberto da Silva, não aponta para o sentido que a notícia quis dar ao fato. O indígena é na realidade, uma liderança do CIR, mas o texto leva o leitor a interpretar a situação de entrevista

como “ameaça”. Essa palavra tem um poder criminalizador fortíssimo e é completada pelo verbo “bloquear”. No Brasil contemporâneo uma das formas de criminalizar os indígenas é atingindo as lideranças. Esse foi o caso do cacique Xavante Mário Juruna, que se defendia ligando seu gravador Panasonic frente às autoridades do Estado.

No meio urbano de Boa Vista, os indígenas são obrigados a se adequar à lógica da cidade e, a partir daí, tentar sobreviver. O jornal *Folha de Boa Vista* em sua edição de 03 de outubro de 2000, na editoria de “Polícia” noticia: “Desempregado morre estrangulado” (Figura 03).

Figura 03: Manchete principal da editoria “Polícia”, Página 12A, 03/10/2000.

12 - Boa Vista, terça-feira, 03 de outubro de 2000

POLÍCIA

FOLHA de Boa Vista

# Desempregado morre estrangulado

*Agricultor é atropelado ao tentar salvar criança*

**À MULHER DISSE QUE SAIU DE CASA E FICOU DE SE ENCONTRAR COM ELE NO DIA SEGUINTE MAS ELE NÃO APARECEU NA CASA DA SOGRA**

O desempregado Lauro Sales dos Santos, 42, morreu no início da noite de domingo vítima de estrangulamento, possivelmente com um pedaço de fio fino. O fato aconteceu dentro da casa dele, na Rua 40, bairro Jardim Equatorial I. A polícia investiga se houve assassinato ou não, sendo a viúva Sabelita Alves de Souza, 36, a principal suspeita. Ela está sendo procurada.

Ao registrar ocorrência no 3º Distrito Policial, a viúva contou que tinha saído de casa situado para a casa da mãe dela no bairro Aparecida, onde deveria esperar o marido que não apareceu no domingo, conforme o combinado. Ao voltar para casa, teria encontrado Lauro caído no chão e foi verificar o que tinha acontecido, constatando que o mesmo estava sem vida.

A irmã dele, Luíza Sales, que mora na Maloca Canonani, esteve ontem no Instituto Médico Legal. Ela disse nada saber sobre as circunstâncias da morte do irmão que morava há algum tempo em Boa Vista.

O corpo foi removido ao Instituto Médico Legal, para necropsia, feita pelo legista Claude Vasconcelos. Ele constatou que o desempregado foi estrangulado com um fio fino. O titular do 3º Distrito Policial, Sátiro Villela, que já tinha a viúva como suspeita, determinou a equipe do Setor de Operações que fosse à procura dela, para prestar esclarecimentos. Até o fechamento dessa matéria os agentes ainda não tinham localizado Sabelita.

O agricultor Cardoso Pereira, 22, morreu domingo, vítima de atropelamento ao tentar salvar uma criança de apenas nove anos que tinha atravessado a BR-174, de bicicleta. Para impedir que a mesma fosse atropelada, ele terminou sendo colhido por um veículo venezuelano e morreu no local, próximo à localidade conhecida por Quilômetro Cem, sentido Boa Vista/Pacaraima.

O veículo envolvido foi a Blazer de cor verde, placas KAA-31P (Venezuela), conduzida por Jaime Cerqueira Fernandes, 51. Ele saiu do local para avisar policiais rodoviários federais, conforme informações da chefe substituta do Distrito, Hildemaria Miranda.

Ela disse ter recebido pessoalmente a informação sobre o fato através do condutor da Blazer, que não foi preso. “Além de procurar a autoridade policial, ele saiu do local porque tinha sua vida ameaçada”, disse, revelando que Jaime contou a mesma versão da esposa da vítima que Cardoso tinha visto uma criança atravessar a pista, assustou-se e correu para tirá-la do perigo, quando foi atropelado.

Na manhã de ontem, a mãe do agricultor, Adélia da Silva, 49, esteve no Instituto Médico Legal. Ela afirmou não saber quais as circunstâncias da morte do filho que morava na Maloca do 100, região do Amajarí.

*A polícia suspeita que Lauro possa ter sido estrangulado pela viúva*

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2000.

Quem é esse “desempregado” de que o jornal fala? Trata-se de um indígena. O jornal nem sequer se interessou por saber sua condição étnica. Na cidade ele é mais um entre tantos outros urbanoides. Vejamos onde essa situação não foi verificada pelo jornal, diz o trecho da

notícia: “A irmã dele, Luzia Sales, que **mora na Maloca Canonani**, esteve ontem no Instituto Médico Legal. Ela disse nada saber sobre as circunstâncias da morte do irmão **que morava a algum tempo em Boa Vista**” (grifos nossos). É a fala da irmã do indígena, porque tem o fenótipo e mora na maloca citada conforme o texto da notícia. Atente-se para o que disse Luzia, em relação à localidade onde morava antes de Boa Vista, ou seja, numa maloca, o que denuncia sua condição étnica, que ao jornal não interessou.

Outra notícia também envolvendo criminalização indígena em Boa Vista aparece na editoria de “Polícia” do jornal *Folha de Boa Vista* de 05 de setembro de 2000. O título da notícia é o seguinte “**Ninguém reclama corpo de vítima de assassinato**” (Figura 04). Esse é mais um caso de vítima de assassinato em Boa Vista que também envolve indígenas. O lide<sup>2</sup> da notícia revela duas características de que a vítima é indígena: o apelido, “Caboclo” e a marginalização urbana, o bairro de Boa Vista em que morava, Santa Teresa II, reduto de índios, conforme pesquisa de Namem e Carneiro et al (1996b). Outra situação que revela a identidade étnica da vítima é seu aspecto físico, conforme a foto no IML de Boa Vista (inclusive sem créditos). Então, conforme o trecho da notícia, “Ninguém reclamou o corpo de um homem conhecido por Caboclo, mantido na câmara de conservação do Instituto Médico Legal desde sábado. Aparentando cerca de 25 a 30 anos, com uma tatuagem na perna direita, ele foi assassinado com uma facada no pescoço depois de tentar fugir de um banco de madeira no qual estava deitado, debaixo de uma mangueira, no Bairro Santa Teresa II.”

---

<sup>2</sup> Parágrafo inicial de uma notícia que deve responder as seguintes perguntas: Quem?, Onde?, Como?, Quando?, O que?, Por que?



Figura 04: Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 05/09/2000.

## *Ninguém reclama corpo de vítima de assassinato*

Ninguém reclamou o corpo de um homem conhecido por Caboclo, mantido na câmara de conservação do Instituto Médico Legal desde sábado. Aparentando cerca de 25 a 30 anos, com uma tatuagem na perna direita, ele foi assassinado com uma facada no pescoço depois de tentar fugir de um banco de madeira no qual estava deitado, debaixo de uma mangueira, no bairro Santa Tereza II.

O autor do crime, Filis-son Leocádio da Silva (Bacurau), foi preso cerca de uma hora após o fato, quando encontrava-se escondido na casa de uma tia, no bairro Caranã. Durante interrogatório, aos autos de prisão em flagrante no 3º Distrito Policial, alegou ter cometido o assassinato por rixa antiga, devido ao fato da vítima lhe dever R\$ 120,00.

Caboclo foi morto no quintal da casa do pedreiro Francivaldo da Silva, 43.



*Se ninguém reclamar o cadáver será sepultado como indigente*

Ele contou que a vítima chegou lá por volta das 9h pedindo para descansar. Permissão dada, o homem não identificado e desconhecido do proprietário do imóvel, deitou-se no banco debaixo da mangueira, e dormiu. Nisso, o pedreiro foi para dentro da casa e à tarde, o filho dele entrou gritando que o homem tinha sido esfaqueado. “Quando saí da casa o vi caído do lado de fora da cerca”, afirmou Francivaldo, revelando que várias testemunhas viram o autor do crime sair correndo em direção ao bairro União.

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2000.

Apenas para fazer um aporte teórico, voltemos ao artigo dos professores pesquisadores. Os conflitos são reflexos da situação de indefinição da demarcação das áreas indígenas que desembocam no meio urbano, onde os recém-chegados têm dificuldades, principalmente, para se inserir no mercado de trabalho de Boa Vista.

Então, segundo Silva e Vieira (1995),

Os conflitos se estenderam durante todo o século XX e início do século XXI, em alguns momentos um pouco escamoteado ou latente na mídia impressa. Na verdade, a luta sempre esteve presente e nunca desapareceu. Com o princípio da organização indígena e a estruturação dos movimentos indígenas, a luta pela terra passou a ter uma pauta constante, isso já nos anos 1970 em diante, e como consequência dessa mobilização, os conflitos se acirram, deixando muitas vítimas, fatos que aparecem muito frequentemente nos relatórios do Conselho Indígena de Roraima (SILVA e VIEIRA, 1995, p.133).

A distorção dos fatos no jornal *Folha de Boa Vista*, também foi lembrado pelos já referidos pesquisadores:

O olhar da imprensa local para os conflitos indígenas foi marcado pela distorção proposital da informação. Assim, podemos nos perguntar: quais as intencionalidades no jogo de interesses ideológicos subjacentes à mídia impressa- jornal Folha de Boa Vista- ao mostrar certo desprezo histórico em relação à questão da violência contra os povos indígenas e como são tecidas nos bastidores do jornal as notícias sobre a violência em relação aos povos indígenas (SILVA e VIEIRA, 1995, p.133).

O comentário acima em relação à imprensa impressa revela um jornal que se mostra com uma mentalidade anti-indígena e pode contribuir de forma significativa para o processo que criminaliza os índios na cidade de Boa Vista e no interior do Estado, onde o jornal em questão também tem alcance.

Em relação ao poder de penetração da imprensa no Estado de Roraima, Barros (1995) reforça a tese de que o poder do jornal Folha de Boa Vista é localizado, portanto, não influencia a opinião pública nacional como um todo.

A ocupação de terras indígenas por fazendeiros e outros grupos sociais como garimpeiros, pecuaristas, militares, madeireiros, influencia de forma significativa o aumento da criminalização indígena no meio urbano, na medida em que os índios que chegam em Boa Vista ou outras cidades no interior do Estado esperam que suas expectativas sejam atendidas a contento, porém o resultado conforme a notícia a seguir é frustrante.

Na editoria “Cidade” da edição de 30 de dezembro de 1997, o jornal *Folha de Boa Vista* publica: **“Onze mil índios vivem marginalizados em busca de oportunidade e acabam em subempregos, viciados ou prostituídos nas periferias urbanas”** (Figura 05).

Um trecho da notícia em tela assim diz “Saídos das malocas em busca de um sonho: nossos índios encontram pela frente o caminho das drogas, da prostituição e do subemprego, de volta à escravidão 500 anos atrás”.

Figura 05: Manchete principal da editoria "Cidade", Página 5A, 30/12/1997.

FOLHA DE BOA VISTA

CIDADE

BOA VISTA, TERÇA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1997 - 05

# Onze mil índios vivem marginalizados

ELAS VEM EM BUSCA DE OPORTUNIDADE E ACABAM EM SUBEMPREGOS, VICIADOS OU PROSTITUÍDOS NAS PERIFERIAS URBANAS

**B**oa Vista é a maior maloca de Roraima", disse a antropóloga Patrícia Ferrie, em seu livro *Achados e Perdidos - A Migração Indígena em Boa Vista*. Ela passou três anos pesquisando e entrevistando índios, e descobriu algo com que convivemos diariamente, mas geralmente fechamos os olhos: a situação de miséria e o preconceito que Roraima tem com sua raiz. Sair das malocas em busca de um sonho, nossos índios encontram pela frente o caminho das drogas, da prostituição e do subemprego, de volta à escravidão de 500 anos atrás.

Roraima possui população indígena de aproximadamente 37 mil pessoas, distribuídas em 8 etnias, 12 línguas e 33 terras indígenas, o que demonstra uma cultura amplamente diversificada e rica. O administrador da Funai-RR, Walter Blos, afirmou que, nos centros urbanos do estado (Boa Vista e demais municípios), estão espalhados cerca de 11 mil índios. "A maioria deles chega às cidades quando jovens, em busca de oportunidades e expectativas. Querem algo mais que plantar e fazer peças artesanais".

O administrador diferenciou os índios que moram atualmente em Boa Vista, e os classificou como os que já estão na cidade há algum tempo, e inclusive, empregados em órgãos públicos, os que sofrem preconceito e dificuldades, e acabam se drogando ou prostituindo para amenizar o sofrimento. "Estes partem, em primeira instância, para empregos medíocres, por não acharem nada melhor. Os problemas depois, se encarregam de piorar a situação", avaliou Blos.

Jerônimo também concorda

Mas se a Funai é o órgão máximo quando o assunto é relacionado a índios, Walter Blos argumenta que a responsabilidade não é apenas da Fundação, como das associações indígenas (CIR e APIR). "Quando a Funai foi criada, éramos um órgão de integração do índio na sociedade. A Constituição mudou isso, quando considerou que era primordial que se preservasse a diversidade cultural dos nossos índios. O papel da fundação, hoje, é prestar assistência e garantir que os direitos deles sejam cumpridos", analisou.

Embora a Funai seja um órgão de assistência, Walter Blos comentou que a maioria dos índios, quando chega à cidade, não a procura. "A verdade é que, quando o índio chega na cidade, ele não se acha mais índio. Eles dizem que, como sabem falar português e estão fora da maloca, são não-índios", lamentou, explicando que, a partir de então, a questão foge da alçada do órgão. "Os índios nos procuram apenas quando estão vivendo problemas sociais. E a maioria, nem assim", complementou.

Se a declaração do administrador da Funai parece esquivada, infelizmente é verdade. Antropologicamente, um índio só é índio, se ele assim se considera, e se a comunidade o reconhece como tal. Essa realidade foi constatada também pelo coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Jerônimo Pereira da Silva. "Quando chegam na cidade, os índios têm vergonha de falar a própria língua, e de praticar a própria cultura, e perdem seus costumes e tradições querendo parecer quem não são realmente", lamentou.

com Walter quanto à atitude que se deveria tomar: "o caminho é a conscientização, reuniões com as comunidades. Precisamos que os índios percebam que é bom ser índio, e que temos que manter nossas tradições e costumes". Walter Blos vai mais fundo: "o trabalho deve ser realizado junto às lideranças indígenas, temos que ensinar o que é ser um verdadeiro tuxaua. Se há prostituição e envolvimento com drogas e galeras, é porque as lideranças não são fortes".

**MISÉRIA**

"*Nos deram espelhos, e vimos um mundo doente...*" Essa frase não é apenas um fragmento de uma conhecida canção. É a realidade vivida por muitos, talvez a grande maioria, índios que chegam às cidades em busca de maiores oportunidades de vida e trabalho.

O coordenador do CIR, Jerônimo Pereira da Silva, disse que, ao ver frustradas as tentativas de encontrar emprego, o índio acaba se sujeitando a continuar morando na cidade, em troca de cesta básica. "Sem emprego, e sem um lugar decente para morar, muitos deles entram nas drogas. As indústrias, desesperadas por conseguir algum dinheiro, se prostituem", revelou.

O governo, segundo o coordenador do Conselho Indígena, não proporciona ao índio condições para que ele trabalhe sua terra. "Esse é o verdadeiro motivo pelo qual eles vêm para a cidade: precisam sobreviver", argumentou. "Não temos como combater essa migração para a cidade, nem a miséria que invariavelmente toma conta. O que podemos fazer, estamos fazendo: reuniões com as co-

munidades indígenas, mostrando a realidade, sem fantasias", declarou, acrescentando que "infelizmente, não podemos segurar".

**EXCEÇÃO?**

Zenildo Francilino Barbosa da Silva, 28 anos, mora desde os 14 em Boa Vista. Apesar de estar sem emprego há seis meses, o índio, proveniente da maloca do Boqueirão, município de Alto Alegre, diz que não encontrou dificuldade para se adaptar na capital.

"Encontrei emprego numa loja pouco tempo depois de ter chegado, e quando quis sair, meu chefe não queria me dar a demissão", declarou Zenildo. Segundo ele, não sofreu qualquer espécie de preconceito pela sua raça. "Antes de vir para cá, trabalhava numa fazenda, com meu irmão. Vim para a cidade porque cansei daquela vida", justificou.

Atualmente mora numa casa com três irmãos, todos empregados, e a mãe. "Não quero voltar

para a maloca", frisou. Segundo ele, a vida na maloca já não tem a ver com a vida que leva na cidade. Não trocaria pela vida no Boqueirão. Lá só quero ir visitar, como fiz recentemente", enfatizou.

**TUDO ÍNDIO...**

"Todo índio que vem para a cidade, se instala nos bairros periféricos. Foi assim na época com o São Vicente, depois com o Boqueirão, e então com o Asa Branca, que concentram o maior número de índios em Boa Vista", disse o poeta e cantor Eliakin Rufino, falando como filósofo e defensor da causa indígena.

Como Walter Blos e Jerônimo Pereira da Silva anteriormente, também concorda com a teoria de que índio só é índio na aldeia. "Eles não se dizem índios, pois temem o preconceito, que existe e é muito forte em Roraima", avaliou o filósofo.

Eliakin argumentou que, ao chegar na cidade, os índios, viti-

mas do preconceito de quem é descendente mas não assume, são sempre contratados para subempregos, quando poderiam sobreviver da própria culinária e artesanato. "A cultura indígena é vasta, mas não tem apoio. Acredito que a solução para alavancar o progresso do estado, é a parceria entre índios e não-índios. Mas parece que ainda ninguém percebeu", argumentou.

"Não é invenção essa história toda de prostituição, envolvimento com drogas e galeras. É a realidade de quem veio para a cidade impulsionado pelos fazendeiros, não-índios", lamentou Eliakin. Ele conta que a elite econômica do estado divulgou durante anos, que o índio era o responsável pelo atraso que vivemos. Pois estamos vivendo a escravidão de quinhentos anos atrás. E a culpa não é do índio", enfatizou.

O filósofo comentou que é tradição em Boa Vista, trazer índias quando pequenas, para cuidar dos filhos dos "brancos" (Eliakin afirmou não gostar dessa designação pois "nem todos somos brancos"). Prometendo estudo e uma vida com a qual o índio sonha, o não-índio escravizava, segundo o filósofo, esse ser. "Jamais quisemos o índio como parceiro, mas como escravo. É por isso que não evoluímos", garantiu.

Afirma que o motivo que tirou os índios das malocas e os fez migrar para as cidades foi que "os fazendeiros invadiram as terras do índio, acabaram com sua caça, os fizeram boiadeiros sem direitos, e os expulsaram de suas terras. O índio precisava sobreviver, mas como, se não tem apoio para plantar? A solução: buscar emprego nas cidades. E se sujeitar a empregos que os não-índios rejeitam, a se prostituir, e se entregar às drogas".



NONATO SOUZA

Zenildo Francilino: "Não quero a vida da maloca"

Fonte: Folha de Boa Vista, 1997.

O trecho da notícia acima, na realidade, procura por meio de um discurso do jornal olvidar o processo histórico de exploração dos povos indígenas brasileiros. Os agentes coloniais que produziram a dizimação e pauperização sociais dos índios, e aí se incluem os de Roraima, nem sequer foram lembrados como principais responsáveis por essa situação. Ao que parece não é interesse do periódico posicionar-se sobre ou informar seu ao público esse processo histórico. Grande parte dos meios de comunicação não cumpre seu objetivo social, a responsabilidade de informar a realidade dos fatos. Os índios de Roraima não saem de suas malocas se não tiverem um motivo causador. Faltou por parte desse jornal, essa explicação. O ambiente dos índios recém-chegados às cidades brasileiras lhes é hostil. É o que podemos observar quando assistimos ao filme "Terra vermelha" sobre a situação de contato interétnico no Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. A narrativa se passa em três ambientes diferenciados: a terra indígena dos Guarani Kaiowá, o latifúndio resultado da ocupação ilegal

da terra indígena e a cidade de Dourados. O filme-documentário, produzido em 2008, retrata os conflitos pela posse da terra vivenciados pelos índios Guarani Kaiowá e está eivado de tensões do começo ao fim. Por falta de perspectivas de vida, em um meio fora do seu, os índios muitas vezes praticam suicídio.

O discurso midiático, no caso do jornal em questão, se converteu num poderoso instrumento da ideologia dominante e, dessa forma, permanece excluindo as minorias. A pergunta que se faz nesse momento é: De que forma o indígena ocupa espaço na imprensa? Procurou-se respondê-la ao final desse trabalho, mas não foi uma tarefa fácil.

Observe-se um exemplo onde o poder institucional, no caso a figura do então Prefeito de Boa Vista, Ottomar Pinto, propaga a idéia de violência contra os indígenas de Roraima. A notícia publicada no *Folha de Boa Vista* em 08 de janeiro de 1999, traz como título: “**Contra a demarcação: Ottomar defende uso da violência**” (Figura 06). O prefeito **afirma** que se Brasília não ouvir as reivindicações de Roraima, é preciso usar da violência para contestar demarcação (sic).

Figura 06: Manchete principal da editoria “Política”, Página 3A, 08/01/1999

FOLHA 15 anos

POLÍTICA

Boa Vista, sexta-feira, 08 de janeiro de 1999 - 03

CONTRA DEMARCAÇÃO

## Ottomar defende uso da violência

O PREFEITO AFIRMA QUE SE BRASÍLIA NÃO OUVIR AS REIVINDICAÇÕES DE RORAIMA, É PRECISO USAR DA VIOLÊNCIA PARA CONTESTAR DEMARCAÇÃO

Na manifestação ocorrida ontem, na Praça do Centro Cívico, o prefeito de Boa Vista, Ottomar Pinto (PTB) defendeu até o uso da violência para contestar a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

Ele lembrou a frase do revolucionário comunista Lenin a qual afirma que “a violência é a parteira da História”. “Se não derem ouvidos para nós, não vamos deixar destruir tudo nem que seja na violência”, disse.

Ao fazer questão de frisar que a demarcação obedece pressões internacionais para “congelar” as áreas mais ricas em minérios do mundo, Ottomar Pinto frisou que a Raposa/Serra do Sol seria uma “orquestração estrangeira de ONGs bem pagas”.

“A reserva não serve para os interesses dos brasileiros, mas sim a entidades anti-nacionais. Para tomar a Amazônia é um passo e o Exército Brasileiro não tem como confrontar nações como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha”, frisou.

Para o prefeito, a demarcação da reserva em área única de 1 milhão 678 mil hectares é legal porque obedece à lei, porém ele entende que não é legítima por-

que vai impedir o desenvolvimento do Estado.

Num discurso contundente, ele também criticou a ausência do governador Neudo Campos na manifestação e ironizou a viagem de férias do chefe do Executivo Estadual para os Estados Unidos.

“Enquanto ele está na América brincando com a neve, o povo está torcendo o crânio no calor desta praça”, disse, referindo-se ao governador. Nenhum representante do Governo do Estado compareceu à manifestação.

Lembrando do tempo em que foi governador, há seis anos, o prefeito disse que conseguiu reunir forças políticas e convencer o então ministro da Justiça Maurício Corrêa a “engavetar a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol”.

Segundo o prefeito, faltou iniciativa do Estado durante estes últimos anos para continuar a ter “pulso firme” para tentar reverter o processo de demarcação em área única, como foi feita a homologação pelo atual ministro da Justiça, Renan Calheiros.

Ao relembrar a História de Portugal e China que se deixaram vencer por invasões estrangeiras em outros séculos, o prefeito lembrou que o mesmo episódio estaria se repetindo em Roraima. “Essas histórias se repetem com o preconceito da FUNAI e de padres da Diocese (de Roraima) que amarram uma conspiração contra Roraima”, complementou.

Ottomar Pinto (foto) fez ironia com as férias do governador Neudo nos Estados Unidos e Europa



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 1999.

A notícia retrata uma manifestação ocorrida na praça principal da cidade, Centro Cívico ou do Garimpeiro, onde o então prefeito de Boa Vista, Ottomar Pinto (PTB), teria, segundo o

discurso do jornal, “defendido até o uso da violência para contestar a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol” (Folha de Boa Vista, 08/01/1999).

No primeiro parágrafo da notícia, percebe-se por parte do jornalista em seu texto, a inserção de pelo menos dois verbos introdutores de opinião (MELO, 2004, p. 210-211) *defender* e *contestar*, ou seja, verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos.

Segundo Melo (2004), os verbos introdutores de opinião indicam que houve um ato de fala e marcam o limite onde se inicia o discurso citado, que vem em seguida ao verbo no texto normalmente entre aspas.

Ainda conforme Melo (2004, p.210)

A partir de Marcushi (1991) e de Maingueneau (2002), apresentaremos categorias de uso de verbos introdutores de opinião pública que ajudam a compreender os tipos de discursos existentes na imprensa. Para Maingueneau (2002), uma característica importante é que estes verbos não são necessariamente verbos de fala, mas o fato de acompanharem o discurso direto os converte em introdutores de opinião (MELO, 2004, p. 210).

Portanto, os verbos vão auxiliar na compreensão dos vários tipos de discurso existentes na imprensa. Esse também é o caso do jornal *Folha de Boa Vista*, conforme nossa análise.

Nesse sentido, segundo o raciocínio de Marcushi (1991, p.77), os verbos introdutores de opinião vão funcionar como “parafrazeantes sintéticos, pois resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar”.

Ainda segundo as palavras do jornal, Ottomar teria lembrado de uma frase de Lênin, na qual ele afirmava: “A violência é parteira da História”, conforme o texto do periódico, Ottomar disse: “Se não derem ouvidos para nós, não vamos deixar destruir tudo, nem que seja na violência”, **disse** (grifo nosso).

A forma como o jornalista construiu o parágrafo torna confusa a leitura das frases com aspas. Da forma como foi estruturado o texto, não se sabe se foi Lênin ou Ottomar que as pronunciou, pois no texto apenas o aspeamento as separam.

Os verbos grifados são introdutores de opinião. Os verbos “lembrar” e “dizer” estão relacionados ao discurso popular. Nessa notícia, o indígena não tem voz. No texto, o prefeito ataca duas entidades governamentais e confessionais (FUNAI e DIOCESE DE RORAIMA) com o discurso anti-indígena: “Essas histórias se repetem com o preconceito de que FUNAI e padres da Diocese de Roraima armaram uma conspiração contra Roraima”, **complementou** (verbo organizador de um momento argumentativo no conjunto do discurso).

Segundo Melo (2004), no discurso jornalístico, o sujeito - autor do texto não é o sujeito que fala no texto. Ele reproduz o discurso do outro e faz escolhas sobre que partes do texto este discurso irá relatar (MELO, 2004, p. 211).

É a tônica do jornalismo ouvir todas as opiniões envolvidas na notícia. Só que na realidade não é isso que acontece. Para corroborar, o autor referenciado propõe que, (...) Além da formação discursiva do autor do texto, concorre para a polifonia textual a regra básica do jornalismo: os vários lados da notícia têm que ser ouvidos (MELO, 2004, p.212).

Esse é o discurso de vários programas sensacionalistas na televisão. Pode-se observar essas situações nas frases “A verdade, doa a quem doer”, “A verdade no ar”. Seguindo esse raciocínio, Melo (2004) aponta que,

Fica claro como a heterogeneidade é evidente no discurso jornalístico: polifônico, com a presença das “vozes” da fonte- aquele que fornece a informação e tem o discurso reproduzido no texto jornalístico, seja de forma marcada ou constitutiva – e do emissor- o jornalista que é autor do texto e camufla sua presença autoral por trás de uma pretensa objetividade. O discurso jornalístico tenta se passar por um discurso imparcial, deixando de marcar ou apagando “vozes” de alguns enunciadores e do próprio autor, apagamento que resulta numa ilusão de linearidade. Como consequência, parece fazer, muitas vezes, prevalecer a voz do discurso dominante na sociedade como sendo o discurso de consenso (MELO, 2004, p.212).

E como o índio é visto na mídia no caso, no *Folha de Boa Vista*?

Ele figura na imprensa quando o assunto é violência. Se ele é vítima dela, não é qualquer um que está sendo colocado em tela, mas aquele que faz parte de um grupo que pode ser extinto, ingênuo e tutelado pelo poder, sem vontade própria. Quando é ele que pratica a violência, então ele entra na pauta do inesperado, visto que embora a “maldade natural” lhe venha acometer, os “civilizados” o transformaram no “bom selvagem” de Rousseau, não se espera dele uma atitude de agressão. Por outro lado, para dar uma justificativa para seu extermínio enquanto indivíduo: se os “civilizados” não o amansaram, liquidá-lo é o que se propõe para lhe retirar a violência que lhe seria peculiar.

Observe-se um caso de notícia publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, onde a própria cultura indígena é utilizada no texto jornalístico, para criminalizá-lo. Na edição de 09 de novembro de 1998, o título da notícia é o seguinte, na editoria “Polícia”: **Índio é baleado na perna em bebedeira com caxiri**<sup>3</sup> (Figura 07).

---

<sup>3</sup> Bebida indígena fermentada à base de mandioca produzida por algumas etnias indígenas de Roraima, principalmente Makuxi e Wapixana.

O texto fala que um indígena foi baleado na coxa com um tiro de espingarda 16, na Maloca Marupá, na região da Serra da Lua. O argumento de que os índios se embriagam e cometem crimes ou são vítimas de crime é bastante comum na mídia. O jornalista não parece interessado em discutir o problema do alcoolismo ocidental dentro da terra indígena, prefere dizer que foi o caxiri o responsável pela tentativa de homicídio contra o índio. A bebida indígena é produzida culturalmente e para uso ritual dos índios. Não há qualquer preocupação do jornal em denunciar a entrada de bebida alcoólica nas comunidades indígenas. Em único momento no texto da notícia o discurso indígena aparece, quando é dada a voz ao indígena que foi vítima de tentativa de homicídio, justamente com uma fala que criminaliza outros índios da maloca. O jornal ainda salienta que o crime ocorrera numa festividade na maloca. Que imagem?, Que discurso o jornal quer passar para o leitor? Na fala da vítima, o termo “caboclo” aparece tirando a visibilidade indígena do cenário. Na foto, o indígena que foi baleado aparece deitado em uma cama de hospital.

A legenda sugere que o ferimento na coxa não é grave. O jornal ainda acrescenta à notícia um complemento de outra notícia sobre criminalidade urbana em Boa Vista, associando tematicamente os fatos nos dois casos.

07: Notícia da editoria “Polícia”, Página 12 A, 09/11/1998.



*Com caroços de chumbo na coxa, Edvar esperava avaliação médica*

## *Índio é baleado na perna em bebedeira com caxirí*

O indígena Edvar da Silva, 31, foi hospitalizado sábado à noite no Pronto Socorro Francisco Elesbão, depois de ser baleado na coxa esquerda com um tiro de espingarda 16, na maloca Marupá, na região da Serra da Lua.

Enquanto esperava avaliação médica sobre seu caso, ele disse que foi baleado pelo índio conhecido por Cícero, que mora na mesma maloca, durante uma festa que acontecia na localidade.

A tentativa de homicídio, aconteceu no dia 2 deste mês, depois que Cícero se embriagou com caxirí e se envolveu em uma discussão com outros índios. “Eu acredito que fui baleado por engano, pois não estava entre os caboclos que brigavam com ele”, argumen-

tou Edvar da Silva.

### **MAIS TIROS**

O estudante Jean dos Santos Maia, 23, por pouco não foi morto a tiros na porta da casa da namorada no bairro São Francisco. Ele contou na polícia que o desocupado Edney Barbosa, com quem já teve brigas no passado, apareceu armado de revólver e começou a atirar em sua direção.

Jean Maia não soube dar maiores informações sobre a tentativa de homicídio que sofreu. Ele garantiu não ter feito nada na ocasião do ocorrido e foi pego de surpresa pelo agressor, que fugiu em seguida depois de tentar contra sua vida.



Em outra edição do mesmo jornal, datada de 25 de agosto de 1998, o título da notícia é o seguinte: **“Indígena mata outro a pauladas”** (Figura 08). Como forma de destaque, a notícia está na manchete do jornal e na página policial. A primeira frase da notícia já denota criminalização: “Por vingança, o indígena Vanildo Oliveira Santana matou a pauladas e escondeu o cadáver de Nazareno Aceno”. Pelo texto exposto, o jornalista ainda acrescenta que o indígena também ocultou o cadáver, aumentando ainda mais “seu grau de periculosidade”. Segundo o texto jornalístico, o crime teria ocorrido na Maloca do Livramento, o que corrobora com a tese de Baines (2009), sobre criminalização indígena em Roraima. Na mesma frase, o jornal afirma que a vítima estava amarrada pelos próprios índios, reforçando o que diz a letra de uma música de forró regional, **“...se tá brigando a gente manda amarrar...”** O autor do homicídio é tachado de agressor, embora tenha alegado, segundo o texto notícia fala, que fora ameaçado de “morte por três vezes e que teria sido esfaqueado”. E ainda nos diz o texto da notícia: “Depois disso, Nazareno fugiu da comunidade e só voltou na sexta-feira, quando foi amarrado para ser entregue às autoridades policiais”. O texto parece sugerir que os índios da maloca tem o costume de amarrar seus “parentes”. Ainda segundo o texto jornalístico, Vanildo, “ao ver o rival preso armou-se com um pedaço de pau e deu vários golpes em sua cabeça”. E o jornal ainda detalha que “Depois de constatar a morte, enterrou o cadáver...”.

Figura 08: Manchete principal de primeira página, Página 1A, 25/08/1998.

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

Boa Vista - RR, terça-feira, 25 de agosto de 1998      Um Jornal Necessário      Ano XV • Edição 2481 • Preço R\$1,00

## Indígena mata outro a pauladas

Por vingança, o indígena Vanildo Oliveira Santana, matou a pauladas e escondeu o cadáver de Nazareno Aceno. O crime aconteceu na Maloca Livramento, depois que vítima estava amarrada pelos próprios índios. Antes de ser levado para a Polícia Federal, o agressor contou que seu desafeto lhe ameaçara de morte três vezes, uma das quais lhe atingindo com facadas. Depois disso Nazareno fugiu da comunidade e só voltou na última sexta-feira, quando foi amarrado para ser entregue às autoridades policiais. Ao ver o rival preso, Vanildo armou-se com um pedaço de pau e deu vários golpes em sua cabeça. Depois de constatar a morte, enterrou o cadáver que deve ser exumado para exame pericial. Ontem, no final da tarde o juiz federal Carlos Alberto Simões decretou a preventiva do acusado.

Polícia - Pág. 12-A



Foto: Nazareno Aceno

Ontem, Vanildo contou como e porque matou seu desafeto

O texto não esclarece se houve flagrante delito na prisão de Vanildo. Não existe verbalização do discurso indígena no texto jornalístico. O jornalista fala pelo índio, tirando sua voz do cenário. Mesmo sendo considerado acusado pelo crime, o texto produzido pelo jornalista leva o leitor a incriminar o índio, quando escreve em letras garrafais: “Índio mata outro a pauladas”.

O texto tacha o indígena de acusado quando ainda nem ocorreu seu julgamento, conforme se pode verificar nesse trecho: “Ontem (segunda-feira de então) no final da tarde o juiz federal (o que denota que o crime ocorreu em terras da União) Carlos Alberto Simões decretou a prisão preventiva do **acusado**”. Nessa notícia do jornal *Folha de Boa Vista* o indígena aparece como fonte passiva do discurso jornalístico.

Ao analisar a notícia na editoria de “Polícia”, na edição de 17 de fevereiro de 1998, cujo título é: **Acusado de degola é capturado pela DGH** (Figura 09), tem-se uma foto (sem crédito) e revela que o indivíduo é um indígena (o texto da notícia irá confirmar esse indício).

Figura 09: Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 17/02/1998.

## Acusado de degola é capturado pela DGH

O desocupado Amarildo da Silva Costa, 22, foi capturado ontem, pela manhã, na maloca Darora, região São Marcos. Ele estava foragido desde ano passado, após matar Antônio Marcos Ribeiro dos Santos, atingido por cerca de 15 golpes de faca, seguidos de degola total. O crime, por vingança, aconteceu no início da noite de nove de março, no bairro Buritis.

Porém, Amarildo não agiu sozinho, pois contou com ajuda de Edson da Silva Ramos, para executar a vítima, conhecida por Marquinhos, que teria jogado uma pedra, atingido o desocupado e a mulher dele, provocando rixa entre eles.

Amarildo conseguiu fugir, mas seu comparsa foi julgado e condenado, ficando por algum tempo, na Cadeia Pública de onde tentou escapar durante a fuga em massa, ocorrida no ano passado. Ao pular o muro da prisão, ele terminou quebrando o pé, sendo recolhido, de volta ao local e agora cumpre pena na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Para chegar ao foragido, agentes do Setor de Operações da Delegacia Geral de Homicídios, chefiados por Francisco Paiva Filho, contaram com a ajuda de uma mu-



*Amarildo estava foragido desde o ano passado*

lher, revoltada porque Amarildo seduziu a filha dela, de apenas 16 anos.

Com raiva, a mãe decidiu entregá-lo à Justiça, que há muito tinha expedido mandado de prisão contra o acusado que deveria ser julgado junto com o comparsa. Da região, ele foi conduzido à especializada, para interrogatório e depois apresentado na Cadeia onde ficará à disposição da Justiça.

**CRIANÇA**

Enquanto isso, a dona-de-casa A.G.R., 23, procurou os agentes do 1º Distrito Policial para acusar o marido dela, Raimundo Ferreira do Nascimento, de manter relacionamento sexual com a menina identificada por L., de apenas 11 anos.

Na noite de domingo, A.G.R., que era responsável pela criança, flagrou o marido cometendo o crime, na casa dela, bairro Aparecida. Com raiva, ela pegou uma faca e deu um golpe bem perto da cabeça do marido, que decidiu fugir levando L.

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 1998.

Diz o texto da notícia: “O desocupado Amarildo da Silva Costa, 22, foi capturado ontem, pela manhã, na maloca Darora, região de São Marcos”. O adjetivo “desocupado” já mostra como o texto da notícia criminaliza o índio. Essa classificação revela que a pessoa está sem trabalhar, o que para a sociedade capitalista tem uma importância fundamental. O negócio nega o ócio e segundo essa lógica tempo é dinheiro. Outra referência do texto é que o indígena foi preso em sua maloca (Darora). Segundo Baines et al (2009) alguns dos delitos de que os indígenas são acusados são praticados na própria maloca.

A criminalização do indígena via notícia do jornal é ainda mais grave, pois o mesmo já era foragido do sistema penitenciário. Conforme o texto: “Ele estava foragido desde o ano passado, após matar Antônio Marcos Ribeiro dos Santos, atingido por cerca de 15 golpes de faca, seguido degola de total”.

Novamente vê-se a causa do crime do indígena: vingança, tal qual a notícia anterior assinala. É o que diz o trecho em discurso indireto: “O crime por vingança aconteceu no início de nove de março no bairro Buritis”.

Segundo o texto, o indígena não teria agido sozinho, mas em companhia de um outro indivíduo, de nome Edson da Silva Ramos, vulgo Marquinhos, que o jornalista não diz se ele é índio também, nem o trata como “desocupado”. Conforme o texto: “Porém Amarildo não agiu sozinho, pois contou com a ajuda de Edson da Silva Ramos para executar a vítima, conhecida por Marquinhos, que teria jogado uma pedra atingindo o desocupado e a mulher dele, provocando rixa entre eles”. O que se pode constatar é que o jornal reforça a criminalização indígena quando fala que o indígena teve a ajuda de outra pessoa e também reforça a provável causa do homicídio que seria a pedrada que levou da vítima. Não fica claro no texto por que a vítima teria agido assim.

Finalizando o texto, o jornalista ainda “pesquisa” outro crime que o suspeito teria praticado: sedução de menor, aumentando mais ainda sua discriminação social.

O que se verifica nesse caso de criminalização indígena no jornal é que o texto da notícia classifica o indígena como de alta periculosidade para a sociedade boavistense, quiçá roraimense. Em momento algum no texto percebe-se a verbalização do discurso indígena, mas sim um discurso jornalístico que vai em direção à criminalização do índio, conforme a notícia a seguir.

Na edição de 08 de abril de 1998, se vê um discurso que põe em campos opostos duas minorias sociais: o índio e o negro. Diz o título da notícia: **“Toré escapa de tentativa de homicídio a facadas”** (Figura 10).

Figura 10: Notícia da editoria “Polícia”, Página 12A, 08/04/1998.

## Toré escapa da tentativa de homicídio a facadas

O desocupado Antônio Ferreira da Silva, 18, sofreu tentativa de homicídio a golpes de faca. O crime, por motivo ainda desconhecido da polícia, aconteceu segunda-feira, à noite, numa lanchonete no bairro Liberdade. Apontado como autor, o homem identificado por Nego Bia, ainda não foi preso.

Mais conhecida por Toré, a vítima, atingida perto do umbigo e peito esquerdo, alega desconhecer o motivo que levou Nego Bia a lhe segurar pela camisa e dar as facadas.

Internado no Pronto Socorro onde se recupera de cirurgia, Toré revelou ontem que estava comendo um salgado na lanchonete quando Nego Bia, que estava num bar ao lado, começou a chamá-lo. “Ao me aproximar, ele segurou, rasgando a gola da minha camisa e dando as facadas”, acusou, frisando que mesmo ferido, saiu correndo, pedindo para seus amigos que estavam na esquina, baterem em Nego Bia, que fugiu do local.

“Não apronte nada com ele”, disse Toré, apesar de admitir que tem várias passagens pela polícia, principalmente por envolvimento em bri-

gas, quando era menor de 18 anos e integrava uma gangue que garante ter deixado de lado.

Porém, há informações que na noite do fato Toré estava com uma gangue que se reúne frequentemente, à noite, diante do bar de propriedade de Nego Bia que, por várias vezes tentou expulsá-los de lá, onde o grupo insiste em ficar, prejudicando o funcionamento do bar e perturbando os moradores da redondeza.

### GABINETE

Enquanto isso, a polícia está a procura de uma testemunha ocular da presença de adolescentes “passando” na laje do prédio do Fórum Advogado Sobral Pinto, na manhã do dia oito passado, quando o gabinete do juiz da 5ª Vara Cível foi arrombado. Alguns disquetes furtados e baderna generalizada foi o saldo do crime.

Essa testemunha vai auxiliar os agentes da Delegacia Geral de Crimes Contra o Patrimônio a identificar e localizar os acusados que, de acordo com indícios, são menores e devem ser conduzidos para investigações, junto à Delegacia de Defesa da Infância e da Juventude.



Toré: “Ele me segurou e foi logo dando as facadas”

Novamente o jornal recorre ao tratamento de “desocupado” mais conhecido como “Toré”, cujo nome é Antônio Ferreira da Silva, de 18 anos. Ele, segundo o texto, teria sofrido uma tentativa de homicídio por faca. Conforme o texto da notícia “o desocupado Antônio Ferreira da Silva, 18, sofreu tentativa de homicídio a golpes de faca”. Segundo o jornal, o crime não teve uma causa conhecida pela polícia e aconteceu numa lanchonete do Bairro da Liberdade, na cidade de Boa Vista.

A fotografia (sem crédito e ocupando duas colunas) mostra “Toré” deitado numa cama e com a seguinte legenda: Toré: **Ele me segurou e foi logo dando as facadas.**

Temos pelos menos duas situações que poderiam ter sido investigadas pelo repórter em relação à vítima do atentado. Sua etnia (pois na fotografia percebe-se o fenótipo indígena) e o bairro onde o mesmo mora (Liberdade) que, segundo pesquisa já citada neste trabalho, possui alta incidência de indígenas residindo.

O jornal ainda acrescenta que o indígena tinha várias passagens pela polícia (o que o criminaliza, embora neste caso seja vítima de crime) e fazia parte de uma gangue (“galera” no linguajar policial local) quando tinha menos de 18 anos.

Novamente na diagramação o jornal coloca outra notícia de crime associada ao mesmo tema da anterior. Esses indícios discursivos criminalizam o indígena e geram sua discriminação social via notícia divulgada no jornal.

Para os propósitos desta dissertação importa verificar de que forma a linguagem do texto do jornal criminaliza o indígena enquanto grupo social minoritário. O discurso jornalístico apresenta-se de várias formas, texto escrito ou imagético. No intuito de investigar de que forma esse discurso funciona no texto do jornal, que fala do indígena que é vítima de crime ou pratica crime, a pesquisa segue direcionada.

## CAPÍTULO 2

### O SILENCIAMENTO HISTÓRICO DO ÍNDIO NO JORNAL *FOLHA DE BOA VISTA*

Escrever sobre o silêncio representa um risco muito grande para o pesquisador, principalmente em se tratando dos seus efeitos. Se for tomado como objeto de reflexão e colocado na relação dizível/indizível, o risco que se corre é de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer.

Conforme Orlandi (1990), a primeira expressão que representa o silenciamento do indígena no Brasil é esta: **Terra à Vista!** Para a autora, esse é

[...] o enunciado inaugural do Brasil. Repetido ritualisticamente a cada vez que navios encontram onde aportar, não se trata de uma fala original. É chapa cristalizada, estereotipada. De descobridores: o discurso das descobertas. Des-cobrimento (ORLANDI, 1990, p.13).

Essa exclamação, de que natureza seria: de alegria, de surpresa, de alívio, de apreensão, de curiosidade?

De toda forma, por significar porto, ele indica por um lado (daqueles que ancoram), a chegada (porto seguro) e por outro (o dos que aqui estão), a entrada (invasão). É uma promessa ou uma ameaça? Seriam visitantes ou invasores? E essa Terra, está a servir de berço esplêndido? A ser saqueada? Afinal, de quem é essa terra?

O que é o “ver” nesse contexto? Ele parece ter um sentido específico. Ganha então estatuto de existência. Uma forma de apropriação. Ver, tornar visível. Aquilo que está ao alcance das mãos, é o que o olhar abarca. O visível (o descoberto) precede o legível: aquilo que é conhecido, relatado, codificado. É o primeiro passo para a posse. A submissão às letras tanto começa como termina no ver.

Ainda segundo Orlandi (1990), O discurso das descobertas dá notícias do que vê. Considerando dizia Thevet (1567) em seu relato, ‘a minha longa e penosa peregrinação, realizada com o desígnio de ver [...]’ (ORLANDI, 1990, p.13-14).

“Terra à vista!” é a primeira fala sobre o Brasil - significa aquele olhar inaugural que atesta na escrita a nossa origem. É assim que procede Pero Vaz de Caminha, com sua *Carta do Achamento*, a lavratura da nossa certidão de nascimento. Ao mesmo tempo para o olhar dos europeus a exclamação “Terra à vista!”, nos fala do começo de um processo de apropriação. Assim, descoberta significa conquista.

Mas, tem outros significados. De qualquer forma, o chamado discurso das descobertas se constitui num discurso que domina nossa existência enquanto brasileiros, ou seja, se estende por toda nossa história, gerando e internalizando sentidos. Essa assertiva corrobora o argumento de outro trabalho de Orlandi (1987) quando ela afirma que, [...] ao produzir linguagem, o sujeito também se encontra nela reproduzido e, desse modo, acredita ser a única fonte de seu discurso, quando na realidade o que ele faz é retomar sentidos já pré-existentes (ORLANDI, 1987)

Existe então uma cumplicidade entre o discurso das descobertas e o discurso científico, o que lhe confere uma forma de existência ideológica e que resulta num “fechamento”: Descobrir, nesse sentido, dizer o conhecido.

Os discursos estabelecem assim uma história. A história nessa perspectiva não quer dizer cronologia, nem seus acidentes e tampouco evolução, mas sim, produção de sentidos conforme Paul Henry (1985). A história é da ordem do discurso. Não existe história sem discurso. Vale salientar que é pelo discurso que a história não é só evolução, mas também sentido, ou melhor, ainda, é pelo discurso que não só se está na evolução, mas também na história. Sendo assim, o discurso das descobertas instaura uma modalidade para o estabelecimento e também existência da nossa história, ou seja, dos nossos sentidos. E o que esse modo tem de específico? Justamente, o apresentar-se sob a forma de discurso etnológico.

Tem-se, então, uma institucionalização dessa forma de discurso científico tomando o lugar do discurso histórico, produzindo, assim, o brasileiro enquanto sujeito-cultural e negando-lhe o estatuto de sujeito histórico.

A prática ideológica do discurso das descobertas é tão significativa que a instituição se apropria de tal discurso e, despossuindo dele o antropólogo, o torna folclórico, ao mesmo tempo em que apaga-apagando sua materialidade histórica sob o pretexto da cientificidade. Os acontecimentos históricos não por si mesmos, mas requerendo um sentido.

A história, assim, se faz com um conjunto de imagens que, no caso da colonização, o dos relatos, os inscrevendo no discurso das descobertas, que por seu turno, se constitui no discurso que “dá a conhecer o Novo Mundo”.

De acordo com Orlandi (1990),

O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (ORLANDI, 1990, p.15).

Dessa forma, o indígena é um sujeito que não tem mais que particularidades, singularidades, peculiaridades culturais. É necessário se distinguir interpretação e compreensão. Importa não perseguir “um” sentido para a história, mas sim propor a “compreensão” dos processos de significação, isto é, o que ficou registrado no decorrer da produção da linguagem sobre o Brasil.

Conforme a autora, não se pretende definir o brasileiro. O seu objetivo é antes observar de que forma o discurso define o brasileiro constituindo processos de significação, produzindo um conjunto de imagens pelas quais, nossa sociedade se rege. Enfim, é a análise das imagens que definem o brasileiro e vão constituir o imaginário social.

Não se trata de falar de uma pretensa identidade, mas sim do imaginário que se constrói para significar o brasileiro. A pergunta que se faz é: Qual é a concepção de brasileiro dos textos dos cronistas e viajantes, no caso dos capuchinhos e viajantes franceses que estiveram no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, e como tal concepção opera em relação à exclusão e à fixação de determinados sentidos, e não outros, para o brasileiro? A título de resultado, obtêm-se efeitos de sentido que põem uma marca de nascença que perpassará todo o processo histórico: o discurso colonial. Tal processo é que faz com que esse “ter sido colonizado” perca a característica histórica para significar uma essência. É como diz o jargão: uma vez colono, sempre colono.

Do ponto de vista teórico, a ideologia possui,

[...] uma materialidade e o discurso é lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições (ORLANDI, 1990, p.17).

Um dos efeitos de sentidos, e não é o menor, segundo a autora, é o que ela chama de “perversidade do político” isto é, no conjunto de imagens construídas por tais práticas de linguagem, os aspectos da colonização aparecem com um reflexo indireto e não no seu lugar próprio. Tal situação sempre ocorre quando um discurso se passa por outro. É o apagamento do histórico e a produção de um discurso cultural. O resultado é a conversão da cultura em algo “exótico”. Conforme Eni Orlandi (1990),



Paralelamente, se apagam as razões políticas que se apresentam então como um discurso moral, de apreciação: o brasileiro é julgado por suas “qualidades”; ele aparece como superficial e, lógico, alegre, folgazão, indolente e sensual (ORLANDI, 1990, p.16-17).

O brasileiro também será aquele que é portador de inteligência, mas, infelizmente, sem objetividade (razão), desperdiça. Importa é não concluir que esses estereótipos são banais. O que importa é buscar a compreensão dos processos de produção desses sentidos que se mostram evidentes e definidos.

## 2.1 Silêncio e sentido

Segundo Ducrot (1972) o que não é falado também significa. Neste sentido, o não falado não apenas indica o não-dito, ou seja, aquilo que não se diz, mas necessariamente faz parte do que é dito. Importa nesta parte do trabalho compreender outro viés, o do silêncio. Este é originado no fato de que a linguagem é política e que em seu trabalho simbólico, tudo pode estar acompanhado de um silêncio. É a chamada “política do silêncio”, que se subdivide em duas formas de exercício de significação.

Conforme Eni Orlandi (1990) essas formas são:

- a) O silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica se apaga ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito;
- b) O silêncio local do tipo da censura e similares; esse silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, por exemplo, numa forma de regime político, num grupo social determinado, de uma forma de sociedade específica.

Existem diferentes formas de silêncio e silenciamento. Da mesma forma que a linguagem, o silêncio não é transparente e significa multiplamente.

Em se tratando do discurso sobre o Brasil ou ele determina o lugar que devem falar os brasileiros ou então não lhes dá voz, sejam eles os nativos, os índios, sejam aqueles que se vão formando ao longo do nosso processo histórico. O brasileiro é falado, não fala. O silêncio não fala, portanto, não é possível traduzi-lo por meio de palavras. Existe história no silêncio

porque há sentido no silêncio. Nós, brasileiros, fazemos os outros falarem por nós, mas não falamos no discurso da descoberta. Segundo Eni Orlandi (1989) podemos distinguir três formas de silêncio: a) silêncio fundador; b) silêncio constitutivo; c) silêncio local;

Esses dois últimos, parte do que a autora chama de *política do silêncio*, visto que imprimem um recorte entre o dito e o não-dito em sua forma de significar, inscrevem-se assim no domínio do poder dizer. Significando em si: o silêncio fundador não recorta. É o silêncio fundador quem determina a política do silêncio. É também o silêncio fundador quem sustenta a idéia de que a linguagem é política, por que o sentido sempre tem uma direção, sempre é dividido.

O brasileiro para significar tem como memória o já-dito europeu. A fala do brasileiro é falada pela memória do europeu, o outro. Em se tratando da colonização, conforme Orlandi (1990):

[...] o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e as impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizado (ORLANDI, 1990, p. 52).

O silêncio tanto serve para fazer funcionar o apagamento dos sentidos como para a produção de resistência. Na fala do colonizador já existe o que o outro não pode falar e dessa forma se logra, por intermédio da explicitação desses processos de significação, trazer para o jogo da linguagem o “silenciado”.

Essa forma de proceder é que nos conduz à compreensão da discursividade, objeto de análise até o momento. Este aspecto também irá compor o que denominamos de *historicidade do texto*.

## **2.2 O silêncio do discurso indígena no jornal *Folha de Boa Vista***

Antes de analisar as notícias sobre criminalização indígena presentes no jornal *Folha de Boa Vista*, é necessário pontuar o que nos diz Eni Orlandi (1990) sobre o discurso jornalístico: dirige-se eficientemente ao grande público através dos vários meios (televisão, jornal, etc.) com um discurso que, em geral se estrutura convenientemente em introdução, descrição de um estado de coisas, suas expectativas e opinião.

Salienta-se o que apresenta a notícia da edição de 19 de janeiro de 2004 do jornal *Folha de Boa Vista*, em sua editoria de polícia intitulada “**Índigena é preso após esfaquear agricultor**”:

O indígena Otávio da Silva Magalhães, 24, foi preso em flagrante na tarde de sábado. Ele é acusado de tentar contra a vida do agricultor, Ercivaldo Thomás Pereira, de 25 anos.

O fato, segundo o delegado titular da delegacia de Pacaraima, Gerson Coelho, ocorreu na madrugada do dia 17 por volta das 4h, em uma festa que estava sendo realizada na Vila 3 Corações no Município de Amajari, no quilômetro 100, sentido BV-8.

Conforme o delegado, por motivo fútil, Otávio se armou de um punhal e feriu o agricultor no peito esquerdo. Em seguida, o indígena fugiu em direção a sua comunidade Mutamba, onde permaneceu escondido até a prisão, em sua residência.

Como o fato da tentativa de homicídio já havia sido comunicada ao tuxaua da comunidade, Rubenilson Cavalcante, o mesmo determinou que outros dois indígenas, Oton Guimarães e Hélio Paxeco Ferreira, prendessem Otávio.

Após, o tuxaua enviou uma carta ao delegado, Gerson, entregando o indígena aos policiais dando plenos direitos. O indígena foi encaminhado à delegacia por Policiais Militares na tarde de sábado.

Ontem à tarde, Otávio foi encaminhado à Cadeia Pública de Boa Vista autuado em flagrante no artigo 121 combinado com o 14 do Código Penal Brasileiro (CPB), onde deverá permanecer à disposição da justiça.

REMOÇÃO- A remoção da vítima que chegou à Capital às 5h20, de sábado, foi feita pelos brincantes da festa que o encontraram jogado em um matagal. A vítima que sangrava muito foi medicada e se encontra internado no Bloco C do Hospital Rubens de Sousa, onde não corre mais risco de perder a vida (Jornal *Folha de Boa Vista*, edição de 19 de janeiro de 2004).

A notícia ocupa uma coluna da página policial do periódico. Não possui fotografia nem é matéria assinada, portanto, não é uma reportagem. O texto inicia-se com a apresentação do nome ocidental do indígena que é Otavio da Silva Magalhães, de 24 anos (Magalhães, aliás, é nome de família tradicional do Estado de Roraima), segundo narrativa, acusado de tentar contra vida do agricultor de 25 anos.

No segundo parágrafo do texto, tem-se a fala do delegado de polícia da cidade de Pacaraima, na escrita do jornalista: [...] segundo o delegado titular da delegacia de Pacaraima Gerson Coelho, ocorreu na madrugada do dia 17 por volta das 4h [...]. Conforme Faraco (2009), é compreensível que o fenômeno linguístico concreto mais discutido nos textos de Bakhtin e Voloshinov seja precisamente o discurso reportado, isto é, a presença explícita da palavra de outrem nos enunciados (FARACO, 2009, p.138).

A narrativa do texto prossegue indicando que o crime ocorrera na Maloca Três Corações (área indígena da região de Amajari no quilômetro 100, sentido BV-8).

O jornal continua a utilizar o discurso reportado quando insiste afirmando:

Conforme o delegado, por motivo fútil Otávio se armou de um punhal e feriu o agricultor no peito esquerdo. Em seguida, o indígena fugiu em direção a sua comunidade Mutamba, onde permaneceu escondido até a prisão em sua residência.

Em outro trecho da notícia, o jornal mostra novamente o discurso reportado, só que ao invés de ser sobre o não-índio é sobre o índio: “Como o fato da tentativa de homicídio já havia sido comunicada ao tuxaua da comunidade, Rubenilson Cavalcante, o mesmo determinou que outros dois indígenas, Oton Guimarães e Hélio Paxeco Ferreira, prendessem Otávio”.

O jornalista, em seu texto no parágrafo seguinte, continua a “falar” pelos índios quando também escreve: “Após, o tuxaua enviou uma carta ao delegado, Gerson, entregando o indígena às autoridades policiais dando plenos direitos. O indígena foi encaminhado à delegacia por Policiais Militares na tarde de sábado”.

O trecho acima mostra como o jornal, por meio de estratégias discursivas, consegue criminalizar os indígenas, até mesmo porque, segundo a narrativa, foram os próprios índios que entregaram o indígena acusado do crime.

No parágrafo seguinte, o jornalista, descreve o enquadramento penal do indígena nos moldes ocidentais: “Ontem à tarde Otávio foi encaminhado à Cadeia pública de Boa Vista, autuado em flagrante no artigo 121 combinado com o artigo 14 do Código Penal Brasileiro (CPB), onde deverá permanecer à disposição da Justiça”.

O texto nesse sentido passa a “falar” uma linguagem presente no discurso jurídico, o que para o leitor comum pode não ser compreendido. O lema do periódico é “Um jornal necessário”. O que se questiona é para quem? Onde fica a discussão pública sobre a questão indígena no Estado?

Após expor ao público o crime onde o índio é o agressor, o jornal ainda detalha no parágrafo final, em que circunstâncias foi encontrada a vítima do episódio (o agricultor, Ecivaldo Thomás Pereira).

A remoção da vítima que chegou à Capital às 5h20, de sábado foi feita pelos brincantes da festa que o encontraram jogado em um matagal. A vítima que sangrava muito foi medicada e se encontra internado no Bloco C do Hospital Rubens de Sousa Bento, onde não corre mais risco de perder a vida.

Pelo que foi exposto na notícia e a forma como o jornalista construiu sua narrativa, o jornal em questão se enquadra como mídia sensacionalista, conforme Cidade (1996).

A situação a seguir coloca o índio na condição de vítima da violência. Nesse caso garimpeiros assassinaram um indígena Xerente que trabalhava na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Boa Vista, na área indígena Ianomami do Paapiú. A reportagem é de 26 de fevereiro de 2004. Diz o texto da reportagem, em virtude de ser matéria assinada, intitulada “**Garimpeiros matam servidor da FUNAI**”: “O servidor é indígena de Tocantins, trabalhava há 15 anos na FUNAI e morava em Boa Vista com um filho de 14 anos” (FOLHA DE BOA VISTA, 2004, p. 12-A).

Figura 11: Manchete principal da editoria “Polícia”, Página 12A, 26/02/2004.

12 - Boa Vista, quinta-feira, 26 fevereiro de 2004

POLÍCIA

ÁREA YANOMAMI

## Garimpeiros matam servidor da Funai

O SERVIDOR É INDÍGENA DE TOCANTINS, TRABALHAVA HÁ 15 ANOS NA FUNAI E MORAVA EM BOA VISTA COM UM FILHO DE 14 ANOS

DANIELA MELLER  
Editoria de Polícia  
danymeller@click21.com.br

**O** chefe operacional da Fundação Nacional do Índio (Funai) Valdes Marinho Lima, 39, foi assassinado na manhã de domingo com um tiro de espingarda no peito. Segundo informação dos colegas de trabalho, o disparo foi efetuado por um grupo de cinco garimpeiros.

O fato ocorreu no garimpo Pista do Rangel, na região do Paapiú, município de Mucajá, no rio Couto Magalhães, centro da reserva indígena Yanomami, a noroeste do Estado.

Os amigos, que preferiram não se identificar, contaram que Valdes seguiu rumo à região, junto com outros seis colegas de trabalho, na sexta-feira pela manhã, chegando ao local no domingo. O grupo, ao se aproximar das margens do rio, avistou uma balsa e foi ao encontro dos garimpeiros em uma voadeira (pequeno barco a motor), que fugiram em direção à mata. Assim que o grupo se aproximou da balsa foi recebido a balas. Dos vários tiros disparados contra os funcionários da Funai, apenas Valdéz foi atingido e morreu.

Os outros funcionários, com medo de serem mortos, conseguiram fugir em busca de socorro, o que só foi conseguido na manhã do dia seguinte, através do sistema de rádio-fonia, quando foi feito contato com a sede da Funai em Boa Vista.

Devido à dificuldade de acesso ao local e à distância, o corpo da vítima só foi removido pelos funcionários do IML no final da tarde de ontem.

**TRASLADO** – Valdes Lima trabalhava há 15 anos na Funai, é indígena natural da maloca do Xerente, no Estado do Tocantins. Ele morava apenas com um filho de 14 anos em Roraima. Seu corpo, que foi velado na sede da Funai em Boa Vista, será trasladado para a maloca de origem onde deverá ser sepultado ainda hoje.

**INQUÉRITO** – Segundo informações da Polícia Federal (PF) que investiga o homicídio, uma equipe foi enviada ao local para apurar os responsáveis pelo crime. Até o fechamento desta matéria por volta das 18h, ninguém ainda havia sido preso pelo crime. Três nomes dos suspeitos estão identificados.



Valdéz Lima (no detalhe) ficou na Funai antes de ser levado para Tocantins

Fonte: Folha de Boa Vista, 2004.

A notícia se apresenta sob a forma de manchete da editoria de polícia. A matéria é assinada por Daniela Meller, ocupa a posição central na diagramação do jornal. A notícia possui um *lead* que não responde a todas as perguntas: Quem? ; Como? ; Quando? ; O quê? ; Por quê?. O texto ocupa quatro colunas da página policial e é a principal notícia da mesma. Possui uma fotografia que abrange duas colunas do espaço do texto. A fotografia é dotada de crédito (do fotógrafo Nonato Sousa) e é acompanhada por uma legenda. Por ser matéria assinada e possuir uma fotografia conforme Bahia (1990, p.129); Costa (1992, p. 60); Henri Cartier Bresson apud Bahia, 1990, p.127) e Achutti (1997, p. 29) enquadra-se no conceito de fotorreportagem. A fotografia mostra um esquife em um velório com presença de indígenas e a imagem da vítima em detalhe enquanto vivo. O texto inicia a narrativa com a fala do lugar social do indígena, vítima de homicídio e seus valores construídos: “... chefe operacional da Funda-

ção Nacional do Índio...”. Diferentemente do que foi escrito no título da manchete “Garimpeiros matam servidor da FUNAI” o *lead* fala de assassinato do indígena. O termo “assassinato” parece revelar maior peso linguístico. Por outro lado, o texto está eivado de expressões chulas a exemplo de “matam”, e “tiro”, revelando amadorismo jornalístico de quem escreve o texto, bem como do jornal enquanto instrumento formador de opinião.

O segundo parágrafo do texto aponta para um silenciamento do indígena, no que se refere à ocupação de seus territórios, quando a jornalista escreve: “O fato ocorreu na Pista do Rangel, na Região do Paapiú no município de Mucajaí...” Nesse trecho podemos verificar a existência do discurso do descaso das autoridades governamentais e estaduais em relação aos índios. O texto parece sugerir que pistas de garimpo em área indígena fazem parte do cenário e têm até nomes não indígenas como citados anteriormente. O texto não oportuniza a discussão sobre a presença do garimpo em área indígena. O que se pode observar é que não existe por parte do órgão de imprensa compromisso com a investigação dos fatos. Em alguns trechos do texto visualiza-se o discurso da inoperância do Governo em relação ao problema.

No terceiro parágrafo do texto, verificam-se indícios que revelam um discurso do descaso das autoridades que deveriam estar preocupadas com a questão indígena, como se pode observar nesse trecho: “... avistou a balsa e foi ao encontro dos garimpeiros...”.

A jornalista não procura investigar o porquê da existência de balsas de garimpo na área indígena. O trecho em tela mostra que existe inobservância legal por parte dos garimpeiros quando os mesmos desafiam as autoridades e demarcam território, o que inclusive é a motivação do crime.

Novamente vê-se o discurso do descaso da assistência aos indígenas em Roraima, em território Yanomami: “Só foi conseguido na manhã do dia seguinte...”. O texto revela omissão do Governo Federal em relação à área de difícil acesso para a remoção do corpo do indígena.

O crime ocorrera em terras da União e conforme o texto da notícia: “[...] a Polícia Federal (PF) que investiga o homicídio [...]”, tem-se, nesse sentido, um lugar do índio circunscrito ao Estado Brasileiro. Embora a notícia fale que o homicídio foi praticado por garimpeiros a matéria parece reforçar o discurso policial em relação à investigação do crime, quando afirma “uma equipe foi enviada ao local para apurar os responsáveis pelo crime” e ainda continua “Até o fechamento da matéria por volta de 18h, ninguém havia sido preso”, mesmo que no trecho final a jornalista afirme: “três nomes dos suspeitos estão identificados”.

O que se pode inferir sobre a matéria é que o jornal do ponto de vista do discurso, com sua narrativa, apaga vários discursos presentes ou não na notícia. Conforme Eni Orlandi

(2007), [...] colocarmos-nos na relação do dizível com o indizível, nos faz correr o risco mesmo de seus efeitos: o de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer (ORLANDI, 2007).

Observa-se que o assassinato do indígena Xerente do Tocantins teve uma repercussão significativa, até porque o indígena assassinado possuía um cargo na FUNAI, órgão de tutela dos índios, como pode ser observado nas editorias do jornal em que o assunto aparece (Opinião p.02 A; Cidade p.5A e Polícia 12 A).

A charge localizada na segunda página do primeiro caderno do jornal *Folha de Boa Vista* de 26 de fevereiro de 2004 tem como autor artista Marco. A imagem na Editoria de Opinião intitula-se “No foco”. O desenho com texto escrito mostra um diálogo entre dois índios, provavelmente Yanomami, porque é o que está escrito na tabuleta que identifica a Terra. Nos balões percebemos que os textos se referem ao episódio do assassinato do indígena do Estado do Tocantins, da etnia Xerente, que morava em Roraima. O indígena era funcionário da FUNAI na região do Paapiú, na Terra Indígena Yanomami. Os personagens apresentam um semblante sarcástico e travam o seguinte diálogo: “Garimpeiros mataram um funcionário da Funai aqui nas nossas terras!”. E o outro índio responde “Acho que vamos ser o centro das atenções”. Na charge, o diálogo escrito parece está em consonância com a representação imagética da cena, quando se pode observar as aeronaves no desenho, helicópteros e aviões se dirigindo para área do conflito. Pelo o que sugere a imagem, os índios parecem gostar das consequências do episódio, sugerindo para o leitor que os índios vão se beneficiar com o assassinato do funcionário indígena (Figura 12).

Ao se produzir charge, ocorre a alimentação dos acontecimentos mais recentes e se permite o aparecimento de efeitos de sentido que geram representações essenciais para ver e dizer a realidade. Nessa trajetória, em muitos casos as charges ocultam a intenção ideológica estimulando o riso e, em muitos casos, se configura como um misto de dor e humor.

Sobre a charge no discurso jornalístico, Miani (2001) afirma que [...] a charge é uma forma de humor gráfico que se popularizou em jornais e periódicos como material de opinião, revelando toda sua potencialidade política e ideológica enquanto manifestação de linguagem (MIANI, 2001, p. 05).

A charge proporciona uma releitura das notícias. Ao mesmo tempo em que sugere, ela oculta significados, apresentando-se como um discurso polifônico e dialógico que se estabelece na relação com o interdiscurso, que são os saberes pré-construídos, guarnecidos na memória do dizer, isto é, sentidos do dizível e circulando na sociedade.

Figura 12: Charge: “No foco”, da editoria “Opinião”, Página 02-A, 26/02/2004.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

A exemplo dos editoriais, os artigos de opinião propõem conceitos, fazem juízos de valor e constroem argumentações políticas sobre os acontecimentos. Porém, de forma diversa dos editoriais, a autoria nos artigos é constitutiva da significação.

Conforme Freire (2001),

Esse componente da matéria se configura numa importante variável, já que se apresenta como elemento legitimador do discurso opinativo, ao mesmo tempo em que permite observar as ‘vozes’ ou setores da sociedade trazidos pelos jornais para o debate (FREIRE, 2001, p. 87) .

A imprensa ao noticiar a questão indígena, ativa certas imagens e é reflexo de vários discursos sobre esses povos e sua inserção na sociedade envolvente.

Na charge em análise, percebem-se alguns discursos em torno da questão indígena em Roraima. Ressaltam-se as palavras do segundo índio do desenho: “Acho que vamos voltar a ser o centro das atenções”. O trecho do balão “**vamos voltar a ser..**”, parece invocar outro discurso de outros tempos. A conjuntura em tela é o ano 2004, um ano antes da publicação do decreto de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol , em 18 de abril de 2005, um dia antes do Dia do Índio. Segundo Leal (2012): Assim, entre a aprovação da proposta de demarcação - em 1993 - e sua publicação no Diário Oficial da União - em 1998 - decorreram-se cinco anos (LEAL, 2012, p. 17). Desta data até a homologação foram mais seis anos.

Esse foi um longo período de conflitos em que a Área Indígena Raposa Serra do Sol foi disputada por diversas etnias indígenas e grandes latifundiários - ambos reivindicando a



posse da terra. Esses acontecimentos requereram dos governos estadual e federal, bem como da classe política local e nacional, posturas valorativas e reclamaram uma tomada de posição no intuito de se buscar caminhos para solucionar a situação conflituosa.

O assassinato do indígena funcionário da FUNAI também repercutiu na editoria de Cidade do periódico. Escrita pelo editor-chefe do *Folha de Boa Vista*, Jessé Sousa, que inclusive é indígena, cuja a matéria toma um significado diferente: “**PF envia agentes para caçar assassinos**”.

O início da reportagem fala de um indígena assassinado, que era funcionário federal, servidor da FUNAI em Roraima, há 15 anos. Ao contrário do que está publicado no mesmo jornal e na mesma edição, na editoria de Opinião, tem-se a charge “**no foco**”, onde os índios se apresentam de forma sarcástica e até ridicularizada; na editoria, ele é apenas classificado como servidor da FUNAI, ao passo que na editoria de Polícia ele foi qualificado como Chefe operacional da Funai. Por que o jornal deu tanta ênfase ao caso, a ponto de divulgá-lo em três editorias diferentes? Que discurso(s) aparece(m) no(s) texto(s) do periódico? A resposta pode estar no fato do indígena assassinado ocupar um posto importante na FUNAI de Roraima. É que revela o texto do jornalista quando ele escreve:

Os agentes chegaram ontem por volta de meio dia, e hoje vão partir para a área yanomami em um avião e um helicóptero caçador, aeronaves especialmente para a operação, conforme informou ontem a delegada Adriana Correia da Diretoria Regional Contra o Crime Organizado (DRCOR).

Há toda uma intenção de se elucidar logo o caso, como se pode observar no texto do repórter, neste momento a fala da delegada está entre aspas: “Será uma caçada”.

O sentido desse discurso também pode ser percebido na frase anterior a essa: “A ordem é localizar e prender os garimpeiros suspeitos de terem assassinado o servidor” E aqui ele perde sua visibilidade indígena para se transformar em servidor.

Outro momento em que percebemos a invisibilidade do indígena é quando o autor do texto afirma: “A região onde o crime ocorreu, no rio Couto Magalhães, próximo à região do Paapiú (**outrora nos anos oitenta região de intensa garimpagem ilegal**) foi mapeada” (grifo nosso). A começar pelo nome ocidental do lugar (rio Couto Magalhães) existe aí um apagamento da história indígena. Temos a presença do discurso das autoridades governamentais quando o repórter afirma em seu texto: “Uma equipe de agentes esteve no local, e fez o mapeamento da região, ouviu os seis funcionários sobreviventes, colheu impressão digital e fez perícia”.

Ao finalizar sua matéria jornalística o editor-chefe ainda continua a invisibilizar o indígena que novamente se converte em servidor da FUNAI. A sua condição de indígena é apagada (ORLANDI, 1990) e no seu lugar aparece uma nomeação ocidental: “ O inquérito para apurar o assassinato do **servidor da Funai** foi aberto anteontem e a ficha dos três suspeitos já está sendo averiguada pela Polícia Federal” (grifo nosso).

Enfim, o autor da fotorreportagem (Figura 13) coloca em seu texto o discurso da delegada dando-lhe voz, embora em toda reportagem não se consegue observar verbalização do discurso indígena: “ Fizemos entrevistas com todas as pessoas do local do crime, disse a delegada Adriana, ao comentar que os servidores da Funai estão debilitados em virtude do confronto com os garimpeiros e consternados pela morte de um dos sete membros da equipe”. Pode-se concluir que, embora a notícia trate do assassinato de um indígena em área indígena, o discurso desse grupo não é verbalizado na notícia, pelo contrário é até apagado do cenário a partir do momento em que o jornalista, por meio do discurso reportado (BAKHTIN, 2003) assume as suas falas.

Do ponto de vista da análise do discurso, o discurso reportado é a fala de outrem no texto. Em relação a um processo de criminalização do indígena via imprensa, no caso o jornal *Folha de Boa Vista*, quando o índio fala, ele não se despoja de sua origem, ele fala a partir desse lugar. Seu discurso é marcado pelo seu lugar social, do lugar onde fala o sujeito. Quem fala representa o papel ao qual pertence. Quando o indígena fala, ele procura expressar suas ideias, faz isso como participante de um grupo indígena. A visibilidade do discurso indígena só é garantida por intermédio dos meios de comunicação, que tornam público o pensamento dos variados grupos, inclusive o discurso dos índios.

Figura 13: Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 05A, 26/02/2004.

**CRIME NA RESERVA**

# PF envia agentes para caçar assassinos

**ÁREA YANOMAMI**

## Funai anuncia operação para retirar invasores

**SÃO 40 AGENTES TREINADOS PARA OPERAÇÃO EM SELVA COM A MISSÃO DE FAZER UMA CAÇADA AOS GARIMPEIROS QUE MATARAM O SERVIDOR DA FUNAI**

**JESSÉ SOUZA**  
Editor-chefe

**A** Polícia Federal em viou 40 agentes de Brasília e Manaus (AM), do Comando de Operação Tática (COT), para iniciar a partir de hoje uma caçada aos assassinos do servidor da Funai (Fundação Nacional do Índio), Valdes Marinho Lima, 39, índio da etnia Xerente, morto a tiro na reserva yanomami.

Os agentes chegaram ontem, por volta de meio-dia, e hoje vão partir para a área yanomami em um avião e helicóptero caçador, aeronaves enviadas especialmente para a operação, conforme informou ontem à noite a delegada Adriana Correia, da Diretoria Regional Crime Organizado (DRCOR).

A operação é chefiada pelo delegado Mauro Spósito, coordenador de Operação Especial de Fronteira. Ele conta com a colaboração dos delegados Adriana, responsável pela parte formal da operação, junto com um ter-



*Ação dos agentes federais será localizar os criminosos na reserva yanomami*

ceiro delegado, Rafael Fernandes Souza Dantas, ambos de Roraima.

Os agentes do COT vão contar com a ajuda de federais de Roraima, mas a delegada Adriana não soube precisar quantos. A única informação é que serão escolhidos apenas aqueles especialistas em operação em selva e com experiência em atuar na área indígena.

A ordem é localizar e prender os garimpeiros suspeitos de ter assassinado o servidor. “Será uma caçada”, frisou a delegada ao informar que a PF tem três nomes de suspeitos mantidos em sigilo para evitar qualquer problema na operação.

A região aonde o crime ocorreu, no rio Couto Magalhães, próximo à região da maloca Paapiu, já foi mapeada. Uma equipe de agentes esteve no local, fez o mapeamento da região, ouviu os seis servidores da Funai sobreviventes, colheu impressão digital e fez perícia.

**INQUÉRITO** – O inquérito para apurar o assassinato do servidor da Funai foi aberto ontem e a ficha dos três suspeitos já está sendo averiguada pela Polícia Federal.

“Fizemos entrevista com todas as pessoas do local do crime”, disse a delegada Adriana ao comentar que os servidores da Funai estão debilitados em virtude do confronto com os garimpeiros e comemorados pela morte de um dos sete membros da equipe.

lhavam ilegalmente no rio Couto Magalhães, dentro da reserva, próximo à região da maloca Paapiu, noroeste de Roraima.

Valdes e outros membros da equipe investigavam a presença de garimpeiros dentro da terra indígena, denunciada por líderes Yanomami durante Assembleia Geral dos Tucuaus, realizada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), no mês passado.

Segundo a Funai, em Brasília, a entrada de garimpeiros na área requer “enormes gastos efetuados com as necessárias operações de extrusão, imploração de pistas de pouso clandestinas, entre outros”.

O órgão cita as pistas conhecidas como Hélio, Chico Veloso e Raimundinho, dinamitadas em dezembro passado, as quais já foram recuperadas pelos garimpeiros, o que demandará novos gastos para inutilizá-las novamente.

“Para os Yanomami, os malefícios são maiores: destroem hábitos culturais milenares, disseminam doenças venéreas, alcoolismo e a prostituição entre a comunidade indígena. Além disso, provocam a poluição dos rios e lagos onde promovem a garimpagem, deixando em suas águas o mercúrio usado, o que tem provocado doenças e mortes entre aqueles índios”, informa a Funai.

**ASSASSINATO** – Na versão divulgada oficialmente pelo Ministério da Justiça, a equipe da Funai, composta de sete servidores, chegou ao local onde se encontravam os garimpeiros, por volta das 18h do dia 22, e foram recebidos a tiros por garimpeiros fortemente armados.

Os servidores revidaram, fazendo com que os garimpeiros fugissem, abandonando a draga onde trabalhavam. No dia seguinte, segunda-feira, por volta das 7h, os servidores que tinham permanecido na draga apreendida, foram atacados pelos garimpeiros, que portavam armas de grosso calibre ocasião em que o servidor Valdes, que fazia a guarda, levou um tiro na região do tórax, disparado de espingarda calibre 12mm, falecendo em seguida.

Pegos de surpresa, os outros servidores, seis ao todo, fugiram para a maloca Paapiu, em busca de socorro, de onde fizeram contato com o administrador da Funai em Boa Vista, Martinho Alves. O corpo de Valdes foi resgatado, na tarde de terça-feira, por agentes da Polícia Federal, e conduzido ao Instituto Médico Legal de Boa Vista. (J.S.)

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

No texto a seguir analisa-se um típico caso de criminalização indígena no jornal *Folha de Boa Vista* em sua edição de 20 de janeiro de 2004. Estampada em duas diferentes editorias do periódico, a notícia indica que esse processo ocorre quando se utiliza da linguagem no texto para se atingir o objetivo do discurso jornalístico. Conforme Orlandi (1990) o discurso jornalístico, destina-se eficientemente ao grande público por meio dos vários meios (televisão, jornal, etc.) como um discurso que, em geral, se estrutura convenientemente em introdução, descrição de um estado de coisas, suas expectativas e opinião. Observe-se o que significa a notícia que foi publicada na capa sob a forma de chamada, texto escrito na primeira página do jornal que remete ao texto principal em outra editoria. O título da manchete de capa é “**RAPOSA/SERRA DO SOL - Líder indígena assume autoria de sequestro de padres**” (Figura 14). O texto discorre sobre o episódio que envolveu o “sequestro” de três religiosos pelo supostamente líder indígena (tuxaua) da Maloca do Contão, onde vivem índios da etnia Macuxi, de nome ocidental Genival Costa da Silva.

É importante ressaltar que no texto da chamada não existe a palavra “ sequestro” mas sim “detenção”. Ainda, conforme o texto da chamada, o tuxaua do Contão teria se responsabilizado pelo crime, conforme o Dicionário Jurídico organizado por Deocleceano Torrieri Guimarães e coordenado por Sandra Julien Miranda da Editora Redeel. Os padres, dois estrangeiros, César Avellaneda e Juan Carlos Martinez e um brasileiro, Ronildo Pinto França, teriam sido detidos duas semanas antes na Missão Católica Surumu na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, quando das manifestações contrárias à homologação da Terra Indígena em área contínua, o que não aparece no texto. O jornal ainda reforça a criminalização indígena por meio da linguagem do texto jornalístico com o verbo **responsabilizar**. Conforme o texto da manchete de capa: “ Ao assumir o fato ele isentou a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), de qualquer participação no episódio”. A chamada remete o leitor à editoria de Política, do periódico, localizada na p. 3A.

Figura 14: Chamada de primeira página, Página 1A, 20/01/2004.

**RAPOSA/SERRA DO SOL**

*Líder indígena assume  
autoria de seqüestro de padres*

O Tuxaua Genival Costa da Silva, 30, da comunidade do Contão, se responsabilizou ontem pela detenção dos religiosos Ronildo Pinto França, César Avellaneda e Juan Carlos Martinez, ocorrida há duas semanas na Mis-

são Surumu, durante as manifestações contrárias à homologação da Raposa/Serra do Sol. Ao assumir o fato ele isentou a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), de qualquer participação no episódio. **PÁG. 03-A**

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

A segunda parte da notícia, na terceira página do Primeiro Caderno do jornal, repete o mesmo título da chamada: **RAPOSA/SERRA DO SOL - Líder indígena assume seqüestro de padres** (Figura 15).

Figura 15: Matéria assinada da editoria “Política”, Página 3A, 20/01/2004.

FOLHA DE BOA VISTA

POLÍTICA

Boa Vista, terça-feira, 20 de janeiro de 2004

RAPOSA/SERRA DO SOL

## Líder indígena assume autoria de seqüestro de padres

**O TUXAUA DA COMUNIDADE DO CONTÃO ISENTOU A PREFEITA DO UIRAMUTÃ, FLORANY MOTA, DE QUALQUER PARTICIPAÇÃO NO EPISÓDIO**

LUIZ VALÉRIO  
Editoria de Política  
luis.virtual@bol.com.br

O tuxaua Genival Costa da Silva, 30, da comunidade do Contão, se responsabilizou ontem pela detenção dos religiosos Ronildo Pinto França, César Avellaneda e Juan Carlos Martinez, ocorrida há duas semanas na Missão Surumu, durante as manifestações contrárias à homologação da Raposa/Serra do Sol. Ele foi convocado pela Polícia Federal para prestar depoimento na próxima quinta-feira, 22, mas pediu prorrogação do seu interrogatório para o dia 29, pois o seu advogado Luiz Valdemar Albrecht se encontra em Brasília.

Ao assumir a autoria do “seqüestro” dos padres ele isenta a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), de qualquer participação no episódio. Ela é acusada de ter fornecido um caminhão pertencente à prefeitura para a ação dos índios que fizeram

os religiosos como reféns, com o objetivo de chamar a atenção do Governo Federal para a presença de estrangeiros na região da Raposa/Serra do Sol.

“Tudo o que está sendo divulgado pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima), pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e pela Diocese de Roraima são inverdades”, disparou Genival Costa. “Eu desafio a Diocese a apresentar provas de que houve a participação da prefeita na retenção dos padres, porque quem coordenou tudo fui eu junto com um conselho de 15 tuxauas”, acrescentou.

O líder indígena disse, ainda, que o caminhão supostamente utilizado no “seqüestro” dos religiosos ficou preso na barreira montada pelos manifestantes, a uma distância considerável do lugar onde os missionários foram detidos.

Genival Costa contou que a detenção dos padres pelos índios contrários à homologação da reserva indígena em área contínua, aconteceu por volta das 4h. do dia seis. O caminhão foi detido às 8h, na barreira montada pelos manifestantes, à altura da ponte que dá acesso à maloca do Contão, conforme disse o tuxaua. “Do lugar onde capturamos os missionários até o local onde o carro ficou preso, não daria tempo de deslocamento, até porque chega-

mos da Missão Surumu à maloca do Contão depois das 5h”, lembrou.

Ele reafirmou que o objetivo da detenção dos missionários foi chamar a atenção do governo brasileiro para a presença de estrangeiros na área pretendida. “A nossa intenção, ao fazermos os três religiosos como reféns, era mostrar para o Brasil inteiro que existem estrangeiros inseridos na Raposa/Serra do Sol com o objetivo de influenciar a homologação da reserva em área única”, afirmou.

O tuxaua também negou que tenha havido qualquer tipo de tortura contra os missionários. Uma prova disso – diz ele – é que mesmo estando como reféns, os religiosos participaram de um programa da Radiobrás por telefone, dizendo que estavam bem. “Com isso eles desmentiram a própria Igreja e o Cir, que fizeram circular, naquela ocasião, a versão de que os religiosos estavam sendo torturados fisicamente”, observou.



Genival Costa assume autoria intelectual da prisão dos religiosos

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

A fotorreportagem ocupa quatro colunas da página e possui fotografia com crédito e “lead”. A matéria é assinada pelo jornalista do *Folha de Boa Vista*, Luiz Valério, da Editoria de Política. Diz o lead da notícia: **“O Tuxaua da comunidade do Contão isentou a prefeita do Uiramutã, Florany Mota, de qualquer participação no episódio”** (grifo nosso). O texto em parágrafo inicial já culpabiliza o indígena, pois já coloca o tuxaua como criminoso, segundo uma definição jurídica seqüestro se configura quando ocorre crime contra a liberdade individual, quando alguém é privado de sua liberdade; o infrator é enquadrado nos artigos 148 e 159 do Código Penal. Por se tratar de crime em área indígena, o tuxaua do Contão responde a processo na Polícia Federal, conforme o trecho da notícia: **“Ele foi convocado pela Polícia Federal para prestar depoimento na próxima quinta-feira, 22...”** (grifo nosso). Existem alguns não-ditos no texto, como por exemplo: qual a participação da prefeita de Uiramutã no episódio? Por que o jornal não esclarece para o leitor que facções como a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIURR) são contra a área indígena de forma contínua?

Por que uma liderança indígena seria criminalizada nesse processo? Por que o tuxaua isentou de culpa a prefeita? O próprio texto do jornal faz falar em desfavor do índio como pode ser observado nesse trecho: “Ao assumir a autoria do ‘ sequestro’ dos padres ele isenta a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), de qualquer participação no episódio”.

Ainda no segundo parágrafo do texto, o jornalista revela um dos não-ditos apontados acima:

Ela é acusada de ter fornecido um caminhão pertencente à prefeitura para a ação dos índios que fizeram os religiosos como reféns, com o objetivo de chamar a atenção do Governo Federal para a presença de estrangeiros na região da Raposa/Serra do Sol.

O trecho acima remete a outro discurso corrente na região, o da “internacionalização da Amazônia”. Esse discurso está presente na sociedade roraimense e tem um caráter a-histórico, pois sua historicidade é negligenciada no processo de ocupação da Amazônia desde o século XVI. O jornalista escreve seu texto com as próprias palavras do indígena “criminoso”. Nessa passagem do texto que está aspeado como forma do repórter se isentar da responsabilidade do seu conteúdo “Tudo o que está sendo divulgado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Diocese de Roraima são inverdades”. E continua o jornalista a selecionar trechos da fala do tuxaua: “Eu desafio a Diocese de Roraima a apresentar provas de que houve a participação da prefeita na retenção dos padres, porque quem coordenou tudo fui eu, junto com um conselho de 15 (quinze) tuxauas”. O que podemos verificar no texto do jornalista é que o índio se auto criminaliza com sua própria confissão, mas revela também alguns não-ditos já citados anteriormente nessa análise, como por exemplo, uma das facções que apoiam a luta indígena pela homologação em área contínua, o CIR, juntamente com a Igreja Católica. O que o jornal não explica é por que a Igreja Católica abraçou a causa indígena. Ao escolher certos trechos da fala do índio, o jornal se apropria do discurso da facção contrária à homologação da área indígena de forma contínua, ou seja, em ilhas tal qual defende o governo do Estado e a facção apoiada por ele, a SODIURR.

Uma observação que aqui se faz é no sentido de questionar o jornalista por que ele não explica para o leitor quais facções a que índios estão ligados, que defendem a homologação da área indígena em ilhas, a ponto de alguns participarem em manifestações contra a homologação em área contínua e a ponto de “sequestrarem” padres. Vale salientar que a palavra sequestro recebe aspeamento no quinto parágrafo do texto “O líder indígena disse, ainda, que o caminhão supostamente utilizado no ‘seqüestro’ dos religiosos ficou preso na barreira montada pelos manifestantes a uma distância considerável do lugar onde os missionários foram deti-

dos”. É importante frisar que quem falou isso foi o jornalista, afirmando que quem tinha falado era o tuxaua. Continua o jornalista, por meio de discurso reportado falando pelo indígena:

Genival Costa contou que a detenção dos padres pelos índios contrários à homologação de reserva indígena em área contínua, aconteceu por volta das 4h, do dia seis. O caminhão foi detido às 8h, na barreira montada pelos manifestantes, à altura da ponte que dá acesso à maloca do Contão...

Para reforçar o seu discurso, o jornalista seleciona uma fala do indígena semelhante à sua: “Do lugar onde capturamos os missionários até o local onde o carro ficou preso, não daria tempo de deslocamento, até porque chegamos da Missão Surumu a maloca do Contão depois das 5h”, lembrou. O discurso indígena parece diferente daquele do jornalista. Alguns elementos aparecem na fala do indígena e que não estão na do jornalista, como por exemplo, a existência da Missão Surumu, prédio construído pela Igreja Católica em área indígena. Outra diferença que se percebe no discurso do jornalista refere-se ao objetivo da detenção dos religiosos. O jornalista, falando pelo tuxaua escreve: “Ele reafirmou que o objetivo da detenção dos missionários foi chamar a atenção do governo brasileiro para a presença de estrangeiros na área pretendida”. O jornalista dá então voz ao indígena no texto, mas o conteúdo do discurso indígena se mostra diferente daquele do jornalista: “A nossa intenção, ao fazermos os três religiosos reféns, era mostrar para o Brasil inteiro que existem estrangeiros inseridos na Raposa/Serra do Sol com o objetivo de influenciar a homologação da reserva em área única”, afirmou. Conforme Marcushi (1991) o verbo introdutor de opinião “afirmar” não se enquadra como dito por alguém, no caso o indígena, que se utiliza de verbos do discurso popular como “disse”, e outros a exemplo de “lembrar”, “confessar”. Tais verbos, inclusive, não impõem força ao sistema de valores do discurso do índio.

Finalizando sua matéria, o jornalista continua a utilizar o discurso reportado quando fala pelo índio:

O tuxaua também negou que tenha havido qualquer tipo de tortura contra os missionários. Uma prova disso - diz ele - é que mesmo estando como reféns, os religiosos participaram de um programa da Radiobrás por telefone, dizendo que estavam bem.

Como poderemos saber se a informação é verdadeira? Não existe no texto nenhuma verbalização da fala dos missionários. É no texto a presença de suas ausências e o discurso do índio a seguir não cita o Programa da Radiobrás, que no texto não tem como se confirmar, porque os padres não falam, são falados: “Com isso eles desmentiram a própria Igreja e o CIR,

que fizeram circular, naquela ocasião, a versão de que os religiosos estavam sendo torturados fisicamente”.

O que se pode inferir da análise dessa notícia é que se o índio é locutor de um discurso relacionado a seu grupo, o jornalista também o é, e são marcados pela fala do outro. O jornalista, a partir de sua formação discursiva materializa ideológica, psicológica e linguisticamente o sujeito, o que se verifica em relação ao índio. O jornalismo prima pela verdade dos fatos ouvindo todos os lados da notícia, justamente o que não aconteceu nesta matéria. Várias fontes não foram ouvidas, os padres, os outros índios que participaram da manifestação, e até o conselho dos quinze tuxauas mencionado pelo indígena da Maloca do Contão, criminalizado pelo seu próprio discurso, veiculado no jornal.

A próxima notícia que aparece novamente em duas editorias do jornal, primeira página e Polícia, ganha uma atenção especial por se tratar de um crime ocorrido em uma fazenda localizada na área indígena e que pertence a um vereador da Cidade do Uiramutã (Terra Indígena Raposa/Serra do Sol). A manchete principal sob a forma de chamada, com apenas uma coluna de texto escrito, possui uma fotografia que ocupa três colunas, (com crédito Arquivo Folha). A fotografia tem legenda: “**Clima é tenso em Uiramutã (foto) e prejudica entendimentos sobre a demarcação**”. A manchete de capa ainda possui, ao seu lado, duas colunas e fotografia (com duas colunas também) com crédito do fotógrafo Nonato Sousa, outra manchete, mas secundária, onde aparece o Governador Flamarion Portela dando uma entrevista coletiva para os jornalistas, intitula-se: “**Ministro da justiça envia delegados, peritos e agentes**”.

A manchete principal com letras garrafais intitula-se: **REVOLTA NO MUTUM - Indígena foi morto e enterrado em cova rasa na fazenda de vereador** (Figura 16). O texto inicia falando não do indígena que fora morto na fazenda do vereador de Uiramutã, ocupação de má fé, já que a área indígena estava demarcada, Francisco das Chagas Oliveira, vulgo “Chico Tripa” na região do Mutum (também área indígena), mas do seu corpo que fora encontrado em cova rasa no local já referido: “O corpo do indígena Aldo da Silva Mota, que estava desaparecido desde o dia 02 de janeiro de 2003, foi encontrado na fazenda do vereador Francisco das Chagas de Oliveira...”. A edição do jornal é do dia 10 de janeiro do mesmo ano, o que pressupõe também que o indígena pode ter sido assassinado do dia 02 em diante e pressupõe que haja edições anteriores à esta (e que não foi possível localizar nos ambientes de pesquisa e nem na redação do *Folha de Boa Vista* em virtude do seu arquivo se encontrar em reforma).



Figura 16: Manchete principal de primeira página, Página 1A, 10/01/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

A notícia de capa revela não-ditos como este presente no texto: “O crime acirrou os ânimos na área Raposa/Serra do Sol, criando um clima de tensão entre índios e fazendeiros”. A frase parece revelar sua própria contradição. Se existia um clima de discordância entre as partes (índios e fazendeiros), então o clima de tensão já estava presente e não foi criado a partir do fato. A situação não era nova e verifica-se um pressuposto. Isso desconstrói o discurso jornalístico em torno do fato.

Para ilustrar seu argumento a jornalista Cyneida Correia, da Editoria de Polícia do jornal *Folha de Boa Vista* afirma: “Mais de duzentos índios de aldeias da região das serras estão acampados em frente à fazenda exigindo justiça. Policiais foram enviados para garantir a segurança no local”. Parece não interessar à jornalista a discussão de que policiais militares não podem ocupar áreas federais sem a devida autorização. A chamada de capa remete o leitor para a manchete principal localizada na página 12A do periódico, da editoria de Polícia.

A manchete principal da Editoria de Polícia do jornal *Folha de Boa Vista* intitula-se: **CONFLITO EM UIRAMUTÃ - Índio desaparecido é encontrado morto** (Figura 17). Vimos que na chamada da notícia na capa, o título não fala de índio desaparecido, mas “**indígena que foi morto e enterrado em cova rasa na fazenda do vereador**”. Só podemos constatar quando se lê o texto da chamada. Em relação à matéria assinada por Cyneida Correia, o título chama a atenção do leitor para o fato de que o índio fôra encontrado morto. A matéria da jornalista em seis colunas, com *lead* e sem fotografia, aponta para um clima de “conflito” di-

ferente do que diz o texto da chamada “revolta”, o que demonstra que um dos lados já se pronunciou quanto ao ocorrido. Não está claro quais as etnias que participam da revolta, diluindo-se no trecho da chamada “**Mais de 200 índios de aldeias da região das serras...**”. Não pode o leitor na chamada de capa identificar quais são os índios que reivindicam por justiça, enfraquecendo o sistema de valores do discurso indígena.

Figura 17: Matéria assinada editoria “Policia”, Página 12A, 10/01/2003.

12 - Boa Vista, sexta-feira, 10 de janeiro de 2003

POLÍCIA

CONFLITO EM UIRAMUTÃ

## Índio desaparecido é encontrado morto

A CONFIRMAÇÃO DO ASSASSINATO DO ÍNDIO DENTRO DA FAZENDA DE UM VEREADOR ACIRROU OS ANÍMOS NA ÁREA INDÍGENA RAPOSA/SERRA DO SOL.

CYNEIDA CORREIA  
Editoria de Polícia

O corpo de um homem, provavelmente o indígena Aldo da Silva Mota, que estava desaparecido desde o dia 02 de janeiro, foi encontrado na manhã de ontem a cerca de 1.500 metros da área da fazenda Retiro, município de Uiramutã, que pertence ao vereador Francisco das Chagas Oliveira, mais conhecido como Chico Tripa.

O encontro do cadáver aumentou o clima de intranquilidade na região fazendo com que índios e não índios voltassem a entrar em conflito. O corpo estava em uma cova rasa e já vinha sendo

comido por urubus quando foi encontrado por moradores da região.

O corpo foi encontrado por dois jovens, José da Silva e Estelir de Souza, que perceberam o movimento dos urubus nas proximidades da casa sede da fazenda. Resolverem averiguar e acharam o cadáver enterrado numa cova rasa. A notícia foi repassada através de radiofonia ao Conselho Indígena de Roraima, que imediatamente comunicou à Polícia Federal e Funai (Fundação Nacional do Índio).

Segundo informações da administração regional da Funai, agentes da Polícia Federal e peritos do Instituto de Medicina Legal deslocaram-se à fazenda para examinar o cadáver e fazer o traslado para Boa Vista. A duração do voo de Boa Vista até a pista de pouso da aldeia Maracanã II, mais próxima da fazenda, é de uma hora. É possível que só retornem amanhã.

Mais de 200 índios de aldeias da região das Serras estão acampados em frente

à fazenda exigindo justiça. Tuxanas de comunidades de outras regiões de Raposa Serra do Sol estavam mobilizadas para somarem-se nas buscas e podem deslocar-se para área a fim de prestar solidariedade aos parentes macuxi.

CIR - O assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, André Vasconcelos, informou que a forma como a situação está sendo conduzida está revoltando as comunidades indígenas do Uiramutã.

"A Funai e Polícia Federal foram comunicadas do desaparecimento do indígena e a PF solicitou apoio da Polícia Militar, que não procedeu uma busca minuciosa na área. Pelo contrário, preferiu acusar os índios de invadirem e fazerem reféns dois PMs, fato que nunca aconteceu. O vereador e posses de Raposa Serra do Sol impediu o ingresso de indígenas na fazenda para auxiliarem nas buscas junto com a Polícia Federal e Funai", relatou Vasconcelos.

"O Delegado da PF, Francisco Argenta, recusou-se a ouvir os parentes da vítima quando esteve no local e acatou todas as orientações do fazendeiro. Nós ficamos bastante revoltados com a forma como essas buscas foram feitas, pois os índios que só queriam ajudar foram ignorados", prosseguiu.

O assessor do CIR disse ainda que os povos indígenas de Raposa Serra do Sol estão em luto e revoltados com o assassinato de Aldo. "Os indígenas estão intranquilos e revoltados com a forma que foi conduzida a averiguação. Aldo é mais um índio assassinado em Raposa Serra do Sol, sem que qualquer dos envolvidos seja punido", frisou.

"O Conselho Indígena de Roraima exige Justiça nesse caso que não é o único ao longo dos últimos 30 anos de luta pela terra indígena Raposa Serra do Sol. Em documento encaminhado do Ministro da Justiça, Márcio Tomáz Bastos, a organização pediu a retirada imediata dos invasores, a punição dos responsáveis e

da Polícia Militar da terra indígena", afirmou.

PM - O comandante da Polícia Militar, coronel Arnóbio Bessa, confirmou que um efetivo de 30 homens foi enviado para a área com o objetivo de auxiliar a Polícia Federal e evitar agressões entre índios e não índios.

"Não houve sequestro nem tomada de reféns como havia sido noticiado anteriormente, mas agora com o encontro desse corpo a tensão na região aumentou e vamos agir em apoio aos federais que estão trabalhando na área", explicou.

DESAPARECIDO - A confusão começou quando um garrote da comunidade indígena desapareceu e Aldo Mota foi procurá-lo na fazenda de propriedade do vereador Francisco das Chagas Oliveira (Chico Tripa), não retornando mais à comunidade.

Revoltados, os índios resolveram procurá-lo e cercaram o local, impedindo o acesso de trabalhadores e a entrada de policiais na área. O local havia sido tomado

por pelo menos 70 índios, utilizando armas de fogo, facas e terçados. Eles exigiam a imediata desocupação das terras pelos proprietários, além de querer saber do paradeiro do indígena desaparecido, que suspeitavam havia sido morto por funcionários da fazenda.

BRIGA JUDICIAL - A "fazenda Retiro" é objeto da Ação Civil Pública nº 1999.1458-9, na qual os índios solicitam a reintegração de posse. Comunidades e posseiros fizeram um acordo judicial no qual as partes se comprometem a respeitar os bens pessoais e patrimoniais de ambos até a solução definitiva do impasse. Um crime os índios exigem: a retirada imediata dos invasores.

A ocupação do vereador Francisco das Chagas fica a 11 quilômetros do vilarejo Mutum, uma das cinco vilas localizadas dentro da área Raposa Serra do Sol. Em todas elas, ocorrem constantes conflitos envolvendo índios, moradores, militares e outros posseiros.

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Conforme Orlandi (2010), a linguagem serve para comunicar e também para não comunicar. Esse pensamento é corroborado por Serra (1986) quando pontua que [...] O meio de informação busca produzir um efeito de apresentação da realidade, isto é, coloca-se exatamente como ‘meio’ através dos quais os fatos foram transmitidos ao público (SERRA, 1986, p.17).

Trata-se de um crime relatado pelo jornal, em um dado contexto e por meio de uma determinada ideologia, veiculado por um discurso jornalístico. Segundo essa linha de raciocínio esse mesmo autor nos afirma:

[...] a própria qualificação de criminal implícita na inserção jornalística é na verdade fruto de apropriação dos fatos, acontecimentos, personagens e sua tradução e recomposição em produto que é o crime tal como é apresentado na notícia (SERRA, 1986, p.17).

Em relação à notícia em análise, percebe-se até insegurança da jornalista no que se refere às informações do fato: “O corpo de um homem, **provavelmente** o indígena...”. Os títulos da chamada de capa e da manchete policial falam de indígena e índio respectivamente, no

entanto o texto da jornalista deixa o leitor em dúvida com relação ao corpo encontrado. O texto da chamada afirma que o corpo do índio foi encontrado na fazenda do vereador, mas o que está escrito no primeiro parágrafo da matéria da página policial é diverso daquele: “... foi encontrado a cerca de 1.500 metros da área da fazenda Retiro...”. Essa afirmação reforça o jargão de que os meios de comunicação se convertem na realidade em meios de informação e não refletem a opinião pública. Conforme esse pensamento, a opinião pública não existe mais, porque o que o público diz não é o que ele diz mas o que se torna público.

No segundo parágrafo da matéria, verifica-se que existe um já-dito no texto quando a repórter afirma: “O encontro do cadáver aumentou o clima de intranquilidade na região fazendo com que índios e não-índios voltassem a entrar em conflito”. Se o texto apresenta o verbo “voltar” é indício de que existe um processo de tensão social anterior não historiado pela jornalista, o que se constitui num silêncio do discurso. O trecho do terceiro parágrafo do texto da jornalista revela que o corpo do índio não foi achado por um acaso, mas a situação denota, do ponto vista criminal, uma ocultação de cadáver, hipótese não aventada no texto da repórter, ou seja, com se fosse natural o encontro do corpo em cova rasa na referida fazenda. É o que se propõe ver no trecho “O corpo foi encontrado por dois jovens, José da Silva e Estarle de Souza, que perceberam a movimentação dos urubus **nas proximidades da casa sede da fazenda**”(grifo nosso). A julgar por esse argumento, existe aí uma contradição com a sentença que trata da distância de 1.500 metros acima referida.

No quarto parágrafo entram em cena os integrantes do discurso das autoridades policiais (agentes da Polícia Federal), tutelar (FUNAI) e médico (peritos do IML) conforme a repórter: “Segundo informações da administração regional da Funai, agentes da Polícia Federal e peritos do Instituto de Medicina legal, deslocaram-se para a fazenda para exumar o cadáver e fazer o traslado para Boa Vista”. No quinto parágrafo do texto, a autora retoma o argumento no que se refere ao protesto indígena, porém já afirma qual é a etnia do indígena assassinado:

Mais de 200 índios de aldeias da região das Serras estão acampados em frente à fazenda exigindo justiça. Tuxauas de comunidades de outras regiões da Raposa Serra do Sol estavam mobilizados para somarem-se nas buscas e podem deslocar-se para área a fim de prestar solidariedade aos parentes macuxi.

A partir do quinto parágrafo até o final da matéria, o texto é dividido por tópicos (CIR, PM, DESAPARECIDO, BRIGA JUDICIAL). Ao que se propõe a análise de cada tópico do texto.

CIR- O tópico se inicia com a jornalista informando que o assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, André Vasconcelos, não concorda com a forma como está

sendo conduzida a situação, o que estaria revoltando as comunidades do Uiramutã. Essa informação da jornalista, já que neste trecho ela escreve um discurso reportado, se mostra problemática. Observe-se o trecho: “O assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, André Vasconcelos informou que a forma como a situação está sendo conduzida está revoltando as comunidades indígenas do Uiramutã”.

O parágrafo seguinte revela que a fala da jornalista não condiz com a fala do assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima: “A Funai e Polícia Federal foram comunicadas do desaparecimento do indígena e a PF solicitou apoio da Polícia Militar que não procedeu uma busca minuciosa na área...”. Muitos trechos da fala do assessor são apagados (ORLANDI, 2010). Considere-se esse trecho: “Pelo contrário, preferiu acusar os índios de invadirem e fazerem reféns dois PMs, fato que nunca aconteceu. O vereador e posseiro Francisco das Chagas impediu o ingresso de indígenas na fazenda para auxiliarem nas buscas junto com a Polícia Federal e Funai”, relatou Vasconcelos. O trecho da fala do assessor que se refere às buscas, sequer foi citado, nem tampouco o trecho em que fala sobre o procedimento dos policiais frente ao fato, o que revela sua formação discursiva. É o que se pode observar nesse trecho: “O vereador e posseiro...”. Tem-se aí uma inserção política do assessor na questão indígena.

No parágrafo seguinte o assessor fala: “O Delegado da PF, Fabrício Argenta, recusou-se a ouvir os parentes da vítima quando esteve no local e acatou todas as orientações do fazendeiro”. O que se depreende dessa fala é que existe, segundo o discurso do assessor do CIR, um silenciamento do indígena, no caso os parentes do índio assassinado e, conforme esse mesmo discurso, um apagamento da versão indígena do assassinato. Segundo André Vasconcelos, “Nós ficamos bastante revoltados com a forma como as buscas foram feitas, pois os índios, que só queriam ajudar e foram ignorados”. Que discursos se apresentam nesse episódio? O discurso jornalístico que ideologicamente defende os interesses dos fazendeiros? O discurso das autoridades policiais que querem “manter a ordem” e não permitem manifestações verbais dos índios? O discurso do assessor do CIR, que fala pelos índios? São várias vozes, mas apenas algumas são escutadas. Novamente se vê a diferença de falas (da jornalista e do assessor). Ao analisar o trecho das falas de ambos e comparar seus discursos, depreende-se que, primeiramente, a fala da jornalista: “O assessor do CIR disse que os povos indígenas da Raposa Serra do Sol estão em luto e revoltados com o assassinato de Aldo”. Observe-se que o texto da jornalista fala em “luto” e “revolta”, mas não é isso que está escrito nesse trecho da fala do assessor: “Os indígenas estão intranquilos e revoltados com a forma como foi conduzida a averiguação. Aldo é mais um índio assassinado em Raposa Serra do Sol, sem que qual-

quer dos envolvidos seja punido”. Posteriormente, a jornalista acrescenta um verbo introdutor de opinião (MARCUSHI, 1991), **frisou**. Se observar com atenção, percebe-se na fala do assessor que o discurso da impunidade está presente no texto, ao passo que esse mesmo discurso não aparece ou é minimizado na fala da jornalista. Essas práticas discursivas compõem a prática nos meios de comunicação enquanto instrumentos do poder. Conforme o pensamento de Bakhtin (2003), no capitalismo os discursos são remetidos às relações de poder que são exercidas pelos segmentos sociais.

Em segundo lugar, a fala do assessor do CIR revela não-ditos que a jornalista não coloca no texto. O assessor fala em intranquilidade entre os índios e não em luto. No trecho seguinte, a fala do assessor lembra o descaso das autoridades, o que é ocultado na fala da jornalista e, mais ainda profetiza o desfecho do caso, recorrendo de forma crítica ao discurso da impunidade contra os povos indígenas no Brasil, o que também foi apagado na fala da jornalista.

No parágrafo seguinte, tem-se o discurso do CIR por meio da representação do assessor do órgão: “O Conselho Indígena de Roraima exige Justiça nesse caso, que não é o único ao longo dos últimos trinta anos de luta pela terra indígena Raposa Serra do Sol”. Temos aqui discursos que se entrecruza o Institucional, Jurídico, histórico, social e antropológico. Um discurso sempre remete a outro, conforme Eni Orlandi. E continua o assessor: “Em documento encaminhado do Ministro da Justiça Marcio Tomáz Bastos, a organização pediu a retirada imediata dos invasores, a punição dos responsáveis e da Polícia Militar da terra indígena”. E arrematando o tópico, a jornalista acrescenta outro verbo introdutor de opinião, **“afirmou”**.

PM- Esse tópico inicialmente apresenta um discurso reportado, autoritário por parte da jornalista: “O comandante da Polícia Militar, coronel Arnóbio Bessa, confirmou que um efetivo de 30 homens foi enviado para área com o objetivo de auxiliar a Polícia Federal e evitar agressões entre índios e não índios”.

A fala do coronel Arnóbio revela diferença de significação e não-ditos, como por exemplo a presença de policiais militares em área indígena:

Não houve sequestro nem tomada de reféns como havia sido noticiado anteriormente, mas agora com o encontro desse corpo a tensão aumentou na região e vamos agir em apoio aos federais que estão trabalhando na área.

O trecho em que o oficial militar comenta que não havia tido nem seqüestro nem tomada de reféns compromete o jornal, pois revela, segundo ele, algo que não foi verdade e que fora publicado pela imprensa.

DESAPARECIDO- O tópico instaura de início um discurso de poder: “A confusão começou quando um garrote da comunidade indígena desapareceu e Aldo Mota foi procurá-lo na fazenda **de propriedade** do vereador Francisco das Chagas Oliveira (Chico Tripa) não retornando mais à comunidade” (grifo nosso). Não há por parte do jornal nenhuma discussão em relação à posse de má fé da terra indígena por parte do vereador. A fala da repórter também revela apagamento da cultura indígena, na medida em que em seu texto a terra está em poder de um fazendeiro vereador de um município encravado na Raposa/Serra do Sol (Terra Indígena). No parágrafo seguinte, o texto da notícia parece inverter o discurso indígena: “Revoltados, os índios resolveram procurá-lo e cercaram o local impedindo o acesso de trabalhadores e policiais na área”. Ora essa fala da jornalista nega o direito dos índios circular em suas terras.

O trecho a seguir confirmará essa versão:

“O local havia sido tomado por pelo menos 70 índios, utilizando facas e terçados. Eles exigiam a imediata desocupação das terras pelos proprietários, além de querer saber do paradeiro do indígena desaparecido, que suspeitavam havia sido morto por funcionários da fazenda”.

BRIGA JUDICIAL - Nesse tópico se instaura na narrativa, um discurso jurídico em que estão envolvidos índios e fazendeiros. O direito à posse das terras indígenas é garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Índio. Não existe por parte do jornal interesse em se estabelecer um debate sobre o tema, o que seria de suma importância para se entender o conflito. Além do mais o texto da jornalista não questiona a posse de má fé em área indígena por parte do fazendeiro que inclusive tem a “Fazenda Retiro” como objeto da Ação Civil Pública, na qual os índios requerem reintegração de posse, conforme o texto da reportagem:

A “Fazenda Retiro” é objeto da Ação Civil Pública nº 1999. 1458-9, na qual os índios solicitam a reintegração de posse. Comunidades e posseiros fizeram um acordo judicial no qual as partes se comprometiam a respeitar os bens pessoais e patrimoniais de ambos até a solução definitiva do impasse. Com o crime os índios exigem a retirada imediata dos invasores.

O que se observa do ponto de vista linguístico: a primeira frase da citação acima nega a última do mesmo trecho escrito pela jornalista. “ “A Fazenda Retiro” é objeto de Ação Civil nº 1999.1458-9, na qual os índios solicitam reintegração de posse”, negada pela frase : “Com o crime, os índios exigem a retirada imediata dos invasores”.

O parágrafo final da reportagem revela discursos não explorados no texto da jornalista:

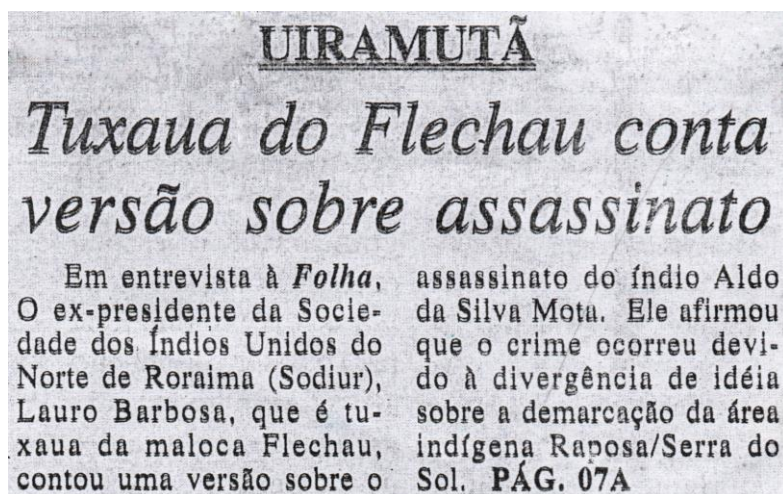
A ocupação do vereador Francisco das Chagas fica a 11 quilômetros do vilarejo do Mutum, uma das cinco vilas localizadas dentro da Raposa Serra do Sol. Em todas elas, ocorrem constantes conflitos envolvendo índios, moradores, militares e outros posseiros.

Ao longo da análise percebe-se que o jornal não dá voz para alguns atores que poderiam de alguma forma fomentar um debate em torno da questão da ocupação das terras indígenas. Não se escutam, por exemplo, antropólogos (fontes importantíssimas para o entendimento da questão). Os próprios índios não têm voz no texto e quando são lembrados é por sua representação enquanto entidades que lutam pelos seus direitos, o CIR.

Não existindo a verbalização do discurso indígena, sua história é apagada (ORLANDI, 1990) pela imprensa, no caso o jornal *Folha de Boa Vista*. Na reportagem, as vozes que aparecem não são indígenas, mas de entidades em sua defesa, de órgãos tutelares, do judiciário, de órgãos de repressão do Estado e do próprio jornal, enquanto instrumento de poder e formação de opinião.

O caso Aldo Mota rendeu várias outras edições do jornal *Folha de Boa Vista* e teve repercussão nacional e internacional. Considere-se o que foi publicado na edição de 11 e 12 de janeiro de 2003. O caso foi noticiado em três editorias diferentes do periódico (chamada de capa, editoria de cidade e editoria de polícia). A chamada de capa remete o leitor à editoria de Cidade e a notícia também aparece na página policial. A chamada que na diagramação está localizada à direita, tem o seguinte título: **UIRAMUTÃ-Tuxaua do Flechau conta sua versão sobre assassinato** (Figura 18). A notícia ocupa duas colunas e não possui fotografia. A chamada inicia-se com texto falando de uma entrevista à Folha dada pelo ex-presidente da Sodiurr (Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima) Lauro Barbosa, tuxaua do Flechal, relatando sua versão sobre o assassinato do índio Aldo Mota. Conforme o texto do jornal, a morte do indígena estaria ligada a divergências de opinião em relação à demarcação da Raposa/ Serra do Sol.

Figura 18: Chamada de primeira página, Página 1A, 11 e 12/01/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Todo o texto é de autoria do jornal, não se tem aqui verbalização do discurso indígena. Em aporte teórico sobre a função-autor do sujeito, Eni Orlandi(2010, p.74) esclarece:

Podemos então dizer que a autoria é uma função discursiva do sujeito. A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como o “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

A editoria de “Cidade” apresenta três notícias sobre o fato em questão: uma fotorreportagem de seis colunas, uma fotografia (ocupa três colunas) do ex-presidente da Sodiurr (Sociedade dos índios Unidos do Norte de Roraima) Lauro Barbosa, com crédito e *lead*. A primeira notícia é manchete principal da página 07A e intitula-se: “**TENSÃO EM UIRAMUTÃ- Tuxaua do Flechau conta versão sobre assassinato**”. O *lead* da notícia principal deixa a marca de quem a escreve, pois relata um discurso reportado: “**Segundo o tuxaua do Flechau, morte foi motivada por uma divergência sobre demarcação em área contínua ou em ilhas**” (Figura 19).



Figura 19: Manchete principal da editoria "Cidade", Página 7A, 11 e 12/01/2003.

FOLHA DE BOA VISTA

CIDADE

Boa Vista, 11 e 12 de janeiro de 2003 - 07

## TENSÃO EM UIRAMUTÃ

# Tuxaua conta versão sobre assassinato

SEGUNDO O TUXAUA DO FLECHAU, MORTE FOI MOTIVADA POR UMA DIVERGÊNCIA SOBRE DEMARCAÇÃO EM ÁREA CONTÍNUA OU EM ILHAS

Foto: Arquivo/Folha



Lauro Barbosa: primeira versão para explicar assassinato

O ex-presidente da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Lauro Barbosa, que é tuxaua da maloca Flechau, contou em entrevista à *Folha* uma versão sobre o assassinato do índio Aldo da Silva Mota. Ele afirmou que o crime ocorreu devido à divergência de idéias sobre a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol.

Segundo ele, a morte provavelmente ocorreu no dia 02 deste mês teria ocorrido a partir de uma briga entre Aldo e um outro vaqueiro identificado apenas por "Bufete". Os dois discutiam, segundo eles, questões

de demarcação da Raposa/Serra do Sol em área contínua ou em ilhas.

"O Aldo era a favor da demarcação em área contínua e o Bufete em ilhas. Como os dois estavam embriagados, provavelmente brigaram e tal fato aconteceu", disse ao enfatizar que o fato não deveria ter provocado essa reação. Acusou as comunidades lideradas pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima) de quererem um pretexto para se apossarem da única fazenda existente na região.

Entre as comunidades lideradas pelo CIR, citadas pelo tuxaua, estão a do Uiramutã I, Maturuca (conhecida como quartel general do CIR), Morro, Willimom, Camararé e Vilar. Segundo Lauro Barbosa, cerca de 200 índios, pertencentes a essas comunidades, continuam acampados em frente da fazenda Retiro, de propriedade do vereador Francisco das Chagas Oliveira, conhecido como Chico Tripa, aguardando por justiça.

Quanto ao fato do proprietário ter sido tido como réu, o tuxaua confirmou, mas disse que ele já foi libertado. "Eles fizeram isso porque acreditam que o vereador possa ser o mandante, mas isso não procede. Eles brigaram entre si", disse.

O problema maior que tem conflitado as relações de índios e brancos, conforme o tuxaua, tem sido as pretensões do CIR em querer, juntamente com as ONGs (Organizações Não Governamentais) e a Igreja Católica, o controle da área indígena.

"Nós da Sodiur somos a favor da demarcação em ilhas, para que todos possam ter seu espaço e poder produzir para seu sustento. Do que adianta ter uma demarcação contínua se estamos sempre dependendo deles [ONGs]?", questionou ao lembrar que a região de São Marcos, em Pacaraima, a situação já foi tomada pelas ONGs. "Não queremos que isso aconteça aqui também", disse.

**AUTORIDADES** - O tuxaua fez um pedido a todas as autoridades para que tomem as devidas providências, inclusive ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. "Ele preza tanto por programas federais de combate à pobreza e à fome. Se fizer essa demarcação [em área contínua] muitas famílias ficarão sem poder desenvolver suas atividades costumeiras", completou.

**VEREADOR** - A *Folha* não conseguiu entrar em contato com o proprietário da fazenda Retiro. No local em que o vereador Chico Tripa se encontrava não possuía telefone, conforme a representação da Prefeitura de Uiramutã em Boa Vista.

### Rizicultores dizem que crime não prejudica entendimentos

A morte do indígena em Uiramutã está sendo analisada como um complicador para os entendimentos da demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol entre fazendeiros, rizicultores e comunidades indígenas.

Mas os rizicultores afirmam que o crime na região nada implica na situação dos produtores, uma vez que cabe as autoridades competentes encontrarem os verdadeiros culpados.

Segundo o rizicultor Paulo César Quartiero, este foi um "fato isolado" que não implicará em nada na questão das terras. "Essa morte não tem nada a ver com a situação", disse.

O mesmo posicionamento foi seguido pelo também rizicultor Ivo, da empresa Arroz Tio Ivo. Conforme ele, o fato foi um acidente ou até mesmo uma briga pessoal entre os envolvidos.

### Juiz explica atribuições da Justiça Federal em crimes envolvendo índios

O juiz da Titular da 2ª Vara Federal de Roraima, Clodomir Reis, através do assessor de imprensa, Fernando Quintella, explicou que o caso da tentativa de construir uma cerca no município de Pacaraima, no mês de dezembro de 2002, e a suposta tentativa de invasão da Catedral Cristo Redentor pelos índios, na semana passada, são de competência da Justiça Federal.

Segundo Quintella, a Justiça Federal somente atua em casos como estes quando os fatos refletem o interesse coletivo de determinada comunidade. No caso do município de Pacaraima, por haver um interesse mútuo dos índios locais em demarcação contínua, segundo ele.

Com relação ao caso da Catedral, pode ser caracterizada uma tentativa de ação de um grupo indígena contra o patrimônio, no qual, por medo de ocupação do prédio, e como método de prevenção, o fato foi denunciado à Justiça Federal.

Quanto ao fato de existir no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma jurisprudência no sentido de que a competência para processos silvícolas em crimes comuns é da Justiça Estadual, o assessor confirmou, analisando que casos comuns como, por exemplo, briga de casais indígenas ou até mesmo um furto a residência por um indígena, realmente é de competência da Justiça Estadual. Mas o que diz respeito a interesses coletivos envolvendo as comunidades é de competência da Justiça Federal.

**UIRAMUTÃ** - Já com relação ao fato ocorrido no município do Uiramutã, o as-

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Conforme Melo (2004) No discurso jornalístico, o sujeito-autor do texto não é o sujeito que fala no texto, não é o autor do texto. Ele faz escolhas sobre que partes do texto este discurso irá relatar (MELO, 2004, p. 211).

Em torno dessa questão, Eni Orlandi (2010) citando Foucault:

[...] há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Normatizando-o, diríamos. Tal controle pode ser observado em noções como as de comentário, de disciplina, e, justamente, na de autor. Essas noções tem um papel multiplica-

dor, mas têm também função restritiva e coercitiva (ORLANDI, 2010, p. 74, 75).

Para Orlandi (2010), o autor é tido como princípio de agrupamento do discurso, como unidade de agrupamento do discurso, e também origem de suas significações, como sustentação de sua coerência.

No parágrafo inicial do texto da chamada de capa, não é possível observar a verbalização do discurso indígena, apenas a fala de quem escreve o texto no jornal. Embora se afirme no texto que o ex-presidente da Sodiurr tenha dado uma entrevista ao Folha, não se tem a mesma na íntegra, apenas trechos que foram selecionados para dar sustentação aos argumentos do jornal.

Vê-se essa situação no seguinte trecho: “Segundo ele, a morte **provavelmente** ocorrida no dia 02 deste mês teria ocorrido a partir de uma briga entre Aldo e um outro vaqueiro identificado apenas por “ Bufete”. Os dois discutiam, segundo eles, questões sobre a demarcação da Raposa/Serra do Sol em área contínua ou em ilhas” (grifo nosso).

O jornal, além de demonstrar despreparo no trato com a notícia, ainda se mostra antiético perante as regras do jornalismo. O texto não fala que “Bufete” é indígena e tem nome ocidental (Eliseu Samuel). Tem-se um apagamento da condição de indígena. Qual seria o objetivo do jornal ao noticiar que um indígena matou outro indígena? Por que o jornal não coloca no texto que Eliseu é um vaqueiro da Fazenda Retiro, de “propriedade” do vereador de Uiramutã, Francisco das Chagas? Por que o jornal se interessaria por divulgar trechos de uma entrevista de um indígena que faz parte da facção política (SODIURR) contrária ao CIR.

No terceiro parágrafo, o índio (tuxaua do Flechal) verbaliza seu discurso no texto, porém criminalizando outros índios, no caso, a própria vítima de homicídio e o índio vaqueiro Eliseu Samuel: “O Aldo era a favor da demarcação em área contínua e o Bufete em ilhas. Como os dois estavam embriagados, provavelmente brigaram e tal fato aconteceu”.

Percebe-se que o jornal utiliza a própria fala do índio para criminalizar o índio e ainda inocentar o vereador da culpa do homicídio praticado no interior de “sua” propriedade.

No parágrafo seguinte, tem-se o discurso jornalístico reportado quando quem escreve o texto relata: “acusou as comunidades lideradas pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima) de quererem um pretexto para se apossarem da única fazenda na região”.

Saliente-se que o texto escrito pelo jornal procura veicular um discurso recorrente na região de que o CIR, ligado à Igreja Católica, estaria interessado em tomar as fazendas dos

arrozeiros. Coincidência, esse é o mesmo discurso dos rizicultores e políticos locais. O jornal, que tem sustentação nesses grupos, divulga suas ideias em suas páginas.

O *Folha* tem até a preocupação em mapear as comunidades que estão sob a liderança do CIR, “citadas” pelo tuxaua : “[...] Uiramutã I, Maturuca (conhecida como quartel general do CIR,) Morro, Willimon, Camararém, e Vilar”. Vale ressaltar que na fala do tuxaua nenhum desses locais foi citado, ou seja, é um acréscimo do jornal.

O trecho seguinte confirma o que já havia sido noticiado na edição anterior (10/01/03). Novamente utilizando-se do discurso reportado o jornal coloca: “Segundo Lauro Barbosa, cerca de 200 índios, pertencentes a essas comunidades, continuam acampados em frente da fazenda Retiro, de propriedade do vereador Francisco das Chagas Oliveira, conhecido como Chico Tripa, aguardando por justiça”.

Através da seleção de trechos da entrevista dada ao *Folha* pelo tuxaua do Flechal, o jornal constrói a defesa do vereador em cuja fazenda foi assassinado o indígena Aldo Mota: “Eles fizeram isso porque acreditam que o vereador possa ser o mandante, mas isso não procede. Eles brigaram entre si” .

O trecho que vem a seguir revela o discurso que nega a realidade dos conflitos fundiários em Roraima, existente desde longa data: “O problema maior que tem conflitado as relações de índios e brancos, conforme o tuxaua tem sido as pretensões do CIR em querer, juntamente com as ONGs (Organizações Não Governamentais) e a Igreja Católica, o controle da área indígena”.

A fala do tuxaua nesse trecho da reportagem demonstra que o sujeito sempre fala do seu lugar social revela sua formação discursiva: “Nós, da Sodiurr, somos a favor da demarcação em ilhas, para que todos possam ter seu espaço e poder produzir para seu sustento.” Quando o tuxaua diz: **Nós da Sodiur**, acaba revelando sua posição frente à questão indígena e ao assassinato do indígena Aldo Mota que integrava o CIR. A Sodiurr é uma entidade indígena apoiada pelo Governo do Estado e rizicultores. O CIR, por sua vez, é apoiado pela Igreja Católica e entidades que apoiam a causa indígena.

O tuxaua continua sua fala, defendendo um discurso que procura dar apoio aos interesses dos arrozeiros (rizicultores) e de alguns políticos locais: “Do que adianta ter uma demarcação contínua se estaremos sempre dependendo deles [ONGs]?” O jornal ainda acrescenta: “Questionou ao lembrar que a região de São Marcos, em Pacaraima, a situação já foi tomada pelas ONGs”. Embora esse argumento não apareça na fala do tuxaua, quem escreve o texto da reportagem faz coincidir a fala do indígena com o argumento do jornal, : “Não queremos que isso aconteça aqui também”.

A partir do parágrafo seguinte, o texto é dividido em dois tópicos temáticos (AUTORIDADES e VEREADOR).

Analisemos os referidos tópicos finais da reportagem:

AUTORIDADES - Nesse tópico tem-se novamente a presença do discurso reportado: “O tuxaua fez um pedido a todas as autoridades para que tomem providências, inclusive ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva”. Para fazer o argumento do texto do jornal coincidir com a fala do indígena tuxaua do Flechal, o jornalista cita esse trecho de sua entrevista: “Ele (Lula) preza tanto por programas federais de combate à pobreza e à fome. Se fizer essa demarcação [em área contínua] muitas famílias ficarão sem poder desenvolver suas atividades costumeiras”. Um detalhe denuncia a interferência do jornalista na fala do tuxaua: a existência do colchete no texto escrito da notícia. Esse fato demonstra que o jornalista pode alterar o texto da sua fonte.

VEREADOR - No parágrafo final, o jornalista conclui fazendo menção ao fato de que não foi possível entrar em contato com o vereador de Uiramutã, Francisco das Chagas Oliveira (Chico Tripa): “A *Folha* não conseguiu entrar em contato com o proprietário da fazenda Retiro. No local em que o vereador se encontrava não possuía telefone, conforme a representação da Prefeitura de Uiramutã em Boa Vista”.

Pelo exposto parece que o jornal *Folha de Boa Vista*, enquanto veículo de comunicação que se pretende “um jornal necessário,” não ouviu todos os lados da notícia como deveria ser o lema de um jornalismo comprometido com a verdade dos fatos e apresentando imparcialidade.

Conforme afirma Melo (2004): Além da formação discursiva do autor do texto, concorre para a polifonia textual a regra básica do jornalismo: os vários lados da notícia têm que ser ouvidos (MELO, 2004, p. 212).

O que se pode concluir dessa análise em relação às formas de silenciar o indígena no jornal *Folha de Boa Vista*? Por meio de estratégias jornalísticas discursivas ocorre a criminalização indígena no texto da notícia e esse expediente gera sua discriminação social.

As outras duas notícias também fazem parte da mesma editoria da edição de 11 e 12 de janeiro de 2003 e recorrem ao discurso jurídico e ao discurso fundiário. A primeira notícia tem como título: “**Juiz explica atribuições da Justiça Federal em crimes envolvendo índios**” e revela no texto um discurso jurídico na questão indígena. Diz o texto do primeiro parágrafo:

O juiz Titular da 2ª Vara Federal de Roraima, Clodomir Reis, através do assessor de imprensa Fernando Quintella, explicou que o caso da tentativa de construir uma cerca no Município de Pacaraima, no mês de dezembro de 2002, e a suposta tentativa de invasão da Catedral Cristo Redentor pelos índios, na semana passada, são de competência da Justiça Federal.

Como se trata de um texto que se refere ao caráter jurídico da questão indígena existe, por parte do jornalista, um cuidado especial com os termos escritos na notícia. Um exemplo disso aparece no texto quando ele fala de “suposta tentativa de invasão da Catedral Cristo Redentor...”. O texto fala em “índios” no sentido genérico, o que deixa o leitor em dúvida com relação ao fato ocorrido. Essa situação faz lembrar a máxima: A linguagem serve para comunicar e também para não comunicar.

Novamente num discurso reportado, o jornal fala pelo assessor de comunicação, do Juiz, tem-se um texto com aporte no discurso jurídico:

**Segundo** Quintella, a Justiça Federal somente atua em casos como estes quando os fatos refletem o interesse coletivo de determinada comunidade. No caso do município de Pacaraima, por haver um interesse mútuo dos índios locais em demarcação contínua, **segundo ele** (grifos nossos).

O texto da notícia relatada pelo jornalista é reportado, pois quem fala no texto não é o juiz federal, mas seu assessor de comunicação nas letras de quem escreveu. E o jornalista continua falando pelo assessor que representa o juiz no texto:

Com relação ao caso da Catedral, pode ser caracterizada uma tentativa de ação de um grupo indígena contra o patrimônio, no qual, por medo de **ocupação** do prédio, e como método de prevenção, o fato foi denunciado à Justiça Federal (grifo nosso).

O texto introduz no leitor um discurso jurídico em relação à competência de julgar crimes envolvendo índios, objeto inclusive de pesquisa acadêmica coordenada pelo professor da UnB Stephen Baines (BAINES, 2009). Diz o jornal:

Quanto ao fato de existir no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma jurisprudência no sentido de que a competência para processos silvícolas em crimes comuns é da Justiça Estadual, o assessor confirmou, analisando que casos comuns como, por exemplo, briga de casais indígenas ou até mesmo um furto a residência por um indígena, realmente é de competência da Justiça Estadual. Mas o que diz respeito a interesses coletivos envolvendo as comunidades é de competência da Justiça Federal.

Esse discurso põe em xeque o que reza o Estatuto do Índio e a Convenção 169 da OIT em relação aos povos indígenas e seus julgamentos criminais, conforme Baines (2009).

Finalizando o texto da notícia, o jornalista faz menção ao caso do índio Aldo Mota em Uiramutã e novamente em discurso reportado toma como suas as palavras do assessor (que por sua vez representa o juiz no texto): “Já com relação ao fato ocorrido em Uiramutã, o assessor disse que particularmente está acompanhando o caso através dos órgãos de imprensa”. Então o jornalista dá voz ao assessor aspeando o seguinte trecho: “Quanto ao afirmado pelos meios de comunicação, até o momento tem acompanhado e ainda **não se tem certeza sobre de quem realmente é o corpo encontrado**” (grifo nosso).

A sentença grifada mostra que a informação do assessor entra em contradição com o que o próprio jornal noticiou em sua manchete da editoria de cidade: *Tuxaua conta sua versão sobre assassinato*. O texto da notícia principal desmente esse discurso do assessor de comunicação do Juiz Federal.

O parágrafo final da notícia mostra que o jornalista conclui o texto mais uma vez se utilizando do discurso reportado: “Mas, após apurados os fatos, se for confirmado que houve interesse coletivo, o assessor afirmou que caberá à Justiça Federal tomar providências e caracterizá-lo como crime federal”.

Observe-se a análise da última notícia nesse capítulo. O título da notícia com apenas duas colunas no lado direito da diagramação do jornal é: “**Rizicultores dizem que crime não prejudica entendimentos**”. Inicialmente, o jornalista afirma que o assassinato do indígena Aldo Mota está sendo considerado um fator complicador para os entendimentos entre índios e não-índios na região de Uiramutã: “A morte do indígena em Uiramutã está sendo analisada como um fator complicador para os entendimentos da demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol entre fazendeiros, rizicultores e comunidades indígenas”.

Aqui o discurso indígena está sendo apagado pelo discurso dos não-índios presentes na área indígena. O jornal não estabelece discussão pública sobre o assunto e ainda coloca a culpa da tensão entre os grupos, no assassinato do índio Aldo Mota. O texto revela não-ditos e já ditos do discurso sobre demarcação que preexiste à época da notícia.

O trecho da notícia apaga o discurso indígena que reivindica a legítima posse da terra frente aos ocupantes de má fé (fazendeiros e rizicultores): “Mas os rizicultores afirmam que o crime na região nada implica na situação dos produtores, uma vez que cabe às autoridades competentes encontrarem os verdadeiros culpados”. Ora, o crime fora cometido em área de ocupação de má fé do vereador de Uiramutã, Francisco das Chagas Oliveira. Como o jornal pode ignorar esse fato? O vereador é um fazendeiro, portanto parte envolvida nesse contexto.

Como o texto do jornalista pode ignorar o assassinato na área ocupada pelo fazendeiro? Como o jornal dá voz apenas aos rizicultores e não aos índios? Note-se esse discurso no seguinte trecho: “Segundo o rizicultor Paulo César Quartiero, este foi um fato isolado que não implicará em nada na questão das terras”. Tal fala revela total menosprezo pelos índios, na medida em que o assassinato não tem qualquer importância. Então, aspeando o que escreve, o jornalista faz falar os rizicultores: “Essa morte não tem nada a ver com a situação” e ainda reforça: “O mesmo posicionamento foi seguido pelo também rizicultor Ivo, da empresa Tio Ivo. Conforme ele, o fato foi um acidente ou até mesmo uma briga pessoal entre os envolvidos”.

Pelo que se pode verificar, a criminalização do índio no jornal *Folha de Boa Vista* é construída por meio de estratégias discursivas ideológicas desse órgão de imprensa que necessita do apoio político de grupos que não defendem os povos indígenas, e ainda pela dominação sobre estes, enquanto sujeitos sociais, que procura discriminá-los.

Nesse capítulo buscou-se mostrar como, utilizando mecanismos que promovem o silêncio dos povos indígenas de Roraima, os meios de comunicação, a exemplo do jornal *Folha de Boa Vista*, reproduzem a ideologia de dominação sobre os mesmos.

### CAPÍTULO 3

#### **“A PENA É LEVE, MAS A CARGA É PESADA”: A CRIMINALIZAÇÃO INDÍGENA NO FOLHA DE BOA VISTA POR MEIO DA CHARGE.**

Antes de começar a análise das charges no período de 2000 a 2005 no jornal *Folha de Boa Vista* se faz necessário um histórico desse gênero textual e apresentar seu embasamento teórico. A palavra charge vem do francês “carga”. A charge pode ser contra ou a favor. Em sua trajetória histórica, a charge no Brasil teve momentos célebres na política, onde por vezes ela atingiu seu meio de expressão. Grandes chargistas como o ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, criticavam no segundo império a aristocracia, o clero e a politicalha da época. Na conjuntura do regime militar tivemos Ziraldo, Henfil, Jaguar, dentre outros.

Uma pergunta que agora se faz é se a charge faz vender mais jornal? Pergunta não muito pertinente, pois isoladamente pouca coisa vende o jornal. Hoje existe uma tradição nos grandes jornais brasileiros de se publicar charges. Alguns jornais as divulgam até em suas primeiras páginas, o que indica o peso editorial desses desenhos de opinião tornando-se mais relevantes.

Conforme Maringoni (1996):

A charge é parte desses “penduricalhos” que o jornal apresenta como material de opinião. Não é à toa que ela sempre está colocada na página de editoriais, a página nobre. A charge acaba sendo uma espécie de “editorial, gráfico” como dizia o Fortuna, um dos grandes profissionais da área que este país já teve (MARINGONI, 1996, p. 86).

A exemplo do jornalista Fortuna, o chargista deve saber antes de tudo a qual veículo de comunicação está ligado e sua linha editorial. O chargista tem que ter uma cumplicidade com o leitor, e ainda referenciando Maringoni,

Para fazer humor é preciso haver cumplicidade com o público. Ninguém ri da piada que você conta se não existe um código entre você e seus ouvintes. Muitas vezes este código está baseado no mais repugnante dos preconceitos, mas ele o - vínculo- deve existir (MARINGONI, 1996, p. 88).

Existem cartunistas que conseguem mais captar o espírito de uma época do que meramente registrar o fato do dia. Assim, temos não mais a charge política, mas uma crítica



de costumes, adquirindo mais “durabilidade”. Tais exemplos podem ser vistos nos trabalhos de Péricles (“O amigo da onça”); de Henfil (Fradim) e de Angeli (Rê Bordosa).

De início, os jornais não exibiam ilustrações, mas apenas textos verbais. Com o aparecimento de técnicas específicas de reprodução gráfica, a exemplo, da litografia em que os desenhos passaram a fazer parte do corpo do jornal, bem como outros gêneros textuais, como a caricatura e a charge, que vão se popularizar.

Constantemente, a charge se confunde com a **caricatura** e o **cartum**, sendo, às vezes, tais conceitos empregados pelas pessoas de forma intercambiável. Para caracterizar a charge enquanto gêneros textuais destacam-se algumas de suas “especialidades” frente a outras modalidades humorísticas visuais.

Originalmente a palavra “caricatura” deriva do verbo italiano “caricare” cujo significado primeiro quer dizer “carregar, impor um grande peso sobre alguma coisa, pessoa ou animal” (MIANI, 2001, p.3) por extensão “acentuar” ou “exagerar”.

Segundo Romualdo (2000), a palavra caricatura pode ser concebida em duas acepções diferentes. Com base nas definições de Rabaça e Barbosa (1978), Romualdo (2000) ressalta que, estritamente, caricatura corresponde a um tipo específico de texto, que se constitui numa representação da fisionomia humana com características humorísticas grotescas ou cômicas, sendo habitualmente, caracterizada como um tipo de retrato, onde se exageram (carregam) determinados traços do rosto de uma pessoa (ROMUALDO, 2000, p.20).

Outrossim, empregado em seu sentido lato, o termo denomina de modo genérico uma “ forma de arte que se expressa, através do desenho, da pintura, da escultura, etc. , e cuja a finalidade é humor” (ROMUALDO, 2000, p.19-20). Nessa perspectiva, a caricatura abarca diversas modalidades visuais humorísticas, incluindo aí a charge e o cartum.

Embora pequena a diferença entre charge e cartum, esta é passível de se estabelecida. Enquanto gênero de humor gráfico, o cartum enfatiza como foco o amplo espectro do comportamento humano, revelando de modo sarcástico fraquezas, hábitos e costumes do ser humano. Em função do caráter universal (ou mais genérico) de seu prisma humorístico, o cartum pode ser definido, com “todo desenho humorístico no qual o autor realiza a crítica de costumes” (ROMUALDO, 2000, p.21)

Por sua vez, o alvo da charge é a política e esse gênero textual pode ser definido segundo Romualdo (2000, p.21) como “[...] um texto visual humorístico que cria um personagem, fato ou acontecimento político específico”. A efemeridade é a característica essencial da charge e a temporalidade do cartum. De um modo geral, a charge é apresentada em apenas um quadro, mas pode haver casos em que o chargista apresente-a em mais de um

quadrinho. O texto da charge pode ser formado apenas por elementos não verbais, mas frequentemente vem acompanhado da expressão verbal ou linguística na forma de títulos, legendas e balões que irão reproduzir as falas e os sons emitidos pelos personagens. Em relação à interação entre os códigos visual e verbal na charge, Romualdo (2000, p. 28) salienta que estes “se auxiliam, se completam ou se contrapõem na busca do sentido pretendido”.

No que diz respeito à análise a charge e a caricatura, vale ressaltar que estes gêneros textuais não são mutuamente excludentes, pelo contrário, esta aparece como elemento constitutivo daquela. Isso ocorre à medida que a charge enfoca os acontecimentos políticos contemporâneos, personagens da cena política, como presidentes, parlamentares, ministros dentre outros. Estes são representados com traços exagerados, sugerindo ou acentuando através do aspecto do ridículo seus defeitos ou vícios. Em relação à charge, sua característica é o teor crítico e sarcástico. Conforme Oliveira e Almeida (2006), a charge pode ser caracterizada como gênero jornalístico de opinião, apresentando um caráter eminentemente opinativo, visto que, “discute e opina sobre acontecimentos noticiosos, usando para tal outra linguagem a do desenho” (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2006, p. 81).

O texto chargístico se caracteriza por ser argumentativo, pois através de sua representação imagética o chargista assume uma postura ou uma reavaliação da realidade dos fatos que é tematizada pela charge, podendo ou não coincidir com a formação discursiva e político-ideológica do meio de comunicação a que está ligado.

A eficácia da charge enquanto instrumento de convencimento do leitor é salientada por Melo (1994, p. 162) “para quem esse gênero pictórico e humorístico é capaz de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais, editorial, artigo, crônicas dentre outros”.

Neste sentido, a charge apresenta-se como gênero textual aparentemente ingênuo e sem qualquer pretensão: o humor que proporciona o riso e “ganha” a simpatia do leitor, instiga na realidade seu aspecto questionador e seu poder de derrisão. Dessa forma, torna-se evidente que tal gênero preenche uma finalidade social de muita importância.

Conforme argumenta Agostinho (1993 apud. MIANI, 2001, p. 04) a charge, “não pretende apenas distrair, mas ao contrario alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão”.

Ainda sobre a função social do humor na charge, Oliveira e Almeida (2006) assinalam que

[...] a charge expõe atitudes políticas, julgando-as. Expõe ainda a própria pessoa do político mostrando suas qualidades e, sobretudo, seus defeitos.

Assim, a imagem do político todo poderoso é substituída pela imagem que provoca riso, que faz dele uma piada (o que ocorre tanto na charge como na caricatura). (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2006, p.83).

É justamente em função da matéria-prima de seu sarcasmo corrosivo consistir em fatos, cenários e personalidades coetâneos que advém outra característica da charge: a sua temporalidade ou volatilidade, que já mencionamos acima.

A charge tem uma forte dependência do contexto situacional e histórico imediato. Neste sentido, Espíndola (2001) argumenta que além de fatores textuais, uma gama de fatores pragmáticos intervém no processo de construção do texto da charge. Dessa forma, segundo a autora, para se compreender uma charge se faz necessário que o leitor empreenda o resgate de uma série de informações pragmáticas como, por exemplo, fatos e personalidades nela representados, da conjuntura sócia histórica e ou política e também das intenções do chargista. (ESPÍNDOLA, 2001, p.110-111).

Em virtude da sua efemeridade, a charge se constitui num texto “datado” isto é, temporariamente limitado, que frequentemente torna-se esquecido “quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social” (MIANI, 2001, p.3).

Para atingir seu objetivo, a charge necessita, segundo Maringoni (1996), estabelecer uma relação de cumplicidade, gerar um código comum entre o leitor e o chargista que proporcione ao primeiro a recuperação dos sentidos implícitos no texto chargístico. Fundamentado em uma base emocional e cultural, será tal código que instaurará o riso como também permitirá ao leitor, face à conjuntura sócio-histórica-política, produzir uma articulação entre os acontecimentos desconexos constantes na charge.

Após a apresentação do aporte teórico, que mostra as principais características da charge é forçoso admitir que este gênero textual jornalístico, na imprensa, exerce em significativa relevância e no mais das vezes presta-se na realidade a ecoar a insatisfação pública frente aos acontecimentos políticos, objetos de uma crítica do ímpeto contestador do riso.

### **3.1 A criminalização indígena nas charges do jornal *Folha de Boa Vista***

Para a presente pesquisa, foram analisadas 18 charges publicadas no período de 2000 a 2005, que abordam sobre os temas: demarcação\homologação e militarização nas terras indígenas.

O critério utilizado na seleção das charges se deu em função da proximidade com o título da dissertação, que buscou identificar as formas de criminalização indígena divulgadas no jornal em referência. Das 18 charges, 17 são de autoria do desenhista Marco, com exceção de apenas uma, que é de autoria do desenhista do jornal *Folha de Boa Vista* e o chargista Coelho do *Jornal Tribuna do Estado de Roraima*.

### 3.1.1 O discurso atual da colonização

Praticamente, o índio não aparece no jornal *Folha de Boa Vista* no ano de 2000. Uma das explicações para tal fato é que nesse período ocorriam as eleições para prefeito e vereador no Estado de Roraima. Os jornais evitavam expor os índios em suas páginas em virtude dos mesmos se constituírem em importante fonte eleitoral. Daí poucas imagens preconceituosas serem divulgadas sobre os indígenas do estado. Embora essa contingência ocorresse, foi verificada durante nossa pesquisa a presença de uma charge publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, nesse período.

A charge divulgada na página 2A na editoria “Opinião”, da edição de 24 de abril de 2000, é de autoria do chargista Marco. Ocupa quatro colunas da diagramação da página e intitula-se “**Motivos pra comemorar**” (Figura 20). O desenho possui três personagens e se refere ao contexto das Comemorações do Brasil 500 anos. O primeiro personagem é um homem branco, que pelo seu semblante está eufórico comemorando algo. Ele salta e dispara dois rojões, um em cada mão veste uma camiseta com o dizer: RR (isto é, Roraima). Ao lado desse personagem existe um marco com uma cruz de Malta (símbolo da colonização portuguesa). O segundo personagem é um homem branco que emite o seguinte enunciado: “**Puxa! esse pessoal de Roraima está comemorando mesmo os 500 anos!**” (conforme se vê no seu balão). O terceiro personagem ao que se pode observar é um homem negro que responde para o outro personagem que fez a afirmação: “**Que nada! Isso tudo é porque o presidente da Funai vai pedir demissão**”.

De que forma podemos analisar os elementos imagéticos e escritos do desenho? Conforme Kossoy (2005), a mídia ao utilizar a imagem (por vezes), endossa uma postura etnocentrista, eivada de preconceitos e até racista. Opinião semelhante tem Liebel (2007, p.01), ao afirmar que a charge “[...] traz uma visão plena de parcialidade, pois carrega consigo não só as ideias e preconceitos do seu autor- desenhista, mas também toda a linha editorial do meio no qual ela é inserida”. Assim as charges têm como armas o humor e a dor que agem corrosivamente.

Figura 20: Charge: “Motivos para comemorar”, 24/04/2000.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2000.

Voltando ao nosso desenho em análise, podemos indagar em que contexto se passa essa cena da charge? Por que o elemento indígena foi apagado do desenho? Por que se verifica a presença da ausência do indígena enquanto habitante de Roraima e do Brasil? A história do índio foi apagada ante a história do colonizador. Verifica-se que embora o chargista lembre-se da história das comemorações do **Brasil 500**, o índio não é lembrado.

O discurso da colonização está presente nos elementos imagéticos e escritos (o marco central com a Cruz de Malta) e principalmente no primeiro balão da charge. O índio aparece não em presença física, mas representado pelo que diz o conteúdo do balão do terceiro personagem: a FUNAI. A nosso ver a criminalização do indígena aparece quando ele não aparece na charge, que retrata um acontecimento onde o índio deveria ser o protagonista e não o coadjuvante.

### 3.1.2 Ocupação espacial do exército

No ano de 2001 analisamos três charges publicadas no já citado jornal. Iniciemos pela charge que foi divulgada na edição de 22 de fevereiro de 2001 (Figura 21). Neste desenho, intitulado de “**Disputa**”, temos a representação de uma comitiva que veio de Brasília para discutir com lideranças indígenas contrárias à localização do quartel do 6º Pelotão Espacial de Fronteira (PEF) no Município de Uiramutã em Roraima (conforme chamada de primeira página) e a facção que se posicionou a favor da instalação da unidade militar no local. Na charge, os membros da comitiva estão sendo disputados por quatro índios que estão no

Município de Uiramutã. No desenho, um dos integrantes da comitiva indaga para o outro: “Esse comportamento dos índios é normal”? O segundo integrante da comitiva responde: “Entre os índios de Roraima é! mas, não se preocupe. Basta escolher entre os índios patrocinados pela Igreja e as ONG’s ou patrocinados por fazendeiros e políticos locais!”.

Figura 21: Charge: “Disputa”, 22/02/2001.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

A charge não revela o porquê da vinda da comissão de Brasília (o que está descrito na chamada de capa e na notícia da página 4A da editoria de Política do periódico): “Comitiva ouve índios do Uiramutã e de Maturuca” (Figura 22) remetendo o leitor para a página já citada: “Índios querem quartel em Normandia”. Voltando à charge em análise, o contexto parece bem mais complexo do que o chargista Marco quer indicar para o leitor. Na imagem não se sabe quais os índios que estão “disputando” os membros da comitiva (no texto da charge é comissão, diferente do texto da chamada). Sabe-se que é a comitiva de Brasília porque o avião está presente no desenho e nas camisetas dos membros estão os dizeres: “comissão de autoridades”. O desenho também não esclarece para o leitor porque os indígenas estão revoltados, confundindo o mesmo. Vale salientar que para se compreenda a charge, torna-se necessário o entendimento de seu contexto histórico conforme Espíndola (2001).

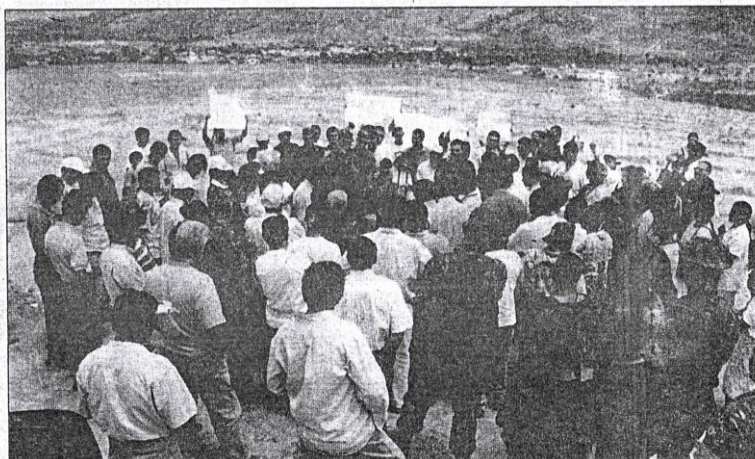
Figura 22: Chamada de primeira página, Página 1A, 22/02/2001.

## *Comitiva ouve índios do Uiramutã e de Maturuca*

O Exército ouviu ontem as lideranças indígenas que são contra o local escolhido para a construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), no Uiramutã. O encontro aconteceu na maloca Ma-

turuca, durante a visita da comitiva de Brasília, formada por magistrados, procuradores e militares. Os tuxauas sugeriram que o quartel seja construído no município de Normandia, onde já existe uma unida-

de militar. Os membros da comitiva visitaram primeiro o município Uiramutã, onde indígenas favoráveis à construção do quartel fizeram uma manifestação, com faixas e cartazes. PÁG. 04A



*Em Uiramutã, indígenas fizeram manifestação favorável à construção do quartel*

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

No desenho não aparece o que parece ser o pivô do problema: a construção da unidade militar em área indígena (no caso no Município do Uiramutã). Tanto na notícia da chamada de primeira página, quanto no que está escrito e mostrado na página de política, as fotografias (inclusive sem créditos) há uma parcialidade do periódico em relação a uma das partes envolvidas no conflito: os indígenas ligados politicamente à Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIURR). Em ambas as situações representadas no jornal, as fotografias são de manifestações a favor da construção do quartel no Uiramutã. Outras notícias “menores” também estão associadas ao fato. É o que podemos observar nos seguintes títulos: “Índio ameaça invadir Funai” e “Índigena do CIR é agredida”. No primeiro caso, o jornal noticiou uma ameaça de crime (invasão de propriedade federal) que atinge uma liderança indígena que faz parte da Associação Regional Indígena dos Rios Kinô e Cotingo (ARIKON) (justamente a facção que deseja a construção do quartel). A outra notícia se refere à indígena, que foi agredida justamente por outra indígena, esposa do presidente da ARIKON (por discordar da agredida em relação à construção do quartel). O jornal com suas notícias sobre o fato, coloca índios contra índios tentando formar opinião junto aos leitores (Figura 23).

Figura 23: Matéria assinada da editoria “Política”, Página 4A, 22/02/2001.

04 - Boa Vista, quinta-feira, 22 de fevereiro de 2001

POLÍTICA

FOLHA DE BOA VISTA

# Índios querem quartel em Normandia

Fotos: Nelson Borges

**A COMITIVA DE BRASÍLIA FOI ATÉ A MALOCA MATURUCA, ONDE O EXÉRCITO OUVIU A PROPOSTA DOS ÍNDIOS LIGADOS AO CONSELHO INDÍGENA**

MARILENA FREITAS  
Da Editoria de Política

**P**ela primeira vez o Exército ouviu ontem as li-  
deranças indígenas que  
são contra o local escolhido para  
a construção do 6º Pelotão Es-  
pecial de Fronteira (PEF), no  
Uiramutã. O encontro aconteceu  
na maloca Maturuca, durante a  
visita da comitiva de Brasília.

Os tuxauas, que estavam reu-  
nidos em assembléia desde ante-  
ontem, sugeriram que o quartel  
seja construído no município de  
Normandia, onde já existe uma  
unidade militar. Ao justificar o  
motivo de ser contra a instala-  
ção naquele local, relataram vá-  
rios casos de violência contra os  
indígenas praticados por milita-  
res e não índios.

Eles entregaram cópias dos  
relatos à procuradora da 6ª Câ-  
mara do Ministério Público Es-  
tadual (MPE), Deborah Du-  
prat, ao presidente do Tribu-  
nal Regional Federal (TRF) da

**Magistrados, procuradores e militares visitaram Uiramutã e maloca Maturuca**

1ª Região, Tourinho Neto, e ao  
juiz relator do processo, Dani-  
el Paes Ribeiro.

Estavam na comissão o pro-  
curador regional da AGU (Ad-  
vocacia Geral da União), Ma-  
noel Lopes de Sousa, a pro-  
curadora-chefe da AGU local,  
Dalva Machado, o coronel do  
Comando do Exército, Walter  
de Carvalho Simões Júnior, ge-  
neral Claudimar Magalhães, o  
administrador da Funai (Funda-  
ção Nacional do Índio), Marti-  
nho Alves, e os deputados Be-  
rinho Bantim (PSL) e Salomão  
Cruz (PPB).

**AGRESSÃO** - Das sete nes-  
soas agredidas, quatro mostra-  
ram para as autoridades as mar-  
cas da violência como cicatrizes  
de bala e faca. “Não queremos  
(o Exército) porque essa mes-  
ma farda já atormentou nossas  
comunidades, invadiu casas, tor-  
turou, baleou e esfaqueou os ín-  
dios”, disse o 2º tuxaua do Maturuca, Demonito José de Souza.

Ele contou que em 1987 o  
Exército com as polícias Mili-  
tar e Civil invadiram a Maloca  
da Santa Cruz e agrediram ho-  
mens, mulheres e crianças, pro-  
vocando o aborto na índia Cleo-  
nice. “Com armas e até fuzis eles  
destruíram diversos utensílios e

toda a alimentação da aldeia”,  
acrescentou.

Citaram a invasão na ma-  
loca Maturuca quando obriga-  
ram um índio doente a andar, e  
a paralisação das atividades no  
retiro Tamandúá, na maloca  
Carapuru II. Lembraram ainda  
as denúncias de abuso sexual  
praticado contra as índias em  
outras regiões.

“Não queremos ver nossas  
filhas deixadas com filhos ou  
levadas para cidade para ser  
empregada doméstica”, disse a  
tuxaua Diva de Souza. O líder  
indígena Valdir Tobias, da ma-  
loca do Congresso - Baixo Co-

**Índio ameaça invadir Funai**

O presidente da Ari-  
kon, Gilberto Macuxi, ame-  
açou invadir a sede da Fu-  
nai em Boa Vista, caso a  
decisão da Justiça seja des-  
favorável as comunidades  
que são a favor da constru-  
ção do Pelotão. Além dis-  
so, disse que vai realizar um  
protesto em Brasília.

“Se a Funai apoiar a  
decisão do Cir, vamos in-  
vadir novamente a sede  
porque o Martinho (admi-  
nistrador da Funai) está a  
serviço da Diocese”, acu-  
sou o líder indígena.

Vamos organizar pro-  
testo em Brasília”, ameaçou.

Entre as queixas contra  
a Funai, Macuxi disse que o  
órgão não tem interesse em  
trabalhar em conjunto com  
todas as facções, principal-  
mente aquelas que deixam  
o desenvolvimento.

“Queremos uma defini-  
ção justa porque a região da  
Raposa/Serra do Sol está  
sendo administrada pelos  
padres e pelas Ongs (Orga-  
nizações Não Governamen-  
tais).”




Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

Como podemos observar diversos elementos vão surgindo para que se compreenda a charge em questão. Elementos inclusive que não estão presentes na charge a exemplo dos militares (como se vê na legenda da fotografia da manchete da notícia da página 4A).

Esta situação também será recorrente e surgirá nas edições de 26 de julho de 2001 e 31 de julho de 2001. A notícia publicada em 26 de julho mostra que a opinião dos índios contrários à construção não foi levada em consideração e o Exército acabou por instalar a unidade militar em área indígena. É o que diz a chamada de primeira página da citada edição: “Exército instala 6º Pelotão no município de Uiramutã”:

No local escolhido foi lançada uma pedra fundamental, que simboliza a construção da unidade militar. Cerca de 150 pessoas entre militares, autoridades e civis, participaram da solenidade. Houve ainda o hasteamento da bandeira e a bênção feita por um padre e um pastor. Três militares foram escolhidos para representar as raças, negra, branca e indígena. “Hoje é um marco trazendo o pelotão para cá, porque as instalações tiveram prosseguimento em abril” disse o comandante-geral Claudimar Magalhães.



Conforme o que se lê no texto da notícia da página 7A do jornal, o Exército parece ter se antecipado à decisão final da Justiça:

Ele acredita que a decisão final será favorável ao Exército por causa da Constituição Federal “o parágrafo segundo do artigo 20 diz que a faixa de fronteira até 150 quilômetros de largura, é fundamental para a defesa do território nacional” lembrou ao salientar que o local escolhido foi previamente estudado na década de 80.

As fotografias da notícia da página de cidade parecem estar em contradição aos fatos da notícia na primeira página. Temos militares perfilados na cerimônia de instalação do quartel. Aparecem também alguns civis. A legenda da primeira diz: “Militares realizaram solenidade para marcar a instalação do quartel em Uiramutã”. Na segunda os dizeres parecem negar os da primeira: “Obras do 6º PEL estavam paralisadas por causa de uma briga judicial que não terminou” (Figura 24). Os dizeres da segunda legenda revelam não ditos da primeira. Onde estão as manifestações contrárias à construção da unidade militar? Onde estão os indígenas favoráveis à sua construção no texto da notícia? Que discursos prevalecem na construção textual e imagética da notícia? Por que o jornal inverteu historicamente a posição das fotos na notícia?

Figura 24: Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 7A, 26/07/2001.

FOLHA DE BOA VISTA CIDADE Boa Vista, quinta-feira, 26 de julho de 2001 - 07

## Exército instala pelotão em Uiramutã

Foto: Nelson Borges



**Militares realizaram solenidade para marcar a instalação do quartel em Uiramutã**

**AUTORIDADES CIVIS E MILITARES PARTICIPARAM DA SOLENIDADE QUE DÁ INÍCIO À CONSTRUÇÃO DO 6º PELOTÃO**

MARILENA FREITAS  
Da Editoria de Cidade

O 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) realizou ontem uma solenidade para instalar o 6º Pelotão de Uiramutã. A cerimônia contou com a presença de autoridades civis e militares. O governador Neudo Campos participou da solenidade e fez uma sugestão. “Sugeri ao ministro da Justiça que essa questão de demarcação fosse levada para o seio do Congresso porque daria oportunidade para que todos os segmentos se ma-

de Deus; a Constituição Federal, o político; as moedas, o econômico; a boina, o militar; os jornais, o poder da notícia; e a panela de barro, o poder da raça indígena. Houve ainda o hasteamento da bandeira e a bênção do local, feita por um padre e um pastor. Além disso, três militares foram escolhidos para representar as raças negra, branca e indígena. “Hoje é um marco trazendo o efetivo do pelotão para cá, porque as instalações tiveram prosseguimento em abril”, disse o comandante-geral Clau-

rágrafo segundo do artigo 20 diz que a faixa de fronteira, até 150 quilômetros de largura, é fundamental para a defesa do território nacional”, lembrou ao salientar que o local escolhido foi previamente estudado na década de 80. Segundo o general, na região do Uiramutã não existe a preocupação quanto à questão do narcotráfico. “É tão pequeno o narcotráfico aqui que não é preocupante. Se existe, é num nível muito pequeno, que foge esse tipo de preocupação no momento. O tráfico daqui é mais de sobrevôo

Uiramutã é em torno de 15 homens. “Quando ele (6º Pelotão) estiver totalmente implantado, o efetivo será de 65 homens”, complementou ao dizer que nos meses de novembro e dezembro há previsão de serem entregues os pavilhões de administração e alojamento. Na solenidade de implantação do 6º PEL, estiveram presentes o governador Neudo Campos (PPB), a primeira-dama Suely Campos, os deputados federais Alceste Madeira (PFL) e Chico Rodrigues (PFL), o deputado estadual Célio Wander-

**RAPOSA/SERRA DO SOL**  
**Governador acredita que reserva será homologada em área única**

Apesar de toda a pressão do Governo do Estado em querer que a área indígena Raposa Serra do Sol seja demarcada em ilhas, o governador Neudo Campos acredita que a reserva será homologada em área única. “Sinceramente estou meio descrente de que o governo tome uma atitude com relação à demarcação da Raposa

Obras do 6º PEL estavam paralisadas por causa de uma briga judicial que não terminou

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

Que reflexos surgirão na construção da charge da edição de 31 de julho de 2001? Antes de analisar propriamente a charge, faz-se necessário se reportar à chamada de primeira página da edição acima citada: “CIR responsabiliza governo por conflitos em Uiramutã”. Através de carta para os então ministros da Defesa, Geraldo Quintão, e da Justiça, José Gregori, o Coordenador-geral e o vice-coordenador do Conselho Indigenista de Roraima, responsabilizaram o governo por prováveis atritos que por ventura venham a ocorrer entre índios e militares e também entre índios e não- índios no Uiramutã. O líder indígena, Jaci Pereira, denunciou que em maio passado, por ocasião de uma operação do Exército, a maloca da Lage teria sido objeto de invasão de militares assustando adultos e crianças indígenas. A chamada de primeira página que possui uma fotografia de duas colunas, porém sem crédito, mostra o tuxaua da maloca da Lage, Valdir Clementino (figura 25), exibindo coturno e quepe que teriam sido deixados pelos militares (o tuxaua não foi citado no texto da chamada de primeira página).

O texto da chamada de primeira página remete o leitor à manchete da página de política, cujo título é “CIR responsabiliza governo por conflitos”. Conforme vimos anteriormente, o Exército já havia instalado simbolicamente o marco inicial da construção do Quartel de Uiramutã. Naquela ocasião, as lideranças contrárias à construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) foram ignoradas em nome de um discurso jurídico com base na Constituição Federal. Ocorre que os acontecimentos narrados pelos líderes do CIR são anteriores a esses fatos. Inclusive falam não só de conflitos com militares, mas também com garimpeiros, conforme o texto da matéria de Carvílio Pires, editor de política: “Ontem o coordenador Jacir José de Souza informou a prisão de garimpeiros que estariam explorando a reserva”.

O texto da carta de que fala a notícia afirma que existe uma situação de imposição às comunidades indígenas, sem qualquer negociação e que tal quadro estaria gerando angústia e tensão e dessa forma contribuindo para conflitos entre índios e militares, nos quais os índios seriam as partes desarmadas. Desta forma, os líderes do CIR responsabilizariam o Governo Federal pela violência ocorrida.

Segue outro trecho da notícia: “Ontem ele recebeu notícia da comunidade Vilemon, que garimpeiros voltaram a explorar o rio Ailã”.

Conforme a fala do coordenador do CIR, “na sombra do Exército podem chegar mais pessoas e vai haver mais conflito com garimpeiros, com fazendeiros, porque eles estão entrando na reserva”. Aqui aparece outro ator social ausente na notícia: o fazendeiro.

Em relação à presença dos militares nas terras indígenas, Jacir de Souza procede de forma semelhante ao tuxaua da maloca da Lage e, conforme a fotografia da matéria, também

exibe coturno e quepe militares. É o que se pode ler na legenda da fotografia: “Coordenador do CIR, Jaci de Souza, mostra bota e chapéu deixado por militares” (Figura 25). Ou seja, nem fora construída a unidade militar e os militares já estavam causando problemas nas áreas indígenas, conforme denúncias dos próprios líderes do CIR nos textos escritos e imagéticos.

O trecho a seguir revela aquilo que fora ocultado na notícia de 26 de julho de 2001: o desrespeito ao processo da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Conforme o texto da manchete da página de política do dia 31 de julho de 2001:

Os indígenas querem que o governo espere a conclusão da ação que tramita na Justiça Federal. Argumentam que faltando decidir o mérito da questão, no dia 25 de julho o Exército lançou a pedra fundamental do quartel que será construído em Uiramutã. Disse que a escolha do local para a construção do quartel é o principal problema dos índios com o Exército.

O que o jornalista escreveu está em desacordo com o trecho da chamada de capa: “O coordenador do CIR, Jaci Pereira, acusou que em maio passado, durante uma operação do Exército, a maloca Lage teria sido invadida por soldados deixando assustados adultos e crianças índias”. Coincidência ou não, é o que mostram as duas fotografias (tanto a da chamada de capa quanto a da manchete principal da página de cidade). Por essa mesma época, outro jornal da cidade, *Tribuna do Estado de Roraima*, publicava uma charge com a mesma recorrência (um indígena no seu “estado natural” segurando numa das mãos um quepe e na outra um coturno militar) (Figura 26).

Figura 25: Chamada de primeira, Página 1A, 31/07/2001.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

Figura 26: Charge: “Eu vou expor o Brasil ao ridículo”, 05 a 11/08/2001.



Fonte: *Tribuna do Estado de Roraima*, 2001.

Ainda em relação à presença do Exército em área indígena, conclui o coordenador do CIR:

Nós falamos que poderíamos indicar o local. Mas sem consultar as comunidades indígenas, o Exército começou a fazer a obra. Por isso entramos na Justiça onde obtivemos uma pequena vitória e eles insistem quando o processo ainda está tramitando.

Agora veremos de que forma essas notícias se relacionam com a charge em análise. De autoria de Marco, a charge intitula-se: “Suspeito”. Vejamos que relação pode haver entre as notícias e a charge (Figura 27). Na charge, que está na página de Opinião do jornal, temos quatro personagens: um civil, um índio, um padre e um soldado (militar). O primeiro personagem (o civil) indaga ao indígena (que está vestido à moda ocidental): **Puxa! os missionários não querem mesmo a construção do quartel aqui no Uiramutã! Isso tudo é pra proteger vocês?** E o indígena com um aspecto enraivecido responde: **Sei lá! Eu nem sei se estou correndo esse risco todo que eles falam!** Pelo exposto, no desenho, o civil é um

habitante do município de Uiramutã (área indígena) e os dois forasteiros parecem ser o padre e o soldado. Quanto ao indígena, o desenho sugere que não existe temor com relação a sua integridade física, que no discurso está ameaçada. Mesmo sem palavras, o padre está dizendo (que o quartel não pode ser construído em área indígena), tanto para o militar quanto para o indígena e o civil, que ele está com a razão ao fazer o gesto como mostra o desenho (braços retesados desesperadamente).

Figura 27: Charge: “Suspeito”, 26/07/2001.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2001.

Voltamos à questão da relação da charge com as notícias citadas anteriormente. Um dos elementos que não aparece diretamente na notícia é o missionário. O padre usa uma batina com o dizer, CIMI. O que percebemos na charge é que o chargista quer passar a ideia de que os religiosos querem proteger os indígenas de todas as interferências que não estejam de acordo com seus interesses como, por exemplo, a construção do quartel de Uiramutã. O indígena do desenho duvida da “proteção” que os missionários lhes dão e por isso responde para o primeiro personagem: **Sei lá! eu nem sei se estou correndo esse risco todo que eles falam!**. O soldado parece assustado com a atitude do padre, mas representa a construção da unidade militar que não pode parar, embora a questão estivesse na justiça. A julgar pela resposta do indígena, supõe-se que seja ligado politicamente a SODIURR. O civil, que indaga ao índio por que o missionário age de forma protetora em relação aos índios, representa um discurso recorrente de que a Igreja historicamente “protegeu” o índio. Interessante que no

texto da notícia que está na página de cidade da edição de 26 de julho de 2001, um padre contribui na cerimônia de fundação do quartel de forma simbólica, conforme o trecho da notícia: “a benção do local foi feita por um padre...”. O chargista não lembrou esse detalhe.

O que verificamos com as duas charges aqui analisadas é que não seria possível sua interpretação sem se fazer uma relação com o contexto em que foram construídas. Muitas vezes o chargista procura por uma liberdade impossível de existir, tendendo a reproduzir o que a ideologia do meio midiático imprime na sociedade capitalista.

Vários discursos aparecem nos desenhos que ora analisamos. O discurso político, o discurso indígena, o discurso religioso e o discurso geopolítico dos militares. Vimos que não existe como interpretar a charge sem que vários silenciamentos se instaurem, várias histórias sejam apagadas para que outras ganhem evidência.

Conforme Dantas (2007, p. 177),

Adotamos a terminologia de “invenção do sujeito”, em que um sujeito é apagado para o aparecimento de um outro, em volta do qual são criadas determinadas figuras e temas na produção de uma determinada formação discursiva para o discurso político em questão. Essa “invenção” só acontece em função da natureza dos textos com os quais trabalhamos, textos de mídia, em que há sempre um sujeito autorizado a interditar sentidos que não pertençam a sua formação discursiva.

### 3.1.3 Homologação da Raposa/Serra do Sol

No ano de 2002 vamos analisar duas charges: uma da edição de 28 de novembro e a outra de 29 do mesmo mês. A primeira charge, do desenhista Marco intitula-se: “**Nas mãos**” e se relaciona à homologação da Raposa/Serra do Sol (Figura 28). No desenho temos dois personagens (indígenas). O primeiro personagem, de forma assustada, segura o mapa do Estado de Roraima e diz o seguinte: “Ih! Largaram esse negócio nas nossas mãos! O que vamos fazer?” Imagem lembra uma recorrência do vocabulário coloquial: “batata quente”. O segundo personagem responde para o primeiro: “Eu não sei. Talvez, nossos amigos de fora tenham alguma sugestão”. No desenho duas tabuletas indicam áreas indígenas separadas (quando na realidade a área indígena em questão agrega duas comunidades). Outra situação interessante é que os indígenas do desenho aparecem em roupas ocidentais. Na charge, o Estado de Roraima é representado em tamanho menor do que poderia aparecer (o que pode justificar o argumento que a homologação em área contínua diminuirá as áreas agricultáveis

do Estado, como critica o rizicultor Paulo César Quartiero e a Prefeita Florani Mota de Uiramutã, bem como o Presidente da SODIURR, Silvestre Leocádio). Todos esses atores sociais estão presentes nas duas chamadas de primeira chamada da referida edição.

Figura 28: Charge: “Nas mãos”, 28/11/2002.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2002.

A julgar pelo que diz o segundo personagem do desenho, quem seriam “os amigos de fora”? A charge não aponta quem seriam, mas pode-se deduzir que sejam estrangeiros ou o Governo Federal (o chargista coloca a resposta sob a responsabilidade do leitor). Outra interpretação para esse discurso imagético utilizado pelo jornal é que o destino do Estado está com os índios e não com as autoridades competentes ( porque as mesmas teriam se eximido dessa atribuição, segundo o desenho). Algo semelhante ocorre com outra charge publicada em 29 de novembro de 2002 (Figura 29). O título da charge, também de autoria de Marco, é: “Insegurança infantil”.

Figura 29: Charge: “Insegurança infantil”, 29/11/2002.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2002.

No desenho três homens “assustam” (aqui o índio não aparece na imagem, mas tem recorrência porque a palavra demarcação está presente no primeiro balão do primeiro personagem) o Estado de Roraima que, na charge, toma uma feição infantil e chora. O primeiro personagem diz: “Nós vamos demarcar tudo”! Essa frase continua negando o contexto histórico que já tinha demarcado a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

O segundo homem também assusta o Estado-menino com a frase: “Vamos acabar com você”! E o terceiro homem conclui: “Vai sumir!, Vai sumir!, Vai sumir!”. No canto direito do desenho dois homens vestidos de preto (empresários ao que parece) comentam entre si: “O crescimento desse Estado é natural e inevitável, ele só tem que parar de ter medo do bicho-papão!”. Ao centro do desenho (o que pode denotar que o Estado é o centro das atenções) está o Estado de Roraima sentado e chorando dizendo: “**Buáááááá! Eu quero a minha mãe!**” (tal qual uma criança assustada diz). O desenho nos faz questionar vários discursos presentes! Por que o título da charge se chama “**Insegurança infantil**”. Quem seriam os homens que assustam o Estado-menino? Quem seriam os homens vestidos de preto?

A charge tem uma estreita ligação com os acontecimentos dos dias 28 e 29 de novembro de 2002. O chargista não deixa claro, mas é sintomático; os fatos nesse período favoreciam os indígenas que desejavam a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol em área



contínua. A decisão do Superior Tribunal de Justiça, em relação à questão, é confirmada na edição de 29 de novembro do citado ano. Os interesses dos rizicultores a exemplo de Paulo César Quartiero, a prefeita de Uiramutã Florani Mota e o presidente da SODIURR, foram afetados. Era “natural” que o jornal que representa parte desses interesses fizesse uma crítica à decisão do Supremo. Essa situação tanto está presente na primeira como na segunda charge. Há recorrências dos discursos desses grupos de interesses a exemplo de: “O estado vai diminuir”; “ Roraima vai acabar”; **“A questão indígena inviabiliza o progresso e o desenvolvimento do Estado”**; **“As ONG’s vão tomar conta de todo o Estado”**; etc.

Tanto a primeira como a segunda charges analisadas, revelam a impotência do Estado perante a conjuntura de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Na primeira, os índios da área em questão têm que administrar os problemas do Estado e, na segunda, o próprio Estado se revela impotente diante das circunstâncias do processo de homologação (O Estado está assustado e chorando). Deduz-se que os homens que estão “assustando” o Estado sejam, segundo a interpretação do chargista, o Governo Federal, a FUNAI e as Organização Não Governamental (ONGs) . Os homens de terno preto que aparecem no desenho seriam os investidores que só vão acreditar no Estado se ele crescer e esse crescimento passa pela homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol em ilhas, como querem os grupos de interesses já referidos aqui.

A segunda charge se relaciona ao que está publicado na manchete de capa da edição do dia 29 de novembro de 2002 (Figura 30). O título da manchete é o seguinte: **RAPOSA/SERRA DO SOL- Procurador diz que deve ser evitado o clima de violência**. O que está escrito no parágrafo inicial não possui aspas, mas o jornalista em discurso reportado (Faraco, 2009), toma a fala do procurador como se ele tivesse dito isto. Podemos constatar tal afirmação quando o texto do jornal diz: “Qualquer tentativa de estimular o clima de violência entre índios e não-índios na região da Raposa/Serra do Sol é um desserviço para Roraima”.

Figura 30: Manchete principal de primeira página, Página 1A, 29/11/2002



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2002.

Novamente o jornalista continua sustentando o discurso de que a questão que envolve a homologação (que o jornal omite e converte em outro termo: demarcação), da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, é complexa. O texto da chamada de capa continua induzindo o leitor ao erro quando afirma: “Diz que a demarcação deve ser vista pelo aspecto jurídico e o ato não significa evacuar a área sem respeitar direitos”. O que se pode verificar é que o jornalista não esclarece que a terra indígena em questão já tinha sido demarcada desde 1998, conforme informa Leal (2012, p.17):

A publicação dessa proposta de demarcação efetiva-se pela portaria 820, em 14 de dezembro de 1998, pela qual se torna posse permanente dos índios a extensão de 1.678.800ha de terra. Com os limites da Raposa/Serra do Sol legalmente demarcados, resta uma etapa: sua homologação, dada pelas assinaturas dos ministros da Justiça e do Presidente da República. A publicação do decreto de homologação, no entanto, só é concretizada seis anos depois, em 18 de abril de 2005. Assim, entre a aprovação da proposta de demarcação -em 1993 - e sua publicação no Diário Oficial da União - em 1998 - decorreram-se cinco anos. Desta data até sua homologação - em 2005 - foram mais seis anos.

E continua o texto do jornal mencionando a fala do Procurador Wilson Précoma: “Mesmo não havendo não índios dentro da área indígena, afirma que todos terão direito a

ampla defesa e ao contraditório”. Em momento algum o texto lembrou os fatos do argumento acima e continua falando em demarcação da Raposa/Serra do Sol (quando a mesma já havia ocorrido). Não existe no texto verbalização do discurso indígena. Pelo contrário, o que existe é apagamento das falas indígenas e valorização do discurso jurídico que favorece os não-índios, que naquele momento ocupavam a área indígena. É o que se verifica no trecho da notícia: “De acordo com ele, a postura da FUNAI é de administrar conflitos e não de fazê-los. Wilson Précoma negou que a Funai tenha comprado fazendas para facilitar a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol”. O trecho a seguir é do próprio procurador e não existe a palavra demarcação (palavra que o jornal tomou a liberdade de inserir no texto): “Nosso intuito é achar a paz social e não acirrar os ânimos”. Continua o jornalista a falar pelo procurador: “Na avaliação do procurador, não pode perdurar no Estado a indefinição fundiária, sendo necessário resolver as questões concernentes às terras, sejam de índios ou de não índios”.

Também se faz necessário citar outra notícia que, conforme o discurso jornalístico defendido pela *Folha de Boa Vista*, não foi considerada manchete principal. Diz o título da chamada de primeira página da mesma edição: **Decisão do STJ causa polêmica**. A notícia ocupa uma posição secundária na diagramação do jornal. Diz o trecho inicial da chamada de primeira página da edição de 29 de novembro de 2002: “A decisão do Superior Tribunal de Justiça mantendo como posse permanente em área contínua a reserva Raposa /Serra do Sol causou polêmica entre os órgãos e entidades no Estado”. Mas de quais órgãos e entidades o texto fala? Uma entidade formada por ruralistas contrários à homologação da Raposa/Serra do Sol em área contínua, liderada por um rizicultor, Paulo César Quartiero; a prefeita Florani Mota, do município de Uiramutã (também defenderam a mesma postura) e presidente de uma associação indígena apoiada pelo Governo do Estado (SODIURR) e que também defende o mesmo discurso.

O jornal publicou apenas a fotografia do presidente da SODIURR Silvestre Leocádio mostrando-se parcial na divulgação da notícia (até mesmo porque o periódico também não cita a coordenação do Conselho Indígena de Roraima, que defende a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua), mas que não teve seu discurso verbalizado e nem representado imagetivamente. São as escolhas discursivas do jornal.

O texto enfatiza as opiniões contrárias à homologação da Raposa/Serra do Sol (são três falas a favor da homologação em ilhas, contra apenas uma: a do CIR). O jornal reporta a fala do presidente da SODIURR, quando o texto diz: “Já o presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIURR), Silvestre Leocádio é contra a demarcação em área contínua”. De acordo com ele, “Roraima tem terras suficientes para abrigar todos os que

querem trabalhar”. Não conseguimos no texto visualizar essas palavras, mas o jornalista diz que a fala é do indígena. Conclui-se que esse é um dos vários expedientes discursivos do jornal para fazer prevalecer seus interesses, comprometendo a imparcialidade da notícia.

### 3.1.4 Visitas militares a terras indígenas

Em relação ao ano de 2003 analisaremos quatro charges. A primeira, de autoria também de Marco, intitula-se “**Pelo bem da hierarquia**”, e se relaciona à chamada de primeira página da edição de 19 de fevereiro de 2003 da *Folha de Boa Vista* (Figura 31). O título da chamada é: “**Ministro da Defesa deve visitar Pelotão do Exército em Uiramutã**”. A chamada ocupa três colunas e está destacada com o fundo azul (chamando a atenção do leitor, embora não seja a notícia principal da capa). Segundo o que consta no texto, o Ministro da Defesa visitará Roraima no intuito de conhecer o PEF (como fará em relação a outras unidades militares da Amazônia Ocidental, a exemplo dos municípios amazonenses de São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé).

Figura 31: Charge: “Pelo bem da hierarquia”, 19/02/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

A mensagem do desenho diz justamente o contrário do título, pois está havendo uma tensão. O militar que está no centro não consegue saber quem manda naquele local. O personagem que representa o Ministro da Defesa José Viegas Filho. As falas dos personagens são contraditórias, conforme se pode verificar na charge. O ministro diz: “Sou o Ministro da Defesa e vim fazer uma visita!”. Ao passo que o representante da FUNAI retruca: “Nós da Funai não queremos essa visita!”. O militar que está no centro do desenho intervém: “Ei! Que tal vocês decidirem quem manda por aqui?”. O personagem que está detrás do ministro é um fazendeiro e não “entende” o diálogo das duas autoridades, o outro personagem que é um índio, e está detrás do representante da FUNAI, também se mantém indiferente. Ainda ao centro temos uma representação do quartel do 6º PEF em Uiramutã com uma bandeira nacional denotando que o Exército, conforme diz o seu discurso, é “presença nacional”. Onde está a fala do índio neste desenho? Onde está a fala do fazendeiro? Deduz-se que, do ponto de vista do discurso, o Ministro protege o fazendeiro, e o representante do FUNAI protege o índio. Por que o Ministro viria para fazer a visita a unidade militar? Uma das respostas estaria no interesse geopolítico que representa o Exército em território nacional. Uma outra explicação reside no que está escrito no resumo da notícia na página 4A na editoria de política do jornal: o Projeto Calha Norte. Uiramutã fazia parte das visitas que seriam feitas pelo Ministro. O fato de o indígena aparecer no desenho detrás do representante da FUNAI indica que ele está tomando a fala do índio e falando por ele. O que o quartel pode significar para uma cultura indígena conforme denúncias aqui já mostradas em reportagens?). Também pode significar a diminuição da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

A manchete principal de primeira página do dia 11 de junho de 2003 (Figura 32) refere-se a vinda do ministro Márcio Thomaz Bastos à Boa Vista, que trouxe um recado para a classe política roraimense: levar dados para o presidente Lula decidir sobre a homologação (e o texto da manchete continua a falar em demarcação, apagando a história de conquistas dos direitos indígenas) da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. A visita do Ministro não agradou aos políticos roraimenses, pois o mesmo não se posicionou a favor de qualquer segmento do Estado, conforme se observa no texto da manchete principal do jornal de mesma data:

Eu não vim para falar, vim para ouvir com atenção. Vou levar todas as informações para o presidente Lula. Ele tomará a decisão que seja a melhor para Roraima e para o Brasil. O presidente sabe que seu destino está ligado ao destino do Brasil.

Figura 32: Notícia da editoria “Manchete”, Página 1A, 11/06/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

No que se refere à análise da charge em tela que se intitula: **“Preparativos na aldeia”** (Figura 33) temos o seguinte: o desenho produzido pelo chargista Marcos tem quatro personagens. Três índios e um suposto estrangeiro (pois, conforme o discurso local, representante de ONG é estrangeiro). O homem de estatura superior aos indígenas distribui cocares aos três índios e diz: **“O ministro está chegando. Todo mundo botando roupinha de índio”**. O índio que está entre os outros dois, diz o seguinte: **“Eu espero que ele traga na bagagem mais emoção do que razão, não quero pagar esse mico à toa”**. E o último índio da fila indiana fala para o do centro: **“E agora onde boto meu celular?”**. A charge nos fala de várias situações que envolvem a visita do ministro. Primeiro: é possível deduzir que o ministro Márcio Thomaz Bastos está chegando às comunidades da área indígena Raposa/Serra do Sol (pois no lado direito do desenho visualiza-se a aproximação de um avião). Em segundo lugar, a charge mostra índios sendo “manipulados” pelo estrangeiro, que faz a distribuição dos cocares. Em terceiro lugar, a forma como o personagem indígena do final da fila se comporta

mostra como os índios da área devem ter uma imagem de românticos e primitivos (o que em certo sentido os discrimina enquanto diferentes).

Figura 33: Charge: “Preparativos na aldeia”, 11/06/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

O chargista produz um desenho que tem a ver com a formação discursiva de vários políticos locais como podemos observar no discurso de um parlamentar do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima em 03/05/2001:

Então, vossa Excelência foi muito feliz em prestigiar essa instituição, essa associação legítima, composta de homens e mulheres indígenas que realmente, têm amor pelo Brasil e, de longe perceberam as manobras dos padres e estrangeiros que só os manipulavam, em detrimento do desenvolvimento do Brasil. Vossa excelência está de parabéns por essa proposição. (apud LEAL, 2012).

A julgar pelo discurso político desse parlamentar, a recorrência já está presente há muito tempo. Esse é também o mesmo discurso sobre a internacionalização da Amazônia cantado e decantado na sociedade política roraimense e na região como um todo.

Ainda no ano de 2003 temos a charge publicada 13 de junho de 2003 (Figura 31) na *Folha de Boa Vista*. Existe uma relação muito próxima entre o que diz a charge e o que diz a notícia de primeira página de 11 de junho de 2003: **“Raposa/Serra do Sol. Ministro diz que levará dados para Lula decidir demarcação”** (Figura 32). A charge intitulada **“Futuro selado”** de autoria de Marco apresenta cinco personagens, todos não-índios (com exceção de um único índio no desenho). O desenho mostra os personagens andando em fila indiana tendo à frente o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, portando uma valise com seu cargo escrito nela. O desenho reporta-se, como já comentado anteriormente, à visita do Ministro à área indígena em litígio: Raposa/Serra do Sol. Segundo a chamada de primeira página do dia 11/06/2003, o ministro não emitiu qualquer opinião que favorecesse algum segmento social roraimense, como diz o trecho: **“Eu não vim para falar, vim para ouvir com atenção”**.

Figura 34: Charge: “Futuro selado”, 13/06/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Analisando os elementos imagéticos do desenho podemos tecer algumas considerações. A forma como a fala ministro está em desacordo com as respostas dos outros personagens da charge. Todos (com exceção do ministro que está com olhos arregalados) estão de olhos fechados e com um “sorriso amarelo” em seus semblantes (o que vai corresponder com a



forma que irão responder à afirmação do ministro). A julgar pela paisagem, o local do diálogo, a cena se desenrola na área indígena citada. Outro aspecto que podemos verificar no desenho são as vestimentas dos personagens que estão atrás do ministro (a mulher traz em seu vestido o dizer: “terras contínuas” e os homens têm escrito em suas camisas, “terras contínuas já!”). Podemos também vislumbrar na charge que tanto a mulher como os homens estão com cocares (mas o personagem logo atrás do ministro parece ser um indígena a julgar por seu tipo de cabelo). O ministro em sua fala aparenta estar tenso quando afirma: **“Eu e minha comitiva vamos levar ao Presidente uma opinião imparcial sobre a demarcação da Raposa/Serra do Sol”**. Ao passo que as respostas dos personagens apresentam um tom bastante irônico: **“Mmuuuuiitttoooo imparcial!”** (em um único balão para os quatro personagens).

A forma como os personagens respondem ao ministro revela que a charge tem a ironia como característica constitutiva.

Prosseguindo com as análises do ano de 2003 temos a charge publicada na edição de 28 de agosto, de autoria do chargista Marco, está na página 2A da *Folha de Boa Vista* e possui dois personagens, dois indígenas (Figura 35). O desenho mostra uma panela de pressão pronta para explodir (o utensílio é simbolicamente quem representa o clima de tensão entre os índios da aldeia Kaxirimã em Uiramutã).

Figura 35: Charge: “Carne macia”, 28/08/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Para que se compreenda o cenário em que se dá o fato é necessário que o leitor tenha conhecimento do que está publicado nas edições de 27 de agosto (Figura 36) (chamada de primeira página e manchete principal da editoria de Cidade na página 5A) e de 28 de agosto do mesmo ano (chamada de primeira página e também manchete principal da editoria de “Cidade” na página de mesmo número).

Figura 36: Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 7A, 27/08/2003.

06 - Boa Vista, quarta-feira, 27 de agosto de 2003

CIDADE

FOLHA DE BOA VISTA

ALDEIA KAXIRIMÃ

# Justiça Federal manda retirar índios

**A DETERMINAÇÃO JUDICIAL É PARA RETIRAR OS ÍNDIOS QUE OCUPARAM A LOCALIDADE KAXIRIMÃ DESDE JANEIRO DO ANO PASSADO**

Kaxirimã está localizada a cinco quilômetros de Uiramutã, local onde o Exército e a Prefeitura do município homônimo reivindicam parte da aldeia da etnia macuxi.

Os indígenas decidiram retornar à antiga aldeia em janeiro de 2002, duas décadas após Manoel Rufino ter comprado a área e instalado a fazenda. À época, a comunidade informou à Funai (Fundação Nacional do Índio) a existência de túmulos onde estariam enterrados os antigos moradores da aldeia.

“Kaxirimã é o lugar onde os nossos avós de nome Karotinu, Pedro Pakara esposa Kurasa, Baitasa, Dian, Diego e seus familiares viveram utilizando recursos naturais daquele lugar, que lá estão enterrados. E também o tuxaua Mauro de Pedra Preta, que foi morto pelos garimpeiros e lá está enterrado”, informava a carta encami-

nhada ao administrador regional da Funai, Martinho Andrade, datada de 30 de janeiro de 2002.

O juiz determinou que a secretaria da 2ª Vara da Justiça Federal certifique o cumprimento da decisão. “Determino o desentranhamento e cumprimento do mandato de folha 154 por dois oficiais de Justiça e desde logo autorizo a requisição do concurso da Polícia Federal e da Polícia Militar”, sentenciou. O magistrado ordena que os oficiais de Justiça “deverão, inclusive, prender em flagrante, os desobedientes, principalmente se forem servidores públicos”.

Mauro Rufino argumenta na ação judicial de reintegração de posse que vive na área e da fazenda extrai o sustento plantando cana-de-açúcar e fazendo rapadura.

As lideranças indígenas garantem que desde o início dos anos 90 ele não produz nada na região e recorreram ao direito à posse imemorial à terra Raposa Serra do Sol, demarcada desde 1998, através da portaria nº 820 do Ministério da Justiça.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), por meio de sua Assessoria de Comunicação, disse que espera não haver conflitos na região e excessos na ação das polícias Federal e Militar. Cobra ainda a retirada de todos os invasores da terra Raposa Serra do Sol. Até o final da tarde de terça-feira os oficiais de Justiça não haviam chegado ao local.

Foto: Arquivo/Folha



Aldeia Kaxirimã fica a cinco quilômetros da sede do município de Uiramutã (foto)

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Na edição de 27 de agosto a chamada é: **Juiz Federal** manda retirar índios da aldeia Kaxirimã e o que está publicado na editoria de Cidade do jornal é o seguinte: ALDEIA KAXIRIMÃ: Justiça Federal manda retirar índios”. Em relação à edição onde foi publicada a charge (28/08/03) temos o título da chamada: CLIMA TENSO: “Índios avisam que vão resistir à retirada em Kaxirimã até a morte”. Remetendo o leitor à página 5A, a manchete principal da editoria de Cidade é a seguinte: Índios vão resistir à ação de retirada.

Voltando à análise da charge (de título: **Carne macia**) podemos observar que o chargista procurou representar o clima de tensão através da panela de pressão no fogo inclusive dando voz ao utensílio doméstico que “fala”: “**A Justiça decretou que os índios saíssem da aldeia Kaxirimã, mas como eles prometeram resistir até a morte, essa decisão foi revogada**”. Um dos personagens indígenas responde de forma sarcástica: “**Eu não falei que a justiça não aguenta uma pressão?**”. O chargista inclusive procurou dar para os índios no desenho representados um aspecto de agressividade (os dois estão portando suas armas tradicionais arco e flecha e lança, porém estão vestidos com roupas e sandálias de “civilizados”).

A partir dessas questões podemos questionar: Por que o chargista procurou mostrar um aspecto agressivo dos índios? Por que representou simbolicamente o fato com uma panela de pressão pronta para explodir? O que a charge mostra e o que a charge esconde?

Para responder a essas e outras perguntas que se extraem do desenho no jornal é necessário novamente se recorrer às notícias nas datas citadas anteriormente. Abaixo estão as notícias a que se refere o fato (Figuras 37 e 38):

Figura 37: Chamada de primeira página, Página 1A, 28/08/2003.



A localidade de Kaxirimã fica a 5 quilômetros da sede de Uiramutã (foto)

**CLIMA TENSO**

*Índios avisam que vão resistir à retirada em Kaxirimã até à morte*

O clima de tensão voltou a rondar a área indígena Raposa/Serra do Sol, após a determinação da Justiça Federal para retirar os índios da aldeia Kaxirimã, a 5 quilômetros de Uiramutã. Cem índios de 57 comunidades de toda região estão no local e já comunicaram às autoridades oficialmente, por carta, que vão resistir à decisão judicial. "Estamos dispostos a defender a comunidade Kaxirimã a qualquer custo, mesmo sacrificando as nossas vidas na luta em nome das nossas comunidades, honrando os nossos filhos e os nossos irmãos que foram assassinados também na luta, até o último índio", diz a carta. PÁG. 05A

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Figura 38: Manchete principal da editoria “Cidade”, Página 5A, 28/08/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

Muitos não ditos estão presentes na imagem da charge. O discurso jurídico (representado pela Justiça Federal) apagou o discurso indígena da posse imemorial da terra (presente no texto da notícia da edição de 27 de agosto de 2003). O direito à propriedade privada desrespeitou o direito constitucional dos índios em seus artigos 231 e 232 (do capítulo: dos índios). Na charge não aparece a fala dos indígenas que lembra os seus mortos tombados na aldeia Kaxirimã, no trecho na carta enviada pelos índios às autoridades publicada na notícia ora referida. Também no desenho não aparece à repressão anunciada para o cumprimento da lei. E por fim, não está presente na charge que a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol foi demarcada desde 1998, por intermédio da Portaria 820 do Ministério da Justiça o caracterizaria o fazendeiro Manoel Rufino como ocupante de má-fé. A charge enquanto instrumento do discurso jornalístico, cumpre também o papel de agente ideológico.

A última charge publicada em 05 de setembro de 2003 intitula-se “Não agradou” (Figura 39). De autoria de Marco, se refere à nomeação do antropólogo Mércio Pereira Gomes para o cargo de presidente da FUNAI (o 33º presidente em 42 anos de existência do

órgão federal). Para melhor entendermos o que diz a charge, faz-se necessário nos reportarmos à chamada de primeira página (cujo título é “Mércio Gomes é nomeado para presidência da Funai”) da edição da mesma data.

Figura 39: Charge: “Não agradou”, 05/09/2003.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2003.

A primeira observação que se faz a respeito do desenho se refere ao seu título: “**Não agradou**”. A recorrência a essa expressão está presente em todas as notícias já citadas. Na chamada de capa está no seguinte trecho: “**As organizações da Amazônia reagiram de forma contundente contra a nomeação, já que as entidades haviam indicado um índio para o cargo**”. Na matéria assinada por Marilena Freitas, da Editoria de Cidade do jornal, na página 3A, temos o seguinte trecho: “**O nome do antropólogo não agradou às principais lideranças indígenas da Amazônia**”.

Voltando à análise do desenho observamos que os indígenas se mantêm vigilantes, mas o presidente da FUNAI cai de paraquedas driblando os índios que montam guarda no prédio do órgão indigenista. A charge também procura mostrar que os índios não percebem o que acontece ao seu redor, conforme revela o diálogo entre eles: “**É impressionante a capacidade do homem branco de nos surpreender**”. Essa situação apaga o sentido do que está escrito no balão do primeiro indígena: “**Temos que ser determinados! O próximo presidente da Funai que passar por essa porta vai ter que ser alguém que atenda nossos interesses**”!

O que está no trecho da notícia secundária da página 3A confirma esse apagamento da presença indígena no cenário político nacional:

As entidades advertem que o ‘ movimento indígena não admite mais ser tratados conforme a velha prática indigenista, integracionista e assistencialista, que considera os índios relativamente incapazes, tendo dificuldades em enxergá-lo como atores sociais e sujeitos políticos capazes de conduzir o seu destino.

O chargista através do seu desenho no jornal procura imprimir essa imagem do índio: ingênuo e incapaz de perceber o que acontece ao seu redor. (mesmo tendo a FUNAI sendo vigiada por frente e por trás, como quer sugerir a charge). Algumas indagações nos vêm nesse momento: Quem realmente não estava contente com a indicação do antropólogo Mércio Pereira Gomes? Percebe-se que o jornal também toma posição a respeito do fato. Em vários trechos da notícia secundária, observamos críticas direcionadas não só ao desempenho histórico da FUNAI para com os índios brasileiros, mas também ao Partido dos Trabalhadores. É o que se pode verificar no trecho abaixo:

Iniciaram críticas ao atual presidente do órgão indigenista pegando como gancho um dos artigos de Mércio Gomes, quando afirma que pretende ‘contribuir para um melhor entendimento das coordenadas ideológicas e da trajetória histórica percorrida pelo PT’.

Por que o jornal através da notícia e da charge vincula a indicação do antropólogo ao Partido dos Trabalhadores? Seria o proprietário do jornal adversário político desse partido ligando uma coisa à outra? Essas e outras perguntas significam não ditos que o jornal não esclarece para o leitor nem nas notícias nem na charge.

### 3.1.5 Semente da Discórdia

Para o ano de 2004 analisaremos duas charges, uma de 12 de fevereiro e a outra de 03 e 04 de junho de 2004. A primeira (Figura 40) tem que haver com o que está escrito na chamada de primeira página (cujo título é: **RAPOSA/SERRA DO SOL - Polícia Feral** (sic) **envia peritos para avaliar incêndio no Canta Galo**) e se refere a uma investigação policial (no caso Polícia Federal) no intuito de descobrir um incêndio na maloca Canta Galo, na área indígena Raposa/Serra do Sol. A missão do delegado era investigar o caso do incêndio de uma casa, galpão e depósito, que ocorrera dois dias antes.

Figura 40: Charge: “Sementes da discórdia”, 12/02/2004.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

Em relação à charge podemos observar a presença de vários discursos presentes no desenho. De título: **“Sementes da discórdia”**, (Figura 38) é de autoria do chargista Marco e ocupa três colunas na diagramação da página 2A (Opinião) do periódico em tela. No desenho, aparecem seis personagens (quatro índios e dois não índios). O primeiro personagem (um homem não-índio) fala: o seguinte: **“Índio botando fogo na casa de outro índio, tuxaua ameaçando envenenar outro tuxaua... vendo essas coisas só nos resta dizer uma frase:”**. E a mulher não-índia responde completando o que iniciou o homem: **“Parabéns, governo brasileiro!”**.

Ao fundo é possível se visualizar-se um índio ateando fogo a duas construções indígenas (observe-se o que diz o texto escrito da chamada de capa: “... uma casa, galpão e depósito...”) que não corresponde à descrição do incêndio relatado na manchete de capa. O indígena que no desenho atea fogo às construções segura um fósforo aceso e ri de forma sarcástica, como estivesse gostando do que estaria fazendo. Outro indígena salta assustado ao



ver a cena. Logo à frente do casal de não- índios temos um índio que tem em suas mãos um frasco com a palavra “veneno” indo em direção a outro indígena que parece rosnar de raiva para o primeiro.

Percebe-se na imagem que existe uma intenção de criminalizar o índio por parte do jornal (através do que é publicado na charge): um índio criminoso (incendiário) e outro índio também criminoso (tentativa de homicídio por envenenamento). Partindo desse pressuposto aqui existe por parte do jornal um posicionamento no mínimo preconceituoso e racista, bem como intenção de colocar na imagem índios contra índios.

O próprio texto do jornal na chamada de capa não deixa claro para o leitor quais foram os índios que atearam fogo nas construções citadas:

As informações dão conta que esse fato possa gerar um conflito entre índios, já que o líder da SODIURR (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) Silvestre Leocádio, responsabiliza os indígenas ligados ao CIR (Conselho Indigenista de Roraima).

Nota-se que o jornal em sua chamada de capa já traz uma parcialidade em relação ao caso (pois só fala da versão da SODIURR, através do que afirma segundo o texto o seu líder). Num discurso reportado (FARACO, 2009) o jornal fala pela SODIUR e ainda reforça seu argumento em relação à homologação da Terra Indígena Raposa /Serra do Sol: a SODIURR é contra a homologação da reserva indígena em área única e o CIR é favorável. Aqui o jornal já fala em homologação e não em demarcação como nas edições de anos anteriores. A própria construção da sentença deixa o leitor com alguma dúvida.

Em momento algum (na chamada de capa) fica claro que foram os índios que cometeram o crime. Mesmo o jornal falando pelo líder da SODIURR, não diz (até mesmo porque os crimes estão sob investigação) que foram realmente os índios ligados ao CIR os responsáveis pelo fato.

Na charge até aparece outro crime atribuído aos índios: a tentativa de envenenamento por parte de um dos tuxauas (como mostra o desenho). Quem fala dos crimes de índios contra são os não-índios (o casal de não- índios) e ainda reforçam a sua postura contra o Governo Federal na frase: “Parabéns, governo brasileiro!”, dita pela mulher não índia.

Nesse sentido a charge diz mais que a chamada de capa do jornal (surge outro crime: tentativa de homicídio). Como dito anteriormente, no texto da chamada quem acusa os índios pelos crimes é segundo o jornal, o líder da SODIURR (que também é indígena) e na charge são os não- índios.

A outra charge diz respeito não ao que diz a chamada de capa da edição de 03 e 04 de julho de 2004: “RAPOSA/SERRA DO SOL- Índios radicalizam e afirmam que poderá haver conflito com mortes” mas sim com o que está escrito na edição de 01/07/04: “Supremo mantém liminar excluindo áreas da Raposa/Serra do Sol”. O texto da chamada fala após se configurar mais um clima de conflito na Terra Indígena Raposa/ Serra do Sol,

O Supremo Tribunal Federal se apressou para decidir sobre a questão e manteve a liminar que exclui áreas e propriedades da reserva. A ministra Ellen Grace indeferiu o pedido de suspensão da liminar concedida pela desembargadora Selene Almeida, que suspendeu os efeitos da Portaria 820/98, excluindo núcleos urbanos e rurais já constituídos, além de equipamentos, instalações e vias públicas federais, estaduais e municipais.

Analisemos agora a charge em questão e façamos algumas considerações entre o que está presente na chamada de capa e o que aparece no desenho da página de opinião do jornal Folha de Boa Vista. A charge de autoria de Marco ocupa três colunas na diagramação da página 2A e tem como título: “**E na Raposa/ Serra do Sol**” (Figura 41). No desenho temos dois personagens indígenas e um terceiro, embora só visualizemos uma grande mão. O primeiro personagem diz o seguinte: “**Vocês não desistem mesmo; A Justiça já deu o parecer favorável a nossa proposta e vocês não aceitam!**” O segundo indígena responde para o primeiro: “**O quê podemos fazer? Os gringos não param de dar corda!**”. Vemos no desenho que o primeiro indígena possui em sua camiseta o dizer “ilhas” e o segundo personagem segura uma tabuleta com a palavra: “contínua”. Outra situação que se observa na charge é que o indígena que segura a tabuleta tem uma manivela à corda (o que reforça aquilo que está escrito no seu balão). Aparece uma mão “dando” corda no índio, o que também reforça a ideia de que os índios são manipulados (pelos estrangeiros, como sugere o desenho).

Figura 41: Charge: “E na Raposa/Serra-do-Sol”, 03 e 04/07/2004.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2004.

O que o primeiro indígena quer dizer com “... a Justiça deu parecer favorável à nossa proposta...”? O que o segundo personagem quer dizer com “... os gringos não param de dar corda!”? A cena do desenho não está por acaso na página de Opinião. Ela tem um objetivo. Para que possamos melhor compreender o que essa pergunta quer dizer é necessário retomar o texto escrito da chamada de primeira página. O pequeno texto na primeira página do jornal fala que o Supremo Tribunal Federal manteve a liminar que exclui áreas e propriedades da reserva. Ou seja, a homologação teria que respeitar essa situação (é o que diz o primeiro balão do desenho). O desenho não diz o que significa a Portaria 820/98 (que demarcou a Terra Indígena Raposa / Serra do Sol em área contínua). O texto da chamada de capa da edição de 01/07/2004 não esclarece para o leitor o que reza a Portaria 820/98.

De forma que tanto o texto da chamada de primeira página quanto o texto e imagem da charge mostram parcialidade na informação. O posicionamento em relação à homologação da Terra Indígena defendido pelo jornal tanto em um caso como no outro (chamada e charge) expressam a opção do jornal em defender a área indígena em ilhas. Conforme nos mostra o próprio desenho, os índios que defendem a homologação em área contínua não têm opinião e por isso são, segundo a charge, “manipulados” pelos estrangeiros.

Neste sentido o que se percebe é que esses discursos presentes na charge já são recorrentes há muito tempo na Amazônia a exemplo dos jargões bastantes conhecidos na região: “a internacionalização da Amazônia pelas ONGs”; “integrar para não entregar” dentre outros que negam e apagam a história dos índios como sujeitos históricos.

### 3.1.6. Homologação gera tensão

Para o ano de 2005 analisaremos as charges das edições de 23 e 24 de abril; de 25 de abril; de 27 de abril; de 30 de abril e 01 de maio (Figura 42). Em alguns casos associaremos as chamadas de capa, matérias e notícias referentes às edições das charges analisadas. Para reforçar esse procedimento analítico convém lembrar o que nos diz Quadros e Pilla (2009, p. 6):

[...] a interdiscursividade pauta o diálogo da charge com outros textos /discursos ela comumente contém informações constantes em editoriais e matérias jornalísticas- numa relação deflagrada na medida em que o chargista busca elementos nesses textos/discursos- ao mesmo tempo em que procura prever o posicionamento do público- leitor.

Figura 42: Charge: “Vaidades massageadas”, 23 a 24 /04/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

A charge publicada na edição de 23 e 24 de abril de 2005 tem com título: “**vaidades massageadas**” e mostra dois personagens (o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o Presidente Lula). O contexto de produção da charge é o cenário da Homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol no mês de abril do citado ano. No desenho o Ministro Márcio

Thomaz Bastos diz: “**Viu Presidente? Viu como foi bom demarcar Raposa/Serra do Sol, agora estão até elogiando o nosso programa nuclear!**”. O presidente que tem as costas massageadas pelo ministro, responde: “**Vamos demarcar mais terras indígenas, Bastos! Eu ainda quero ser eleito o presidente mais bonito do mundo!**”.

Apesar de se tratar de homologação, o jornal (através da charge) criminaliza o indígena (que na charge não tem seu discurso verbalizado) quando continua a falar em demarcação (e esse termo aparece duas vezes nos balões dos personagens). O chargista representa as autoridades de forma sarcástica e cínica (como estivessem se divertindo com a situação). Na realidade, a homologação da T.I. Raposa/Serra do Sol foi marcada por uma grande tensão (não visualizada na charge). Essa tensão é bastante presente na área indígena e foi retratada de diversas formas, como se pode ver na chamada principal de primeira página da mesma edição (Figura 43):

Figura 43: Chamada principal de primeira página, Página 01-A, 23 a 24/04/2005.

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

Concluído às 01h07min ... Ano XXI \* Edição 4481\* Preço R\$1,50 Um Jornal Necessário ... Boa Vista, 23 e 24 de abril de 2005

**RAPOSA/SERRA DO SOL**

# Índios do Flexal fazem quatro policiais federais como reféns

O clima de tensão tomou conta da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Os índios da maloca do "Flexal" fizeram quatro policiais federais reféns, na tarde de ontem. Os agentes foram destacados para a área pela Operação Upatakom com a finalidade de patrulhar a área. A ação foi em protesto pela homologação da reserva, ocorrida no último dia 15. Os indígenas exigiram a presença da imprensa e de um representante do Governo Federal para libertar os policiais. Até a noite, os policiais continuavam reféns. Poucas eram as informações sobre a integridade dos reféns.

**Governador diz que vai retirar saúde e educação da reserva**

O governador Ottomar Pinto (PTB) reafirmou que o Estado não tem mais obrigação de levar saúde e educação para as reservas indígenas homologadas pelo Governo Federal. Segundo ele, o presidente Lula, ao decidir homologar a reserva, colocou os habitantes da Raposa/Serra do Sol no mesmo nível dos Waimiri-Atroari e dos Yanomami, que são tutelados pelo Governo Federal. "Por acaso, o

**Filhos de detentas serão retirados da Penitenciária**

A Secretaria de Justiça e Cidadania decidiu retirar as crianças que vivem na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em companhia das mães presidiárias. Os meninos serão entregues aos familiares das detentas ou, se não houver, ficarão em abrigos, sob a tutela do Estado. "Eles não podem permanecer ali, sob pena de serem a única referência de moradia para uma penitenciária", diz o secretário de

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

Pelo tom da notícia o clima foi marcado por reações diversas conforme também podemos observar em outra manchete de capa da mesma edição (Figura 44):

Figura 44: Chamada de primeira página, Página 1A, 23 a 24/04/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

A situação foi tão desfavorável para os políticos locais que o Governador Ottomar Pinto decretou luto oficial no Estado e o comércio e as escolas foram fechadas (sem contar que a bandeira ficou a meio pau em frente ao Palácio do Governo). Esses detalhes que aparecem em outras editoriais do jornal não foram explorados pelo chargista. Por quê? A situação de tensão que se agravou quando os índios da Maloca do Flechal tomaram agentes da Polícia Federal como reféns, chegando inclusive a tomar suas armas e separar todos eles em lugares diferentes, o que fez com que o Governo Federal negociasse suas libertações e posteriormente a maloca do Flechal estivesse na iminência de ser invadida por tropas federais. É o que podemos observar na matéria assinada por Loide Gomes na página 5 da editoria cidade (Figuras 45 e 46):

Figura 45: Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 5A, 23 e 24/04/2005.

**Cidade** FOLHA DE BOA VISTA Boa Vista, 23 e 24 de abril de 2005 - 05

**FLEXAL**

# Índios fazem 4 policiais federais reféns

EM UMA AÇÃO PLANEJADA, ÍNDIOS CONTRÁRIOS À HOMOLOGAÇÃO PRENDERAM OS POLICIAIS MESMO ELES ESTANDO COM ARMA EM PUNHO

**LOIDE GOMES**  
Editoria de Cidade

Os índios da maloca do Flexal, na Raposa/Serra do Sol, tornaram reféns, ontem à tarde, quatro policiais federais destacados pela Operação Upatak para patrulhar a área. A ação foi em protesto pela homologação da reserva, ocorrida no último dia 15. Os indígenas exigiram a presença da imprensa e de um representante do Governo Federal para liberar os policiais.

O governador Ottonar Pinto (PDT) atendeu ainda ontem a uma das exigências e providenciou aeronave para transportar, no final da tarde, equipes de TV e de jornal para a região. O secretário do Índio, Adriano Francisco do Nascimento, macuxi nascido na Maloca do Napoleão e fluente na língua materna, também foi para a área, para tentar



Francisco Malmann, informou Brasília sobre o conflito e reuniu-se com os coordenadores da Operação Upatak para decidir o rumo das negociações para libertar os quatro agentes. Até o fechamento da matéria, por volta das 21 horas, a PF ainda não havia enviado reforços para a região.

São 140 agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal patrulhando a Raposa/Serra do Sol desde a sua homologação. A Operação Upatak, que em macuxi significa nossa terra, foi deflagrada para garantir a segurança e evitar conflitos entre os e fazendeiros. Os policiais não esperavam que próprios agentes viriam alvos desses protestos.

Por medida de segurança, a Funai retirou suas placas, próximo ao posto, para evitar situações como esta.

quim Barbosa, em cumprimento à ameaça de que não iriam aceitar pacificamente a homologação da terra indígena. Segundo informações do CIR (Conselho Indígena de Roraima), 23 comunidades seriam contrárias à demarcação contínua. A Secretaria do Índio contabiliza 32.

As informações que chegaram à Secretaria do Índio, por sistema de radiofonia, apontam que os policiais foram detidos em uma ação planejada, após sua passagem pela maloca do Flexal.

Os moradores do local estariam reunidos em protesto pela homologação e os policiais foram acompanhar a manifestação e depois seguiram para a comunidade de Santa Creuza.

Afrontados com a presença dos federais, os índios bloquearam a estrada e prepararam uma armadilha para pegá-los no retorno da viagem.

Ao chegar no bloqueio, os policiais teriam desceido da viatura de arma em punho, mas ainda assim foram rendidos pelos indígenas, por volta das 15h15. O secretário adjunto do Índio, Wilson Jordão Mota Barbosa, disse que não houve violência e que os policiais estariam bem. Ele não recebeu a informação de quantos indígenas participaram da ação ou se os policiais foram amarrados, amordaçados ou se estariam sob a mira de armas.

Até o final da tarde, a Polícia Federal não tinha confirmação da prisão de seus agentes. Segundo a Assessoria de Imprensa, o posto avançado de Uiramutã estava sem comunicação havia cinco horas. A Funai (Fundação Nacional do Índio) também foi pega de surpresa.

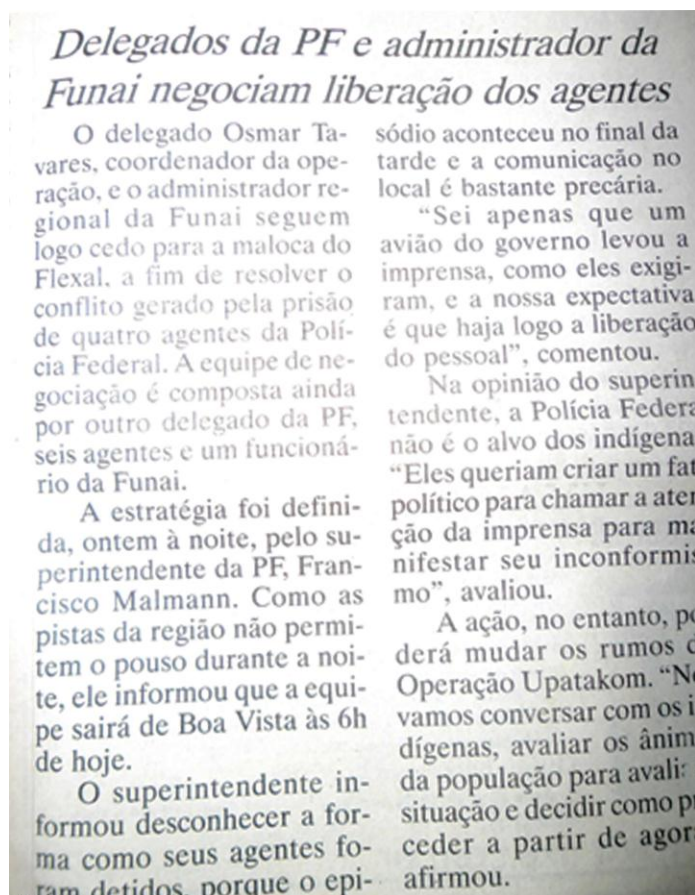
Mas, no início da noite, o superintendente da PF

Francisco Malmann: “Prisão é um fato político pelo inconformismo dos indígenas”

apaziguar o conflito. A ação foi comandada pelo segundo tuxaua da maloca do Flexal, Lauro Joa-

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

Figura 46: Notícia da editoria “Cidade”, Página 5A, 23 e 24/04/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

A charge publicada na edição de 25 de abril de 2005 (Figura 47) mostra também dois personagens e se intitula: “**Trocadilho**” (Figura 47). No desenho aparece o Estado de Roraima e o presidente Lula. A charge mostra o presidente Lula com uma venda nos olhos tropeçando num grande livro (Constituição Brasileira). O chargista quer chamar a atenção do leitor para o trocadilho; (À venda por há venda). O personagem que representa o estado de Roraima tem uma tabuleta que diz: À venda, enquanto o presidente tem em seus olhos uma faixa com os dizeres: Há venda (esse seria o motivo que causou o tropeção no grande livro, segundo o desenho do chargista). Aí é que reside o trocadilho que o chargista quer enfatizar. É como se o presidente desapontasse o Estado de Roraima (pelo semblante do “Estado”, ele



parece atônito). Dessa vez temos os dizeres do presidente na charge falando em homologação: E agora? Será que assinei aquela homologação no lugar certo? Epa! Tropecei em algo!

Figura 47: Charge: “Trocadilho”, 25/04/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

A charge sugere que o presidente fez um ato insano, pois não sabe o que fez e não enxergou a Constituição Federal. O discurso de que o Governo Federal foi contra o Estado de Roraima também está estampado em outras editorias do jornal, a exemplo da Chamada principal de primeira página e da editoria Cidade (Figuras 48 e 49):

Figura 48: Chamada principal de primeira página, Página 1A, 25/04/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

Figura 49: Matéria assinada da editoria “Cidade”, Página 3A, 25/04/2005.

**Política** Boa Vista, segunda-feira, 25 de abril de 2005 - 03

FOLHA DE BOA VISTA

**DEMARCAÇÃO RAPOSA/SERRA DO SOL**

## Procurador afirma que portaria será anulada

JOÃO FÉLIX ACREDITA QUE JURIDICAMENTE A PORTARIA É INCONSTITUCIONAL

CYNEIDA CORREIA  
Editoria de Cidade

O Procurador adjunto do Estado João Félix Santana afirmou em entrevista ao programa “Agenda da Semana” na *Rádio Folha*, que as razões da portaria demarcatória da reserva Raposa/Serra do Sol são infundadas.

“Eu quero tranquilizar a população, afirmando que não existe qualquer maneira dessa portaria prosperar juridicamente da maneira como está hoje. Eu não tenho a menor sombra de dúvida de que ela será anulada e afirmo, categoricamente, que temos que ter esperança”, afirmou.

Segundo Félix, toda portaria tem como fundamento jurídico o laudo antropológico, que define se a área era ocupada tradicionalmente por indígenas. O procurador afirma que não tem conhecimento real sobre a existência desse laudo, das dimensões da reserva e qual seria o tamanho da área ocupada pelos indígenas.

“Questionamos os fatos de que cerca de 2 milhões de hectares são ocupados por 15 mil índios e outros 2 milhões por 400 mil não índios. Isso fere qualquer princípio de direito”, disse.

Na próxima terça-feira os representantes da procuradoria vão se reunir com

João Félix “Eu quero tranquilizar a população, afirmando que não existe qualquer maneira dessa portaria prosperar juridicamente da maneira como está hoje”

“A homologação vinha crescendo sem oposição e a oposição adotada não teve força suficiente para impedir as demarcações. Nós vamos recorrer das decisões, pois não se pode deixar vingar fato consumado um absurdo desses. Foi uma decisão política e não jurídica, pois o Superior tribunal cancelou as ações devido à per-

“A homologação vinha crescendo sem oposição e a oposição adotada não teve força suficiente para impedir as demarcações. Nós vamos recorrer das decisões, pois não se pode deixar vingar fato consumado um absurdo desses. Foi uma decisão política e não jurídica, pois o Superior tribunal cancelou as ações devido à per-

Deputado federal diz que ações separadas são estratégia política

O deputado federal Rodolfo Pereira (PDT/RR) explicou que a atitude dos parlamentares de apresentarem projetos legislativos, que propõem a suspensão da homologação de forma separada, foi apenas uma estratégia política para adquirir mais votos e conseguir aprovação da Câmara Federal.

Pereira explicou que, com a ação de proporem decretos separados, os deputados vão ganhar apoio dos parlamentares de suas bancadas, aumentando o número de favoráveis à suspensão da homologação.

“Fizemos um amplo acordo para que todos pudessem entrar com ações, sensibilizando os líderes dos partidos e as bancadas. Fomos orientados por um jurista parlamentar e resolvemos agir dessa forma conjuntamente. É uma estratégia política, pois precisamos de 260 votos de imediato para aprovar alguma dessas ações”, afirmou.

O deputado acrescentou que as ações vão iniciar com testes de fogo, pois serão analisadas pela

tado a lutar por uma causa, que não se propusesse a ajudar. Uns ajudam mais, outros menos e quem vai medir isso são as ações. Na minha opinião todo mundo teve boa vontade e o único que não quis homologar foi o Lula”, acrescentou.

Rodolfo Pereira disse ainda que muitos parlamentares vêm se mostrando favoráveis à causa de Roraima. Para ele, as ações do Governo Federal em Goiânia e no Rio de Janeiro estão levando os parlamentares a perceberem que a interferência federal nos Estados tem que acabar. “Alguns líderes têm se posicionado favor de nossa situação pois o que o Governo Federal fez em Roraima não pode ser feito em lugar nenhum. Agora estamos ocorrendo intervenção no Rio de Janeiro e em Goiânia e, então, vamos a ter aliados. Estamos mostrando que situação está ficando fora de controle”, finalizou.

**POLICIAIS FERROS** - Em relação às ações dos policiais federais em Roraima, o

Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

A charge da edição de 27 de abril de 2005 (Figura 50) tem cinco personagens e se intitula: “**Esquisito**” (Figura 48). No desenho podemos visualizar um policial federal, um estrangeiro representante de ONGs, dois habitantes não-índios de Roraima (é o que está escrito em suas vestes conjuntamente) e um índio. Cada personagem emite um discurso: o policial federal dá uma ordem para os dois personagens do centro (dentro de um pequeno círculo): “**Parado; Por aqui ninguém passa!**”; o representante das ONGs esbraveja: “**Nas**

nossas terras não pode entrar!”E o indígena complementa: “Aqui se entrar não sai!”. Os personagens do centro parecem acuadas, diante de tanta ordem e respondem: “Estamos em Estado de Sítio!” e a mulher complementa: “Eu não estranho mais nada!”.

Figura 50: Charge: “Esquisito”, 27/04/2005.



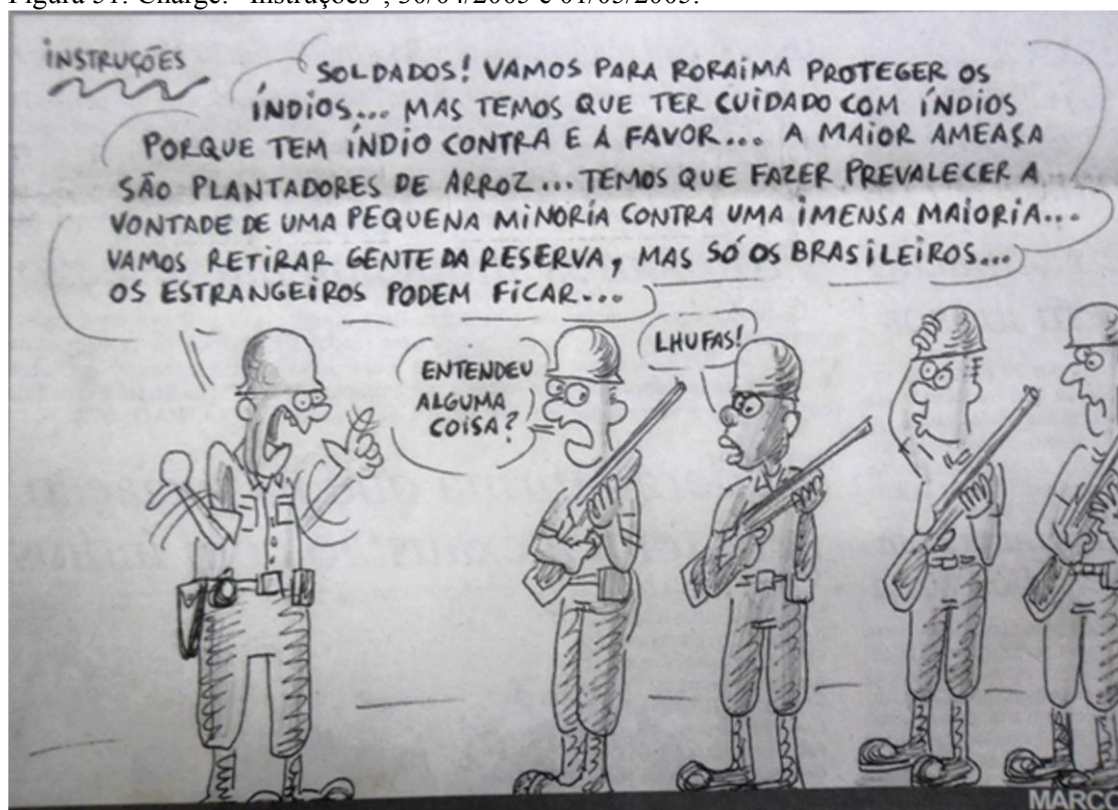
Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

O que podemos observar quanto aos discursos existentes no desenho? O chargista quer passar para o leitor a ideia de que a Polícia Federal está a serviço do Governo Federal, os representantes de ONGs (que na charge não se sabe quais) tem legitimidade de controlar as terras indígenas do Estado; e o índio é colocado na charge de forma pejorativa, pois está com um olhar sarcástico e armado com arco e flecha em posição de ataque (ou seria de defesa?). Resta-nos os personagens centrais, que, ao que parece, estão num pequeno círculo: ambos personagens se colocam em estado de sítio (ou como quer o chargista o Estado está sitiado).

Importa saber que aqui aparecem alguns não ditos: a Polícia Federal veio para controlar os conflitos existentes na área; os representantes das ONGs podem ser nacionais ou estrangeiros (não está claro na charge); e os indígenas nesse contexto estão politicamente divididos. Existem índios contra e a favor da homologação (também não está claro no desenho). De forma que o leitor é levado a acreditar no que está no desenho como se verdade fosse em relação ao contexto da homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

Finalmente a última charge em análise foi publicada na edição que corresponde a 30 de abril e 01 de maio de 2005. A charge tem com título: **“Instruções”** (Figura 51). A charge tem também cinco personagens (um militar superior e quatro soldados subalternos) e se refere ao propalado episódio do sequestro dos policiais federais pelos índios da Maloca do Flechal em Uiramutã. Analisemos o que diz a charge.

Figura 51: Charge: “Instruções”, 30/04/2005 e 01/05/2005.



Fonte: *Folha de Boa Vista*, 2005.

O primeiro soldado da fila retruca para os outros que estão atrás dele: Entendeu alguma coisa? O soldado detrás do primeiro responde: “lhufas”. O discurso dito pelo superior está presente na manchete de primeira página e na matéria da editoria de Cidade, da mesma edição: **“MALOCA DO FLEXAL- Federal afirma que negociações será feita à exaustão com**

### **índios e Governador vai intervir nas negociações.**

Questionaremos agora alguns aspectos dos discursos presentes nesta charge do jornal. Quem são os índios que os militares vão proteger? Que índios os militares devem ter cuidado? Por que os rizicultores são a ameaça maior para os militares? Por que os soldados devem fazer prevalecer a vontade de uma pequena minoria sobre uma imensa maioria? Quem é essa gente que os militares vão tirar da reserva? E, finalmente por que os militares vão tirar os brasileiros e deixar os estrangeiros? Que discursos recorrentes no Estado de Roraima estão presentes nestas indagações que observamos? De que forma esses discursos criminalizam os indígenas no jornal *Folha de Boa Vista*? Que apagamentos acontecem no desenho? Que outros poderão ocorrer?

As respostas para esses questionamentos poderão ser encontrada nas análises já procedidas em vários pontos deste trabalho, que busca não ser pura e simplesmente uma análise de conteúdo, mas sim uma análise do discurso, conforme aventa Orlandi (2010).

Ao fim deste capítulo constatamos que o discurso da charge e outros elementos discursivos do jornal *Folha de Boa Vista*, localiza-se num âmbito onde surgem vários elementos que poderão ser investigados e também onde se percebe uma diversidade de simbolismos que instigam a Análise do Discurso. Partimos do pressuposto que toda leitura é uma interpretação diversa daquelas que fora feita e de várias outras que estão por vir no âmbito do funcionamento da linguagem (ORLANDI, 1987). Conforme já dito em outras passagens deste trabalho, a linguagem serve para comunicar, mas também, para seu inverso: o não comunicar.

A análise das charges em referência nos permitiu a exploração dos elementos escritos e imagéticos presentes no corpus da pesquisa. Neste sentido, os dados documentais coletados neste trabalho foram de extrema importância para a compreensão de como se produz no jornal *Folha de Boa Vista* o discurso criminalizador sobre o indígena roraimense em várias de suas editoriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos nessa pesquisa que o jornal impresso *Folha de Boa Vista*, de Boa Vista, Roraima, procura veicular um discurso imagético-textual (através de textos, fotografias e charges) do índio criminalizado em suas várias editoriais.

O período de análise da pesquisa foi o intervalo de 2000 a 2005. Tendo em vista os impedimentos (os arquivos encontrava-se em reforma) no acesso à redação da *Folha de Boa Vista*, buscamos outros locais de pesquisa como a Biblioteca estadual localizada no Palácio da Cultura e o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Roraima, ambos em Boa Vista, bem como em nossos arquivos pessoais. Durante nossa pesquisa foi possível constatar que jornais podem ser de grande utilidade para a comunidade científica levando-se em consideração que Roraima é uma região que conta com um limitado número de documentos históricos. Se no passado os pesquisadores tendiam a ver o jornal como fonte de informação noticiosa, ao invés de vê-lo transformado em instrumento de interpretação, hoje há uma tendência por parte dos estudiosos em ampliar seu campo de trabalho com várias fontes, entre elas os jornais.

Concluimos que esta dissertação demonstrou que o jornal *Folha de Boa Vista* faz uso do discurso criminalizador em relação aos índios tanto na cidade de Boa Vista quanto em todo o Estado convertendo num jogo de interesses que na maioria das vezes nega a diferença étnica em nome de uma homogeneidade falseada que é veiculada discursivamente nas páginas do jornal em referência.

Durante nossa pesquisa constatamos que a cidade de Boa Vista, embora localizada em posição estratégica ao fazer fronteira com a República Cooperativista da Guayana e a República Bolivariana da Venezuela, possui uma imprensa precária, contando atualmente com apenas três jornais diários em circulação: *Folha de Boa Vista*, *Roraima Hoje* e *Jornal de Roraima* recentemente inaugurado. Ressalte-se que tais veículos midiáticos pertencem a grupos políticos locais.

A oposição política é algo que praticamente não existe, pois os grupos se revezam no poder. O processo de discussão pública ocorre a partir do que é publicado nos jornais. Os políticos e as classes dominantes da cidade e do estado utilizam-se dos meios de comunicação, para divulgar seus interesses e não necessariamente os da sociedade. Cremos que um dos pontos relevantes de nossa pesquisa foi verificar de que forma o Jornal *Folha de Boa Vista* produz um discurso em suas páginas que culmina na criminalização indígena por intermédio de elementos textuais e imagéticos, presentes nas edições analisadas. O esforço de analisar tal

discurso constitui-se no objetivo principal da investigação. Convém salientar que este trabalho pretende ser uma contribuição para futuras pesquisas sobre o tema em referência.

Após o estudo realizado, percebemos que o processo de criminalização indígena ocorre historicamente e que se atualiza nas formas de construção do discurso midiático.

Ao fim deste trabalho, podemos perceber que o discurso criminalizador do indígena veiculado pelo jornal em tela está presente em suas páginas (manchetes, charges, reportagens e matérias) sob diversas formas (textos e imagens), apagando-o da história e silenciando seu discurso.

Para além do diálogo mantido com teorias advindas da Análise do Discurso, estabelecemos um debate com teóricos de outras áreas do domínio das Ciências Humanas: na História (contexto histórico), na Comunicação (teoria do fato e do acontecimento), na Antropologia (cultura dos povos indígenas), Semiótica (análise das imagens) e na Linguística (interpretação de textos escritos).



## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho em vila popular na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarine, 1997.
- ACUSADO de degola é capturado pela DGH. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 17 set. 1998. p. 12.
- AGOSTINHO, A. *A charge*: 1993. 330f. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AGRICULTOR é atropelado ao tentar salvar criança. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 3 out. 2000. p.12.
- ALDEIA Kaxirimã-Justiça federal manda retirar índios. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 27 ago. 2003. p.7.
- ÁREA Yanomami- Funai anuncia operação para retirar invasores. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 26 fev. 2004, p.5.
- ÁREA Yanomami- Garimpeiros matam servidor da Funai. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 26 fev. 2004. p.12.
- BAHIA, J. *História e técnicas do jornalismo*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAINES, S. *Processo de Criminalização Indígena em Roraima/Brasil*. Número do Formulário: 2008 2.1.1.297/ Edital Projeto de Pesquisa E. SMPU Número 98/2007. (Relatório Final). Brasília: Distrito Federal, 2009.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Tzevetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. 14. ed. Prefácio de Roman Jakobson, Apresentação de Marina Yaguello, Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira/ Colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik & Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil; promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
- CIDADE, M.T.P. *Sensacionalismo nos jornais de Manaus: um estudo comparativo*. Manaus: Edua, 1996.
- CIR responsabiliza governo por conflitos em Uiramutã. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 31 jul. 2001. p.1.

- CLIMA tenso-índios avisam que vão resistir à retirada em Kaxirimã até a morte. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 28 ago. 2003.p.1.
- COELHO. Eu vou expor o Brasil ao ridículo!. *Tribuna do Estado de Roraima*, Boa Vista, 05 a 11 ago. 2001. p.2.
- COMITIVA ouve índios do Uiramutã e do Maturuca. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 22 fev. 2001. p.1.
- CONFLITO em Uiramutã-Índio desaparecido é encontrado morto. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 10 jan. 2003. p.3.
- COSTA, H. Aprenda a ver coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro. 1997. (Dissertação em Comunicação Social) Faculdade de Comunicação e Artes- ECA – USP. 1997.
- DANTAS, A. de M. *Sobressaltos do Discurso: Algumas aproximações da Análise do Discurso*. Campina Grande: UFCG, 2007.
- DECISÃO do STJ causa polêmica. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 29 nov. 2002. p.1.
- DELEGADOS da PF e administrador da Funai negociam liberação dos agentes. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 e 24 abr 2005.
- DEMARCAÇÃO- Manifestações interditam BR-174 e PF reforça contingente em Roraima. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 25 abr. 2005.p.1.
- DEMARCAÇÃO Raposa Serra do Sol-Procurador afirma que portaria será anulada. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 25 abr. 2005. p.3.
- DESEMPREGADO morre estrangulado. *Folha de Boa Vista, Boa Vista*, 3 out. 2000. p. 12.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Herman, 1972.
- ESPÍNDOLA, L. *A charge no ensino de Língua Portuguesa*. Letr@ Viv@, João Pessoa, vol.1 n3, p. 107-116, 2001.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Circulo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- fev. 2004. p.5.
- FÍGOLI, L. *Identidade étnica e regional: trajetória de uma identidade social*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia, UnB, Brasília. 1982.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradutor de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A.Gilhon Albuquerque: Rio de Janeiro: Graal. 1988.
- FOUCAULT, M. *L'Ordre du Discurs*. Gallimard, Paris, 1971.

- FREIRE, M. J. A. *A construção de um réu: Payakã e os Kayapó e os índios na imprensa brasileira durante a ECO-92*. Rio de Janeiro, 2001 (Dissertação de Mestrado) PPGAS /UFRJ.
- FREITAS, M. Exército instala pelotão em Uiramutã. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista 26 jul. 2001. p.7.
- FREITAS, M. Índios querem quartel em Normandia. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 21. fev. 2001. p.4.
- GAROTA Wai-Wai sofre ato libidinoso. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 out. 1997. p.12.
- GOMES, L. FLEXAL-Índios fazem 4 policiais federais reféns. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 e 24 abr. 2005. p.5.
- GUIMARÃES, D. T. e MRANDA, S.J. (Orgs.). *Dicionário Jurídico*. 4.ed. São Paulo: Rideel, 2000.
- HENRY, P. *Fundamentos Teóricos da AD de Michel Pêcheux*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: HAK, T et GADET, F. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp. 1990.
- INDÍGENA mata outro a pauladas. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 25 ago. 1998. p.1.
- ÍNDIO é baleado na perna em bebedeira com caxiri. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 9 nov. 1998. p.12.
- ÍNDIOS do Flexal fazem quatro policiais federais como reféns. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 e 24 abr. 2005. p.1.
- ÍNDIOS podem impedir linha de Guri. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 27 ago. 1997. p.5.
- ÍNDIOS vão resistir à ação de retirada. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 28 ago.2003. p.5.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Edunicamp, 1997.
- KOSSOY, B. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. (orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- LEAL, M do S. P. *Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.
- LIEBEL.V. *Humor gráfico: apontamentos sobre a análise das charges na História*. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=14421>>. Acesso em 09 jun. 2007.
- MALOCA do Flexal- Federal afirma que negociações serão feitas à exaustão com índios e Governador vai intervir nas negociações. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 30 abr. A 1 mai. 2005. p.1.
- MANIFESTANTES se acorrentam em protesto em frente à Catedral. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 e 24 abr. 2005. p.1.

- MARANDIN, J.M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: MARCUSCHI, L. A.. *A ação dos verbos introdutórios de opinião*. In: INTERCOM (Revista Brasileira de Comunicação), n 64. São Paulo: Ano XIV pp.74-92. 1991.
- MARCO. “Disputa”. *Folha Boa de Vista*, Boa Vista, 22 fev. 2001. p.2
- MARCO. “No foco”. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 26 fev. 2004. p.2.
- MARCO. Carne macia. *Folha de Boa Vista, Boa Vista*, 28 ago. 2003. p.2.
- MARCO. E na Raposa/Serra do Sol. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 3 e 4 set. 2004. p.2..
- MARCO. Esquisito. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 27 abr. 2005. p.2.
- MARCO. Insegurança infantil. *Folha de Boa Vista*, 29 nov. 2002. p. 2.
- MARCO. Instruções. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 30 abr a 1 mai. 2005. p.2.
- MARCO. Motivos para comemorar. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 24 abr. 2000. p.3.
- MARCO. Não agradou. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 05 set. 2003. p.2.
- MARCO. Nas mãos. *Folha de Boa Vista F*, Boa Vista, 28 jul. 2002. p.2.
- MARCO. Pelo bem da hierarquia. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 19 fev. 2003. p.1.
- MARCO. Sementes da discórdia. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 12 fev. 2004. p.2.
- MARCO. Suspeito. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 26 jul. 2001. p.2.
- MARCO. Trocadilho. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 25 abr. 2005. p.2.
- MARCO. Vaidades massageadas. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 e 24 abr. 2005. p.2.
- MARCOS. Preparativos na aldeia. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 11 jun. 2003. p.2.
- MARCUSCHI, L. A. *A ação dos verbos introdutórios de opinião*. Intercom (Revista Brasileira de Comunicação) nº 64. Ano XIV, 1991. p.74-92.
- MARIANI, B.. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MARINGONI, G. *Humor na charge política no jornal*. Revista Comunicação e Educação, n 7, São Paulo: Moderna; USP. Set/dez, 1996.
- MELLER, D. *Garimpeiros matam servidor da FUNAI*. *Folha de Boa Vista*, 26 de fev. 2004, p.12
- MELO, J. M. de *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2 ed. . Petrópolis: Vozes, 1994.
- MELO, P. B de. *Agenda e discurso midiático: quando a minoria é notícia*. O caso indígena na imprensa em Pernambuco. Comunicação apresentada no Anuário Internacional de Comunicação lusófona, 2004.
- MIANI. *Charge: uma prática discursiva e ideológica*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO- INTERCOM, 24. 2001 Campo Grande/MS Anais. Campo Grande/MS, set. 2001.

- MINISTRO diz que levará dados para Lula decidir demarcação. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 11 jun. 2003. p.1.
- MIRANDA, J.B. de. Violência e silêncio: reflexões em torno da fundação da política. In: *O não verbal em questão, Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 17-18. Lisboa Cosmos, 1993, pp. 103-110.
- NAMEM, A. M. & CARNEIRO, O. de L. *Índios proletários em Boa Vista (Roraima)*. VIII Encontro de Pesquisadores da Amazônia: Eco desenvolvimento da Amazônia (14 a 17 de outubro de 1996). Porto Velho- Rondônia. (1996. b).
- NINGUÉM reclama corpo de vítima de assassinato. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 5 set. 2000. p.12.
- OLIVEIRA, N.A.A. de & ALMEIDA, L.M. O. *Gêneros jornalísticos opinativos de humor: caricaturas e charges*. Janus, Lorena, ano 3, n 4, 2º semestre de 2006.
- ONZE mil índios vivem marginalizados. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 30 dez. 1997. p.5.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história ao discurso*. Campinas: Edunicampi, 1994.
- ORLANDI, E. “*Os falsos da forma*”. In: Palavra, Fé, Poder. Campinas, Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. “*Parole à plusieurs tranchants*”, *Praxématique*. Montpellier, 1989.
- ORLANDI, E. “*Terra à Vista*”: discurso do confronto (Velho e Novo Mundo) São Paulo: Cortez, 1990.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 9 ed. Campinas, Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/ Edunicamp, 1988.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- OTTOMAR defende uso da violência. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 8 jan. 1999. p.3.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET, F e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Ed da Unicamp, p.61-163. . (1993 a)
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1990.

- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp, 1988.
- POSSENTI, S. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In GREGOLIN, M.R. et BARONAS, R. (org.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Clara Luz, 2001.
- PROCURADOR diz que deve ser evitado o clima de violência. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 29 nov. 2002. p.1.
- QUADROS, C.B. de & PILLA, A. *Na mira do chargista: a produção de sentidos em charges que criticam o presidente Lula*. Razón e Palabra- Primera Revista Eletrónica en América Latina Especializada en Comunicación, 2009.
- RABAÇA, C.A & BARBOSA, G.G. *Dicionário de Comunicação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- RAPOSA/Serra do Sol- Líder indígena assume autoria de sequestros de padres. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 20 jan. 2004. p.3.
- RAPOSA/Serra do Sol- Polícia Federal envia peritos para avaliar incêndio no Canta Galo. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 12 fev. 2004. p.2.
- RAPOSA/Serra do Sol.-Líder indígena assume autoria de sequestro de padres. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 20 jan. 2004. p.1.
- REVOLTA no Mutum-Indígena foi morto e enterrado na fazenda de vereador. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 10 jan. 2003. p.1.
- ROMUALDO, E.C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.
- SERRA, A. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.
- SILVA, P. S. R. da & VIEIRA, J. G A violência indígena na ótica do jornal *Folha de Boa Vista*. *Textos e Debates* (Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima). V. 1, n.1 (ago.-dez 1995). p.130. 1995.
- SODRÉ, M. (2009). *A narração do fato* (notas para uma teoria do acontecimento). Petrópolis: Vozes. *Socioambiental*. v. 1, n.1. (outubro de 2007).
- SOUSA, J. *PF envia agentes para caçar assassinos*. *Folha de Boa Vista*, 26 fev. 2004. p.5
- SOUZA, J. CRIME NA RESERVA- PF envia agentes para caçar assassinos. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 26
- SUPREMO mantém liminar excluindo áreas da Raposa/Serra do Sol. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 1 set. 2004. p.1.

TENSÃO em Uiramutã – Tuxaua conta versão sobre assassinato. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 11 e 12 jan. 2003. p.7.

TORÉ escapa de tentativa de homicídio a facadas. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 08 abr. 1998. p. 12.

UIRAMUTÃ- Tuxaua do Flechau conta sua versão sobre assassinato. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 11 e 12 jan. 2003. p.01.

VALÉRIO, L. *Líder indígena assume autoria de seqüestro de padres*. *Folha de Boa Vista*, 26 fev. 2004. p.3.

VOESE, I (1997). *O movimento dos sem-terra na imprensa: um exercício de análise do discurso*. 2ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí.